Colecção Autores Gregos e Latinos
Série Textos

Plutarco

Vidas Paralelas
Sólon e Publícola

Tradução do grego, introdução e notas
Delfim F. Leão e José Luís Lopes Brandão

CECH

Plutarco

Vidas Paralelas: Sólon e Publícola

Tradução do grego, introdução e notas

Delfim F. Leão e José Luís L. Brandão

Universidade de Coimbra

CECH

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

Todos os volumes desta série são sujeitos a arbitragem científica independente.

Autor: Plutarco
Título: *Vidas Paralelas – Sólon e Publícola*
Tradução do grego, introdução e notas: Delfim F. Leão e José Luís L. Brandão
Editor: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos
Edição: 1ª/2012

Obra realizada no âmbito das actividades da UI&D
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

Universidade de Coimbra
Faculdade de Letras
Tel.: 239 859 981 | Fax: 239 836 733
3000-447 Coimbra

ISBN: 978-989-721-017-4
ISBN Digital: 978-989-721-018-1
Depósito Legal: 345762/12

Obra Publicada com o Apoio de:
FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA
POCI/2010

Índice

Nota prévia 7

Vida de Sólon

Introdução 11

Vida de Sólon 43

Vida de Publícola

Introdução 111

Vida de Publícola 135

Comparação de Sólon com Publícola 181

Bibliografia 189

Índice de nomes 197

Nota Prévia

Para a tradução, usa-se o texto grego estabelecido por K. Ziegler (1959-1971), *Plutarchi Vitae Parallelae*, Leipzig, Teubner. Os casos, raros, em que se optou por outra lição vêm especificados. Seguiu-se Ziegler também para a versão portuguesa dos fragmentos da poesia de Sólon citados por Plutarco ao longo da obra, mas é sempre indicado o número que lhes corresponde na colectânea de M. L. West (1992): *Iambi et elegi Graeci ante Alexandrum cantati*. vol. II, Oxford, University Press (e.g. *Sol.* 2.4 = frg. 13.7-8 West). O mesmo se diga dos fragmentos das leis, que são classificados segundo a catalogação de E. Ruschenbusch (1966), *Solonos Nomoi. Die Fragmente des solonischen Gesetzeswerkes mit einer Text- und Überlieferungsgeschichte,* Wiesbaden (e.g. *Sol.* 20.1 = frg. 38d Ruschenbusch).

Delfim F. Leão traduziu e anotou a *Vida de Sólon*, escrevendo ainda a introdução na parte respeitante ao herói ateniense. José Luís L. Brandão procedeu à mesma operação no que se refere à *Vida de Publícola* e à comparação final entre as duas figuras.

As notas à tradução visam esclarecer o público em geral sobre alguns aspectos da cultura clássica e chamar a atenção para os principais problemas colocados na interpretação das *Vitae* de Sólon e de Publícola. O leitor interessado em informação mais pormenorizada poderá consultar a sugestão bibliográfica apresentada no final do volume.

Os autores gostariam de expressar o seu agradecimento ao Conselho Editorial dos *Classica Digitalia* e à Coordenadora do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, Doutora Maria do Céu Fialho, por terem acolhido este trabalho no âmbito da pesquisa desta unidade de investigação e da sua política editorial. Uma última palavra é devida também ao Nelson Henrique, pelo empenho colocado na transformação do manuscrito em livro, e ao Rodolfo Lopes, pelas diligências finais na tarefa de pré-impressão e de carregamento da publicação na plataforma digital.

Coimbra, Junho de 2012
Delfim F. Leão e José Luís L. Brandão

Vida de Sólon

Introdução

Quando, em meados do séc. I d. C., Plutarco nascia na pequena cidade de Queroneia, na Beócia, havia muito tempo já que o poderio de Roma dirigia e moldava os destinos do mundo mediterrâneo. O biógrafo conheceu uma existência muito ocupada, distribuindo o seu tempo entre o desempenho de funções públicas e religiosas e entre frequentes viagens, durante as quais reforçava conhecimentos e cimentava amizades. Apesar destes múltiplos afazeres, Plutarco é ainda assim autor de uma obra monumental que representa, de alguma maneira, o carácter polimórfico do império e da época em que viveu. A tradição divide os seus trabalhos em duas partes: por um lado, os *Moralia*, pequenos tratados que abarcam questões tão vastas como a ética, filosofia, religião, retórica, crítica literária e política; no outro grande bloco encontram-se as *Vitae*, que, ao delinearem o retrato paralelo de grandes personalidades, vêm salientar a pertinência da noção de uma unidade da cultura clássica.[1]

É ao conjunto das biografias que se fica a dever informações preciosas sobre um número considerável

[1] Vide observações de Scardigli (1994) 5-9. Este estudo introdutório, bem como a tradução da biografia de Sólon e respectivas notas, recuperam o essencial do trabalho feito em Leão (1999), embora inteiramente revisto e reforçado com novos elementos.

de individualidades oriundas do mundo grego e romano que podem, assim, ser confrontadas proveitosamente com outras fontes, quando não acontece serem as únicas agora disponíveis. Para o caso de Sólon, existem mais dados, mas, ainda assim, o testemunho de Plutarco é de capital importância, pois o biógrafo dedica-lhe uma atenção especial em dois trabalhos que fazem parte dos grandes blocos acima referidos. Assim, entre as obras morais, Sólon integra, juntamente com outras figuras, a galeria de personagens do *Banquete dos Sete Sábios*.[2] No entanto, este opúsculo constitui uma ficção literária de tonalidades idealizadas e, por este motivo, detém um interesse relativamente pequeno na reconstituição histórica da vida e obra do grande estadista. O mesmo não se poderá dizer, felizmente, do espaço que Plutarco lhe dedica nas *Vidas Paralelas*. De facto, a *Vida de Sólon* representa o mais significativo dos testemunhos antigos relativos ao legislador ateniense.

1.1. Plutarco e tradição biográfica

Antes de se avançar para a tradução dessa importante biografia, será vantajoso tecer algumas considerações sobre a forma como o autor se servia das fontes que tinha à sua disposição e das quais, não raras vezes, se conservam agora somente fragmentos e alusões breves. A questão é, em si, muito complexa e obrigaria à reflexão alargada sobre toda a obra de Plutarco, tarefa que não pode, obviamente, ser empreendida

[2] Versão portuguesa deste trabalho em Leão (2008).

em profundidade nos limites reduzidos deste estudo introdutório. Serão assim usadas, como ponto de referência, as informações que, em determinados momentos, o biógrafo faculta sobre o seu método de trabalho e sobre as razões que o levaram a escrever vidas paralelas. Uma dessas 'explicações' ocorre na abertura do prefácio às *Vitae* de Timoleonte e de Emílio Paulo, num passo que vale a pena evocar (*Aem*. 1.1.1):[3]

> Aconteceu-me ter iniciado a composição destas biografias por instigação de outros, mas, se continuo essa tarefa, faço-o já no meu próprio interesse; é como se a história [dos grandes homens] fosse um espelho onde procuro, de alguma forma, ordenar e conformar a minha vida à imagem das suas virtudes.

No contexto que engloba o excerto agora transcrito, Plutarco informa que começou por se dedicar à elaboração de biografias a pedido de amigos, entre os quais se contavam personalidades importantes, tanto gregas como romanas.[4] No entanto, a esta motivação cedo ele juntou o gosto e proveito pessoais decorrentes do convívio com o exemplo das grandes personalidades do passado. Portanto, parece de admitir que a elaboração de um 'espelho de virtudes' é que constitui o objectivo principal da sua escrita biográfica. Porém, a presença,

[3] Ao longo desta análise, serão evocados com frequência passos de Plutarco e de outros autores antigos, cuja tradução é sempre da responsabilidade do autor deste estudo.

[4] Cf. Stadter (1992) 1-3.

neste passo, do conceito de história tem levado alguns estudiosos a procurar descobrir em Plutarco as marcas desse tipo de indagação, com resultados nem sempre elogiosos para o autor das *Vitae.* Contudo, e prevendo certamente críticas deste cariz, o próprio Plutarco teve o cuidado de esclarecer melhor a natureza dos retratos paralelos, conforme acontece na abertura da *Vida de Alexandre* (1.1-2):

> Ao fazermos neste livro a biografia do rei Alexandre e de César (que derrubou Pompeio), não faremos outros preâmbulos, dada a grande quantidade de acontecimentos envolvidos, para além de formular um pedido aos leitores: de, no caso de não relatarmos em pormenor todo e cada um dos eventos célebres, mas antes abreviarmos a maior parte, nos não julgarem mal. Na verdade, nós não escrevemos histórias mas sim biografias, nem é sequer nos acontecimentos mais espectaculares que reside especialmente a demonstração da virtude ou do vício; pelo contrário, muitas vezes um pequeno gesto, uma palavra ou uma brincadeira reflectem melhor o carácter do que combates com baixas incontáveis ou fileiras cerradas ou os maiores cercos a cidades.

Este passo, justamente célebre, não só define de maneira mais precisa a índole dos *bioi* como esclarece melhor os seus objectivos, que já se adivinhavam no texto anteriormente comentado. Plutarco não pretende ser um historiador, mas antes um biógrafo. Por este motivo, pede aos leitores que lhe não censurem o facto de passar em branco acontecimentos que, pela sua

importância, eram bem conhecidos e sobre os quais havia à disposição outros relatos de natureza histórica. Na verdade, há que reconhecer que seria mais fácil aos leitores do tempo do biógrafo do que aos estudiosos modernos acatar o pedido formulado. Com efeito, muitas das obras e autores que então existiam mais não são hoje do que simples nomes e, por esse motivo, é compreensível que haja estudiosos que se lamentem de Plutarco não se comportar como o historiador de que necessitariam. No entanto, ele próprio revela claramente que não era esse o seu objectivo. Por outro lado, se Plutarco se afirma como um biógrafo, também não o faz na forma plena com que hoje se entende o termo. As *Vitae* não pretendem descrever a carreira de determinado homem ou mesmo definir o lugar que ele ocupa na história, embora possam acabar por fazê-lo, até porque as personalidades retratadas correspondem geralmente a grandes estadistas do passado. Os feitos destes heróis, qualquer que fosse o seu teor, só lhe interessavam na medida em que permitissem esclarecer a verdade sobre o carácter que eles possuíam. É natural, por conseguinte, que as opções que toma na selecção do material nem sempre coincidam com as que tomaria um historiador. Plutarco pressupõe, assim, uma relação estreita entre *ethos* e *praxis*, ou seja, defende a ideia de que o carácter se manifesta através do comportamento. Ora este princípio remete para a questão dos critérios metodológicos do autor bem como da evolução do género biográfico, problema a que convirá dedicar alguma atenção, através de um esboço rápido dos

principais marcos da tradição grega que puderam exercer alguma influência sobre Plutarco e sobre a forma como concebeu a *Vida de Sólon*.

O material de natureza biográfica está presente na poesia e na prosa desde tempos muito recuados, o que não significa que atingisse logo o carácter de género autónomo. Homero, por exemplo, podia fornecer o modelo para determinadas aspectos, sobretudo quando estavam envolvidos sentimentos mais íntimos, que se tornarão muito do agrado do público leitor de biografias.[5] Hesíodo refere elementos autobiográficos nos seus versos, facto que exercerá uma grande influência em poetas posteriores, a ponto de o encontro com as Musas se tornar um lugar-comum na literatura.[6] De maneira mais sistemática, Sólon usara também a poesia quer como forma de afirmar as suas reformas quer como justificação e defesa contra os ataques de críticos e descontentes. Por outro lado, a comédia antiga, com o jogo de alusões e de paródias, implica referências à vida quotidiana da cidade e de certas personalidades mais importantes, como ilustram as peças de Aristófanes, onde é abundante o material biográfico e autobiográfico.[7] No que diz respeito à

[5] É o caso da famosa despedida de Heitor e Andrómaca (*Ilíada*, 6.466-493).

[6] De resto, as notas de natureza pessoal haveriam de tornar-se uma das características dos poetas da época arcaica. Um dos exemplos mais significativos encontra-se representado por Arquíloco.

[7] Neste último domínio, torna-se particularmente significativo o momento da parábase.

historiografia, o objectivo essencial prende-se com o conhecimento dos eventos políticos e materiais, onde tem maior peso o Estado e a comunidade do que o indivíduo. Porém, mesmo sem contar com obras como as *Genealogias* de Hecateu de Mileto ou os excursos biográficos que aparecem, por exemplo, em Heródoto,[8] a historiografia não deixa de representar também uma fonte de informação importante para o delineamento do carácter de personalidades singulares. A juntar a estes elementos, há ainda o contributo determinante das recolhas de episódios anedóticos, de máximas, do registo epistolar e dos discursos apologéticos, ligados muitas vezes à vida de poetas ilustres (como Homero e Hesíodo) ou ao ciclo dos Sete Sábios, entre os quais se conta Sólon.[9]

Não obstante a antiguidade dos primeiros desenvolvimentos da tradição biográfica, será ao séc. IV a. C. que vão caber os avanços mais importantes neste domínio. Parte deles é motivada pela figura de Sócrates, por vezes mais idealizada do que real, tratada, em especial, tanto em alguns dos diálogos de Platão como nas obras de Xenofonte centradas nesta personalidade ou então em outras figuras como Ciro. Determinante, ainda, em termos metodológicos será o *Peripatos*, sobretudo a partir das reflexões desencadeadas por Aristóteles e Teofrasto. Aristóteles e seus discípulos procederam à pesquisa sistemática de material histórico (nomeadamente de

[8] Cf. 1.107-130, para o caso de Ciro, ou 3.1-66, para o de Cambises.

[9] Vide Momigliano (1971) 23-42; Scardigli (1994) 14-19.

Politeiai), que continha também dados biográficos.[10] Por outro lado, uma das obras mais conhecidas de Teofrasto, seu sucessor na direcção do Liceu, são os *Caracteres*, que ilustram de forma clara o interesse dispensado à definição do *ethos*. No entanto, nenhum deles escreveu biografias, o que não implica necessariamente que a escola não explorasse esta área e a excluísse dos métodos desenvolvidos pela nova abordagem histórica. Na verdade, há vários indícios do contrário.[11] Antes de mais, o *Peripatos* demonstra interesse por episódios anedóticos, em especial os que permitem ilustrar virtudes e vícios. Depois, os aristotélicos produziram estudos sobre determinados escritores, que, sendo embora interpretações históricas de passos seleccionados e não biografias, incluíam certamente referências a aspectos reais ou imaginários sobre a vida do autor escolhido para análise. O mesmo se poderá afirmar a respeito da crítica que faziam a outras escolas filosóficas, onde o factor anedótico encontrava de novo um campo fértil, tanto mais que o *Peripatos* desempenhou um papel de relevo na elaboração de colectâneas deste tipo de material, que viria a ser muito usado pelas literaturas helenística e latina. Ora é possível reconhecer a presença programática destes elementos no texto, atrás comentado, com que Plutarco abre a *Vida de Alexandre*. Se a história dá preferência aos grandes acontecimentos políticos e militares, à biografia

[10] Como se pode ver, por exemplo, nas figuras tratadas na *Constituição dos Atenienses*, entre as quais se encontra Sólon.

[11] Vide Momigliano (1971), 68-73, que explora, com mais pormenor, os argumentos agora referidos.

podem ser de maior utilidade certos episódios que, embora mais 'domésticos', ilustrem melhor o carácter da personalidade em questão. Naquele passo ressalta ainda, como acima afirmámos, a aliança entre *ethos* e *praxis*, ou seja, a ideia de que o carácter se revela através das acções. Na verdade, este princípio está de acordo com a ética aristotélica, de modo que também na forma de abordar a questão se denota a presença do magistério do *Peripatos*.[12]

Até agora procurou-se sublinhar a necessidade de não confundir os *bioi* de Plutarco com uma obra de história, distinção essa que o próprio autor teve de resto o cuidado de delinear. Uma das consequências desta opção de fundo incide sobre a forma de recolher informação, que leva o biógrafo a resumir a maior parte dos acontecimentos. Por outro lado, se a exposição segue usualmente a linha temporal que vai desde o nascimento até à morte da personalidade em análise, isso não impede que a cronologia seja desrespeitada para favorecer o peso ou ordem 'ética' dos acontecimentos.[13] Por último, há exemplos onde, ao serviço da pintura do carácter, o autor chegou a aceitar erros e anacronismos, mesmo estando consciente deles, conforme se verá mais adiante.

Estas considerações, que se prendem com o facto de Plutarco escrever biografias, levantam o

---

[12] Maiores desenvolvimentos em Barbu (1933); Momigliano (1971) 23-104; Connor (1989) 46-59; Scardigli (1994) 14-41; Frazier (1996).

[13] Sobre diferentes formas de organizar a exposição biográfica, vide Momigliano (1990) 65.

problema das suas fontes e da maneira como as tratava. É impressionante o caudal de autores e estudos que o biógrafo cita, sobretudo ao longo das *Vitae*, embora também aplique a mesma prática nos *Moralia*. Por esse motivo, o erudito de Queroneia fez, durante décadas, as delícias da *Quellenforschung*, atraindo as atenções não pelo seu engenho, mas pelo campo fértil de citações, onde cada estudioso ia tomar as 'flores' da sua predilecção. Plutarco ficava, assim, reduzido a mero colector de testemunhos, muitas vezes incoerente, que reunia, sem ponderar, os contributos mais díspares, tanto na pertinência como na qualidade. A crítica das fontes chegou a ir mais longe, a ponto de negar que o biógrafo tivesse realmente feito as leituras que indiciava; pelo contrário, limitar-se-ia a conhecer uma única fonte (*Mittelquelle*) onde ia buscar informação não só sobre o que esse autor pensava como também sobre o que disseram os seus antecessores. Ao citar em segunda mão, alardeava uma erudição que, na verdade, não possuía. Felizmente, nas últimas décadas têm sido abandonados estes exageros da crítica e já nenhum estudioso sério defenderá que Plutarco derivou todo o seu conhecimento de uma única fonte. Afastado este espectro, os filólogos puderam dedicar-se com mais segurança e proveito à qualidade artística do biógrafo e à forma como conseguiu combinar todo o material reunido, servindo-se de uma consistência temática e de uma abordagem psicológica próprias.[14]

[14] Vide as observações de Stadter (1992) 1-9; Frazier (1996) 15; Piccirilli (1998) 39-60.

Ora, antes de testar esta forma de abordagem com a *Vida de Sólon*, interessaria também reflectir, ainda que muito brevemente, sobre as condições de trabalho do seu autor. Na pequena cidade de Queroneia, dividido entre assuntos locais e a redacção de inúmeros outros escritos para além das *Vitae*, Plutarco enfrentava a dificuldade acrescida de não ter à sua disposição boas bibliotecas, à imagem das que havia em centros como Atenas e Roma. É natural que ele possuísse em casa algumas obras, mas não a ponto, certamente, de poder confirmar a cada momento as afirmações que fazia. Portanto, o biógrafo teria de se basear largamente numa boa memória e em notas tiradas quando das leituras entretanto feitas, muitas delas provavelmente durante as viagens que empreendera.[15] Para mais, este método parece confirmado por uma carta de Plínio o Moço a Bébio Macro, onde descreve a obra e a forma de trabalhar do seu tio, Plínio o Antigo:[16]

> Muitas vezes, depois de tomar a refeição, que, durante o dia, era ligeira e simples à maneira antiga, ele, no verão, quando tinha vagar, estirava-se ao sol e, enquanto lhe liam um livro, tirava notas e extraía passos. Pois nada havia que lesse de que não fizesse um extracto; costumava mesmo dizer que nenhum livro era tão mau que não tivesse utilidade em algum ponto.

---

[15] Cf. *Moralia*, 464f, onde Plutarco parece aludir a esses apontamentos.

[16] *Cartas*, 3.5.10. Segundo Xenofonte (*Memoráveis*, 1.6.14), Sócrates cultivava hábitos de leitura semelhantes.

Este processo de aproveitar não só o tempo como ainda de tirar apontamentos à medida que a leitura avançava ajuda, de facto, a compreender a operosidade e erudição de Plínio o Antigo. Portanto, anotações semelhantes às referidas no texto e o recurso a uma memória notável devem ter constituído a base das numerosas citações feitas também por Plutarco, facto que permite, de resto, explicar muitas das imprecisões de pormenor que aparecem nas *Vitae*. Em todo o caso, a redacção teve de ser precedida por um paciente trabalho de leitura, mesmo admitindo que o biógrafo se possa ter socorrido em parte de *Mittelquellen*, fossem obras de outros autores fossem colectâneas de episódios anedóticos e ditos célebres.[17] É com a consciência destes factores que se avançará, finalmente, para o caso particular da *Vida de Sólon*.

1.2. O tratamento das fontes em *A vida de Sólon*

Nesta biografia, para além da referência a quatro oráculos délficos e de uma única menção dos *Anais de Delfos*,[18] aparecem cinquenta e três citações de vinte autores diferentes. Entre as citações, um número superior a duas dezenas diz respeito a versos de Sólon, facto que torna a poesia do legislador na principal fonte expressa da biografia. Dos restantes passos, apenas nove pertencem a autores cujas obras

[17] Vide Piccirilli (1977) 1010-1013, que chama também a atenção para a carta de Plínio.

[18] *Sol.* 4.4; 9.1; 10.6; 14.6; e 11.2, respectivamente.

se preservaram.[19] Finalmente, estão as citações, ainda em grande número, retiradas de obras hoje perdidas.[20] Há ainda outra classe de opiniões e comentários que o biógrafo não atribui a ninguém em particular, introduzindo-os com expressões indeterminadas, como 'dizem' ou 'contam' (φασιν, μαρτυροῦσι).[21] Discutir todas estas referências em pormenor iria alargar demasiado um estudo que pretende somente diagnosticar o modo como Plutarco trabalhava as suas fontes. Por esse motivo, optou-se por ponderar a questão a partir de alguns casos ilustrativos, tratados não segundo um critério cronológico, mas pela ordem por que aparecem na obra.

O primeiro autor que importa analisar aparece citado logo na abertura da biografia, a propósito de uma questão que tem todo o sentido em ser colocada nesse ponto, ou seja o problema da filiação de Sólon:[22]

> O Gramático Dídimo, na sua Réplica a Asclepíades a propósito dos "axones" de Sólon, aduz um passo de certo Fílocles, onde este afirma que Sólon era filho de Eufórion, contra a opinião de todos quantos se ocuparam de Sólon.

[19] Os autores nem sempre são referidos directamente. Pela ordem de ocorrência, são os seguintes: Eurípides (1.5), Sófocles (1.6), Hesíodo (2.6), Homero (10.2; 25.4), Ésquines (11.2), Aristóteles (25.1) e Platão (26.1; 31.6).

[20] Elenco dos passos e autores envolvidos em Piccirilli (1977) 1004-1007; Manfredini & Piccirilli (1998) ix-xi. É destes estudos que deriva parte da sistematização feita nas páginas seguintes.

[21] E.g. *Sol.*, 3.5; 7.2; 9.1; 11.1.

[22] *Sol.* 1.1.

Dídimo de Alexandria, que viveu entre a segunda metade do séc. I a.C. e inícios do séc. I d. C., era considerado um caso excepcional de erudição e de operosidade, como ilustram as alcunhas que tinha.[23] O fragmento da obra em questão aparece referido somente em Plutarco e integra-se na classe de escritos polémicos. A discussão aqui é com Asclepíades, que se deve identificar, provavelmente, com o gramático homónimo autor de uma obra intitulada *Interpretações dos "axones"*.[24] Plutarco cita Dídimo a propósito não daquilo que deveria ser a especialidade da obra em questão (as leis de Sólon), mas somente por causa de nela aparecer referida a opinião de certo Fílocles que, contra a visão generalizada, afirmava que o pai de Sólon era Eufórion. Este passo, embora curto, mostra como uma só obra (Dídimo = *Mittelquelle*) permitia chegar a outros autores (Asclepíades e o desconhecido Fílocles). Plutarco não volta a referir Dídimo, mas é provável que o usasse mais, em especial na parte relativa às leis, mas não a ponto de nele se ver a hipotética fonte única da *Vida de Sólon*.

Ainda dentro do mesmo contexto do parentesco, o biógrafo apela com frequência ao testemunho de uma outra autoridade:[25]

---

[23] Pessoa 'de vísceras de bronze' e 'olvida-livros' (no sentido de que havia escrito tantas obras que nem se conseguia lembrar delas). Cf. *FGrHist* 340 F 1 e *comm. ad loc.* de Jacoby (1923-1958).

[24] *FGrHist* 339 F 1. Cf. Manfredini & Piccirilli (1998) 107-108. Sobre a natureza e função dos *axones*, vide *Sol.* 25.1-2.

[25] Deixamos para depois uma quarta referência (*Sol.*, 32.3), onde Heraclides é citado juntamente com Fânias.

> (*Sol.* 1.3) Quanto à mãe de Sólon, Heraclides Pôntico refere que ela era prima da mãe de Pisístrato.
> (*Sol.* 22.4) Ainda mais severa é aquela cláusula que dispõe que os filhos nascidos de uma prostituta não têm sequer a obrigação de manter os pais, tal como referiu Heraclides Pôntico.
> (*Sol.* 31.4) Quanto a isso, porém, Heraclides afirma que já antes Sólon tinha aprovado um decreto para Tersipo, mutilado de guerra, e que Pisístrato simplesmente o imitara.

Heraclides Pôntico nasceu no primeiro quartel do séc. IV a.C. e foi aluno de Espeusipo e depois de Platão. Talvez por influência das ligações amorosas presentes no *Banquete* deste último, Heraclides terá sido tentado a alterar a tradição prevalecente na altura, que fazia opor Sólon a Pisístrato, enquanto representantes da democracia e da tirania, respectivamente. Mas quer esta informação já se encontrasse em Heraclides ou não, certo é que Plutarco aproveita a sugestão do parentesco entre Sólon e Pisístrato para explorar as possibilidades de uma união amorosa entre ambos.[26] Este tipo de informação é pouco seguro, justamente por ir ao encontro do gosto pelo fabuloso que se fixou de forma indelével na biografia de grandes personalidades. No entanto, compreende-se que Plutarco se sinta tentado pela exploração das potencialidades éticas da ligação entre os dois homens. Ainda assim, o biógrafo não

[26] Cf. *Sol.* 1.4. À relação familiar entre os dois homens, aliam-se também as qualidades naturais e o viço do jovem. Esta hipótese já deveria ter conhecido outros tratamentos, a avaliar pela forma como o biógrafo aí se exprime ("como contam alguns").

deixa de acusar Heraclides de ser “fabulista e inventor de histórias”.[27] Parece, assim, viável que os dados referidos proviessem de uma sua obra intitulada *Sobre os amantes*.[28] As outras duas informações, relativas às obrigações dos filhos nascidos da ligação com uma prostituta (*hetaira*) e da lei referente ao apoio a dar aos mutilados de guerra, devem ser provenientes do *Sobre as leis*. Contudo, a referência à segunda norma, sobre a qual se diz que Pisístrato se limitou a copiar um decreto anteriormente promulgado por Sólon, parece enquadrar-se ainda na lógica das relações entre os dois estadistas.

Outro autor que vem citado com alguma frequência é Hermipo de Esmirna,[29] activo na segunda metade do séc. III a.C. e que discutiu a acção e personalidade de Sólon em duas obras, cada uma com vários volumes: *Sobre os Sete Sábios* e *Sobre os legisladores*. Plutarco refere-o por três vezes:

> (*Sol.* 2.1) Ora uma vez que o pai havia diminuído o património em obras de beneficência e de caridade, segundo afirma Hermipo, Sólon, não por míngua de quem o desejasse ajudar, mas por vergonha de aceitar apoio de outros, quando provinha de uma casa que, habitualmente, os socorria a eles, decidiu voltar-se, ainda novo, para o comércio.

---

[27] *Vida de Camilo*. 22.3. Cf. Cícero (*Da natureza dos deuses*, 1.13.34), que o apresenta como narrador de *pueriles fabulae*.

[28] Assim crê Barbu (1933), 51, para quem toda a segunda parte deste primeiro capítulo deriva de Heraclides.

[29] Chamado também *peripateticus*, o que parece indicar que este termo já não tinha uma conotação filosófica, mas designava somente alguém que escrevesse antiguidades, em especial biografias. Vide Manfredini & Piccirilli (1998) xxi e n. 3.

> (*Sol.* 6.7) Ora isto, nas palavras de Hermipo, era o que dizia Pateco, ele que alardeava possuir a alma de Esopo.
> (*Sol.* 11.2) No entanto, não chegou a ser designado estratego para este conflito, como, segundo Hermipo, afirmava Evante de Samos; na verdade, o orador Ésquines não refere esse facto e, nos *Anais de Delfos*, está gravado como estratego dos Atenienses Alcméon e não Sólon.

A primeira ocorrência, que coloca Sólon a empreender viagens, ainda novo, ilustra uma versão diferente da mais comum, segundo a qual o reformador saíra de Atenas somente após o arcontado, a fim de evitar pressões no sentido de alterar as leis promulgadas.[30] A variante interessava aos que, como Hermipo, preferiam ver Sólon a proceder à legislação quando já tivesse bastante experiência. Daí a história de o pai ter perdido boa parte dos bens, não de forma dissoluta, mas em empresas de mérito. No entanto, logo a seguir, o próprio biógrafo salienta que, segundo outras variantes, o móbil fora não a necessidade mas a ânsia de conhecimento. À parte o valor relativo desta notícia, o que parece seguro é que decorre da memória dos Sete Sábios, que pressupõe, de igual forma, a existência das viagens. De resto, o passo transcrito seguinte, que se integra no relato do encontro entre Tales e Sólon, enquadra-se na mesma tradição. Tanto a discussão à volta do celibato como a história do filho de Sólon são certamente imaginárias, embora

30 Cf. Heródoto, 1.29-30; [Aristóteles], *Constituição dos Atenienses*, 11.1.

interessem para a definição do carácter do sábio que não deve ligar-se em demasia a coisas passageiras. Hermipo é referido como *Mittelquelle*, já que a história remontava, segundo ele, a Pateco.[31] Situação análoga ocorre no último passo, relativo à Primeira Guerra Sacra. Este exemplo tem a vantagem de fornecer uma imagem relativamente clara sobre a forma como Plutarco trabalhava as fontes. Evante, com o provável acordo tácito de Hermipo, afirmava que o comando da operação fora confiado a Sólon. No entanto, Plutarco corrige essa informação, baseando-se em argumentos de natureza díspar: o primeiro, é deduzido *ex silentio* de Ésquines; o segundo, mais pertinente, encontra-o nos *Anais de Delfos*. Neles se afirmava que o estratego fora Alcméon e não Sólon, hipótese verosímil, não só pela importância da família em questão e pela sua conhecida ligação a Delfos, mas ainda pelo facto de Plutarco ter sido, durante vários anos, sacerdote em Delfos, pelo que deveria conhecer bem os documentos aí existentes. Pelo teor, estas citações poderiam pertencer ao tratado *Sobre os Sete Sábios*, que Plutarco teria lido de forma directa. É provável ainda que usasse o *Sobre os legisladores* para retirar algumas informações relativas às leis.[32] Apesar da importância que pode ter

[31] Esta figura deveria ser, tal como Esopo, um autor de fábulas e possivelmente pitagórico, pois parece acreditar na metempsicose. Cf. Manfredini & Piccirilli (1998) 129.

[32] O valor desta obra mantém-se indeterminado, até porque Hermipo não deve ter conhecido o comentário de Aristóteles aos *axones* de Sólon, escrito que não terá integrado o grupo de trabalhos do filósofo trasladados para Alexandria. Cf. Stroud (1979) 13-17.

tido para o biógrafo, Hermipo não ocupa também, certamente, o estatuto de fonte única, como se pode constatar, de resto, através da análise do último passo.[33]

As citações mais frequentes, contudo, são ocupadas por versos de Sólon, o que torna Plutarco numa das fontes principais para a transmissão da poesia do antigo legislador ateniense. De resto, esse lugar de primazia só lhe é disputado pela *Constituição dos Atenienses* atribuída Aristóteles, embora com reservas. Antes da redescoberta desta obra, poderia pensar-se que o biógrafo a usara de uma forma mais sistemática do que realmente terá acontecido. Na verdade, são vários os versos de Sólon citados em ambos os autores, mas nem sempre com total identidade.[34] Além destas oscilações no uso da obra do legislador, há também diferenças de pormenor. Por exemplo, o biógrafo relata as ligações amorosas entre o legislador e Pisístrato, bem como a expedição conjunta na disputa da ilha de Salamina; porém, o autor do tratado aristotélico nega esses factos, usando argumentos de ordem cronológica.[35] Plutarco apresenta a subdivisão da Ática em três partidos como uma realidade anterior ao arcontado; contudo, na *Constituição* afirma-se que

[33] Vide Hönn (1948) 184; von der Mühl (1942) 89-102; Paladini (1956), 377-411, que incide essencialmente sobre a tradição dos Sete Sábios; Momigliano (1971) 65-100.

[34] Cf. as diferenças entre *Sol.* 15.1 (= frg. 36.16 West) e *Constituição dos Atenienses*, 12.4; *Sol.* 15.6 (= frg. 36.6-7 West) e *Constituição dos Atenienses*, 12.4; *Sol.* 16.3 (= frg. 34.4-5 West) e *Constituição dos Atenienses*, 12.3; *Sol.*, 16.4 (= frg. 37.6-7 West) e *Constituição dos Atenienses*, 12.5; *Sol.*, 18.5 (= frg. 5 West) e *Constituição dos Atenienses*, 12.1.

[35] *Sol.* 1.4; 8.3; *Constituição dos Atenienses*, 17.2.

essa medida ocorreu depois do governo de Sólon, mas antes da subida ao poder por Pisístrato.[36] Por outro lado, há semelhanças que tornam muito improvável que o biógrafo desconhecesse por completo a obra atribuída ao Estagirita. Entre os vários pontos de contacto, podem enumerar-se o período fixado para a validade das leis, que, em ambos os autores, é de cem anos,[37] bem como a ocorrência de termos e expressões idênticos.[38] Uma forma de explicar estas diferenças poderá residir no uso de uma ou várias *Mittelquellen*, mas talvez baste pensar no método de trabalho do biógrafo, segundo a forma que atrás se analisou, isto é, que Plutarco se estivesse a basear na memória e em notas retiradas durante as suas leituras.[39]

Igualmente importante é a questão relativa ao conhecimento dos poemas de Sólon. É impossível saber se o legislador os divulgou em forma escrita ou não. No entanto, o carácter autobiográfico dos carmes favorece a hipótese de que eles tenham começado por ser transmitidos oralmente, pormenor que ajudaria a explicar tanto a superior popularidade deste legislador por comparação com Clístenes, bem como o facto de

---

[36] *Sol.* 13.1-2; *Constituição dos Atenienses*, 13.4.

[37] *Sol.* 25.1; *Constituição dos Atenienses*, 7.2.

[38] E.g. *Sol.* 12.3 e *Constituição dos Atenienses*, 1.1; *Sol.* 13.4 e *Constituição dos Atenienses*, 2.2; *Sol.* 25.3 e *Constituição dos Atenienses*, 7.1.

[39] Assim crê Piccirilli (1977) 1013-1015. Também não é de pôr de lado a possibilidade do uso de fontes comuns, como aconteceu seguramente com Andrócion, que Plutarco cita (*Sol.* 15.3) e que Aristóteles conhecia.

o Sólon poeta ser citado em público. O uso que dele faziam os oradores compreende-se melhor se os seus versos fossem bem conhecidos.[40] No que diz respeito às pequenas variantes na citação de versos por Aristóteles e Plutarco, talvez possam ser explicadas uma vez mais pelo uso da memória, ou simplesmente pela utilização de uma colectânea onde essas diferenças já estivessem presentes.[41] A segunda hipótese é mais provável, até porque o biógrafo mostra conhecer certos pormenores importantes, como o número de versos que teria a 'Elegia a Salamina'.[42]

Além da leitura da *Constituição dos Atenienses* e da possível consulta do comentário aos *axones*, Plutarco cita directamente Aristóteles por duas vezes, referindo-se a obras hoje perdidas:

> (*Sol.* 11.1) [Sólon], contudo, granjeou ainda admiração e notoriedade, especialmente entre os Helenos, ao falar em defesa do santuário de Delfos, no sentido de que se

[40] Recorde-se o testemunho de Platão, que, para além de referir os poemas com alguma frequência, informa que eles eram recitados em público durante a celebração das Apatúrias (*Timeu*, 21b).

[41] De resto, Élio Aristides (49.397) informa que, no seu tempo, havia recolhas das obras do legislador. Bowie (1997), 104-105, argumenta que Plutarco não só leu os versos de Sólon como as diferenças em relação à *Constituição dos Atenienses* se devem ao uso de uma edição melhor, pois o biógrafo não comete o erro de atribuir a Teógnis certos versos que são do legislador.

[42] *Sol.* 8.2: 'Este poema intitula-se *Salamina* e consta de cem versos elaborados com grande beleza.' Estranhamente, Plutarco não faz uso de um poema tão importante como frg. 4 West, citado na íntegra por Demóstenes (19.254). É possível que isso se deva a um simples acaso.

> impunha auxiliá-lo e não permitir que os habitantes de Cirra ultrajassem o oráculo, mas antes acorrer aos Délfios em nome do deus. Persuadidos por ele, os membros da Anfictionia avançaram para a guerra, conforme atestam muitos outros e também Aristóteles, que, na *Lista dos vencedores dos Jogos Píticos*, atribui a Sólon esta proposta.
>
> (*Sol.* 32.4) Quanto à história da dispersão das cinzas, depois de cremado o corpo, pela ilha de Salamina, é, pela sua estranheza, completamente inverosímil e lendária, embora seja registada por outros autores de peso, entre eles o filósofo Aristóteles.

A ocorrência inicial prende-se com as circunstâncias que levaram à Primeira Guerra Sacra. E se, a propósito do comando da expedição, o biógrafo pusera em causa a posição de Evante de Samos (e também a de Hermipo), defende, agora, a atribuição da iniciativa 'moral' do evento ao legislador ateniense. Plutarco deve ter razão em ambos os pontos, facto que ilustra a sua capacidade para ponderar a informação facultada pelas fontes. Operação idêntica se pode observar no segundo passo, onde o polígrafo de Queroneia afirma a inverosimilhança da tradição que colocava as cinzas de Sólon a serem espalhadas pela ilha de Salamina, embora autores ilustres sustentassem o contrário. Entre eles não hesita em colocar uma autoridade como Aristóteles, facto que leva a suspeitar da antiguidade da história. A opção de Plutarco é tanto mais notável na medida em que um episódio como o descrito se enquadrava bem no gosto pelo espectacular e anedótico, que já remontava à biografia peripatética. Por outro lado, não é de excluir

a hipótese de que a argumentação apresentada estivesse já na *Mittelquelle* usada pelo Estagirita e que alguns estudiosos identificaram com Dídimo.[43]

Uma das outras fontes importantes corresponde a Fânias de Éreso ou de Lesbos, cuja autoridade o biógrafo cita por duas vezes:

> (*Sol.* 14.2) Contudo, Fânias de Lesbos relata que foi o próprio Sólon quem, valendo-se do dolo no confronto com ambas as partes, no interesse da salvação da cidade, prometeu em segredo aos que estavam em dificuldades uma redistribuição da terra, e aos proprietários a confirmação dos títulos.
>
> (*Sol.* 32.3) Ora Sólon terá ainda vivido bastante tempo depois de Pisístrato haver instaurado a tirania, ao que relata Heraclides Pôntico; porém, segundo Fânias de Éreso, viveu menos de dois anos. Na verdade, Pisístrato instaurou a tirania no arcontado de Cómias e, pelo que afirma Fânias, Sólon morreu durante o mandato de Hegéstrato, que ocupou o lugar depois de Cómias.

Fânias nasceu entre 376 e 373 a.C., foi aluno de Aristóteles e é um representante da propensão para o anedótico, que em parte caracterizava a historiografia peripatética, bem como da tendência para a análise psicológica.[44] A primeira ocorrência é particularmente curiosa, pois mostra uma imagem discrepante do

[43] Assim crêem Manfredini & Piccirilli (1998) xxvi.

[44] Vide Mühl (1955) 349-354; Mühl (1956) 315-323, esp. 322-323, onde analisa a relação entre Pisístrato e Sólon à luz do influxo da historiografia peripatética.

Sólon tradicional indiferente à política, na qual se viu envolvido contra vontade. A versão de Fânias, pelo contrário, apresenta-o como um político hábil e calculista, que não hesita em fazer promessas secretas e contraditórias às partes em conflito (e que por isso não podia cumprir), embora com o intuito de atingir um fim louvável.[45] Embora tentadora, esta pintura comprometida e pouco usual do estadista ateniense não deve ter valor histórico.[46] O segundo passo é igualmente complexo. Nele se põe em causa a autoridade de Heraclides Pôntico, que afirmava que Sólon ainda teria vivido muito tempo depois de Pisístrato haver instaurado a tirania. Esta informação está de acordo com o interesse, já discutido, que Heraclides parecia ter pela ligação entre os dois estadistas. O próprio Plutarco se mostrava, por vezes, renitente em aceitar a perspectiva daquele autor, pelo que não surpreende que se incline para a versão de Fânias, que também se afigura preferível. Desta forma, Sólon teria falecido mais cedo, ainda durante o arcontado de Hegéstrato, que ocorreu em 560/559.[47] Em todo o caso, este passo denuncia um interesse notável pela precisão cronológica num domínio onde deveria haver muitas dúvidas. De Fânias parece derivar também a notícia relativa a uma

---

[45] Esta actuação pragmática está de acordo com a astúcia característica dos Sete Sábios e, de alguma forma, aproxima Sólon do retrato feito para Temístocles pelo mesmo biógrafo.

[46] Assim crê Mühl (1955), esp. 351-352, que não hesita em colocar o episódio no domínio da lenda moralizadora, de cariz peripatético.

[47] Cf. Manfredini & Piccirilli (1998) xxvii.

apreciação valorativa de Sólon sobre a tirania: "a tirania é uma bela praça forte, mas sem saída".[48] A autenticidade desta informação tem sido posta em causa, dada a conhecida aversão que o legislador exprime nos poemas relativamente a esta forma de regime. É uma objecção que tem a sua pertinência, embora Sólon, neste juízo, acabe por condenar a tirania à mesma, por constituir uma via irreal.[49] No entanto, a conjugação destes elementos reforça a possibilidade de que o biógrafo tenha lido Fânias directamente.[50] Em todo o caso, é impossível saber com segurança em que obra o autor falava de Sólon: se nos *Prítanes de Éreso*, se no *Sobre os poetas*.

Plutarco mostra conhecer também as crónicas locais áticas, pois cita directamente um dos atidógrafos mais importantes, Andrócion, cuja *Atthis* terá sido publicada pouco depois de 344/3.[51] O fragmento

---

[48] *Sol.* 14.8.

[49] Pela atribuição a Sólon se exprime Ferrara (1964), 128 e n. 20, que pensa que a oposição do legislador à tirania é somente de princípio. Houve ainda quem quisesse ver neste juízo a adaptação de um verso de Sólon; assim crê den Boer (1966), 46-47, sugerindo uma ligeira alteração da ordem das palavras que permitiria obter um verso iâmbico; esta hipótese, a ser aceite, reforçaria a pertinência da atribuição da sentença ao antigo reformador. Ponderar, no entanto, as objecções de Martina (1972) 41-45.

[50] Em especial se tomarmos em conta que Plutarco utiliza o peripatético com frequência na *Vida de Temístocles*, onde, aliás, o refere em termos bastante elogiosos (13.5). Barbu (1933), 52-53, é de opinião que o polígrafo de Queroneia usou esta fonte também para o cap. 3 da *Vida de Sólon*.

[51] Jacoby (1949) 74. Harding (1994), 24, arrisca somente uma data anterior a 330, pois nos últimos anos da década de 30 terá sido publicada a primeira versão da *Constituição dos Atenienses*

que, desta obra, Plutarco transmite diz respeito à interpretação da *seisachtheia*, num momento em que se discute a possível etimologia do termo. Depois de informar que esta medida, designada metaforicamente por 'alijamento de um fardo', fora a primeira que Sólon empreendera, o biógrafo refere a interpretação que outros autores davam da mesma realidade:[52]

> No entanto, alguns, entre os quais se encontra Andrócion, escreveram que os pobres se contentaram em ficar aliviados não com a abolição das dívidas, mas antes com a moderação das taxas de juro, chamando *seisachtheia* a esta acção humanitária e ao concomitante aumento das medidas e do valor da moeda. Na verdade, fez a mina de cem dracmas, quando dantes era de setenta e três, de forma que, ao entregarem idêntica soma em número mas inferior no valor, os devedores ficavam muito beneficiados, enquanto os credores em nada saíam prejudicados. A maioria, porém, está de acordo ao entender que a *seisachtheia* consistiu na remoção de todas as dívidas e os poemas [de Sólon] vão mais ao encontro desta perspectiva.

A importância deste fragmento cifra-se pelas conclusões que permite retirar em três importantes áreas:[53] a profundidade do espírito crítico de Andrócion, a natureza da relação que estabelece com a *Constituição*

---

e, uma vez que Aristóteles usou a obra de Andrócion, esta teria forçosamente que sair algum tempo antes.

[52] *Sol.* 15.3-5 = *FGrHist* 324 F 34.

[53] Vide Harding (1994) 129. Elenco das fontes antigas relacionadas com esta questão em Martina (1968) 141-146.

dos Atenienses e a ideologia política segundo a qual terá orientado a elaboração da sua crónica. Um dos aspectos que dificulta a avaliação da teoria de Andrócion reside no facto de apenas se possuir a paráfrase de Plutarco, possivelmente em segunda mão.[54] Mas o que Plutarco (ou a sua fonte) entendeu da perspectiva com que o atidógrafo via a *seisachtheia* afigura-se claro: para Andrócion, esta medida consistiu numa desvalorização da moeda, de que resultava a descida das taxas de juro. A mina, que até então era composta por setenta e três dracmas, passaria agora a corresponder a cem novas dracmas mais leves. Portanto, um devedor sairia beneficiado desde que lhe fosse permitido pagar a antiga dívida através de igual número de dracmas novas.[55] Contudo, se, por exemplo, alguém devesse trinta e seis dracmas, que correspondiam a cerca de meia mina na cunhagem anterior, e o credor as fizesse equivaler à meia mina posterior à reforma, o resultado seriam cinquenta dracmas das novas, não havendo, por conseguinte, um 'abatimento' à dívida. Por outro lado, se o credor aceitasse a situação contrária, é difícil crer que não saísse prejudicado, já que o valor real recebido seria menor.[56] Por último, esta teoria enfrenta outra

---

[54] A forma de introduzir o discurso ("alguns, entre os quais se encontra Andrócion, escreveram...") parece indicar que haveria outras autoridades, inclusive anteriores a Andrócion, que discutiriam o problema de forma análoga.

[55] Mas, para isso, a dívida teria de estar calculada em dracmas e não em minas, já que o valor desta última se mantivera inalterado.

[56] Por esta ordem de razões, Harding (1994), 130-131, argumenta com acerto que Andrócion não se revelava, com tal

grave dificuldade. Não só o conceito de desvalorização é anacrónico quando aplicado à época de Sólon, como pressupõe que a cunhagem de moedas fosse corrente na Atenas da altura, hipótese que está sujeita a sérias reservas. Em conclusão, a perspectiva que Andrócion teria desta medida de Sólon, ao menos pelo que se pode inferir da paráfrase de Plutarco, não serve de alternativa válida à interpretação mais corrente, representada no tratado aristotélico antes referido, e segundo a qual a *seisachtheia* consistira numa abolição geral das dívidas.[57] De resto, é também esta a versão que Plutarco prefere.[58]

Será evocado somente um exemplo mais dos autores que serviram de fonte ao biógrafo de Queroneia. É o caso de Polizelo de Rodes, citado uma única vez, a propósito de eventuais manobras menos claras do antigo legislador:[59]

> Contudo, esta acusação foi rapidamente desfeita com os tais cinco talentos: na verdade, ele achava-se credor dessa soma e foi o primeiro a perdê-la, tal como determinava a lei. Alguns afirmam que o montante era de quinze talentos, entre os quais também se encontra Polizelo de Rodes. Quanto aos seus amigos, daí em diante passaram a ser chamados de 'bancarroteiros'.

Polizelo era um historiador local, que viveu na primeira metade do séc. III a.C. Vem citado a propósito

interpretação da *seisachtheia*, um bom economista.

[57] *Constituição dos Atenienses*, 6.1.

[58] Cf. ainda *Sol.* 15.2.

[59] *Sol.* 15.9 (= *FGrHist* 521 F 8).

de uma acusação que envolvia Sólon e pessoas a ele chegadas, por altura da implantação da *seisachtheia*: tendo o legislador confiado aos amigos a intenção de abolir todos os débitos (públicos e privados), estes haviam aproveitado para contrair importantes empréstimos e assim comprar vastas extensões de terra. Quando a medida passasse a vigorar, eles lograriam ficar com todos aqueles valores, sem quaisquer encargos. Esta acusação teria sido alargada de forma a incluir também o legislador, que saíra ilibado pelo facto de ele próprio perder uma soma importante. No entanto, a notícia não deve possuir qualquer valor histórico, já que o próprio nome dos 'bancarroteiros' indicia que se está perante uma invenção decorrente das lutas políticas de finais do séc. V.[60] Apesar de tudo, o episódio oferece uma óptima oportunidade para reforçar a excelência de carácter de Sólon, razão pela qual Plutarco o refere. O facto de Polizelo, e outras fontes, apontar quinze talentos, em vez de cinco, deve corresponder simplesmente à amplificação lendária e, portanto, será ainda mais inverosímil que a cifra inferior. Não se sabe em que parte da *História de Rodes* Polizelo faria referência a Sólon; mesmo assim, é possível que Plutarco, neste caso concreto, se esteja a servir de uma *Mittelquelle*, geralmente identificada com Hermipo, até porque a notícia também aparece em Diógenes Laércio, que terá usado a mesma fonte.[61]

[60] Cf. *Sol.* 15.7.

[61] Cf. Diógenes, 1.45. Assim pensam Manfredini & Piccirilli (1998), xxx, que aventam ainda a possibilidade de que o momento para mencionar o legislador ocorreria a propósito da fundação de

Tal como acontece neste último exemplo e noutros que para trás ficaram analisados, a *Vida de Sólon* apresenta como verdade aspectos que estão abertos a sérias dúvidas ou são altamente improváveis. Em alguns dos casos o biógrafo não teria sequer consciência dos erros em que estava a incorrer, como acontece na apresentação da figura de um Sólon democrático, facto que ecoa a tradição que deve ter-se iniciado em finais do séc. V e que para os antigos correspondia à própria realidade. No entanto, essa inconsciência não basta para explicar todas as inexactidões, já que, por vezes, Plutarco estava a par da polémica acesa que envolvia determinados episódios. Convirá, por isso, recordar o exemplo mais conhecido, que será também o último passo analisado (*Sol.* 27.1):

> Quanto ao seu encontro com Creso, alguns são de opinião que não passa de uma invenção, argumentando com a cronologia. Pela minha parte, contudo, um relato assim famoso, atestado por tantos testemunhos e, o que é mais importante, conforme ao carácter de Sólon e digno da sua magnanimidade e sabedoria, não me parece que seja de o pôr de lado à conta de uns quadros cronológicos, que um ror de estudiosos procurou, até hoje, corrigir, sem que tenham conseguido reduzir as contradições a algum resultado que eles próprios aceitem.

Na parte inicial desta introdução, comentava-se a preocupação que Plutarco mostrava em esclarecer que,

---

Solos, na Cilícia.

ao elaborar as *Vitae*, o seu objectivo era compor não obras de história, mas sim biografias, onde tinha um papel essencial a definição do carácter das personagens retratadas. Que ele estava a ser coerente mostra-o este passo uma vez mais. Plutarco conhecia os problemas cronológicos à volta do encontro entre Creso e Sólon; no entanto, esta objecção parece-lhe pequena, quando comparada com a riqueza que oferece para a definição do *ethos* do legislador. Embora o encontro entre os dois estadistas seja improvável do ponto de vista histórico, há que reconhecer pertinência ao juízo formulado pelo biógrafo. A entrevista está ligada, de forma indelével, à tradição de Sólon e, ainda que fictícia, não pôde nunca ser ignorada, tanto na antiguidade como nos nossos dias.

Em conclusão: apesar de Plutarco denunciar a presença de erros e anacronismos, acolhidos sobretudo em nome do valor que tinham para o desenho do carácter de Sólon, ele representa, contudo, a maior fonte de informação sobre o estadista ateniense. Tem ainda a vantagem de conjugar muitas leituras e reflexões sobre o mesmo assunto. Há, no entanto, que admitir que esta característica o pode induzir em erro e na tentação do anedótico. Ainda assim, o polígrafo discute e avalia, com relativa frequência, as diferentes versões, facto que o torna, se não num historiador, pelo menos em algo mais que um simples colector passivo e acrítico de informação alheia. A conjugação destes factores torna a *Vida de Sólon* num documento muito importante para

a compreensão da Grécia antiga num período muito conturbado da história de Atenas. É com o convite à sua leitura que se encerra esta breve análise introdutória.

Vida de Sólon

1.1. O gramático Dídimo, na sua Réplica a Asclepíades a propósito dos "axones" de Sólon, aduz um passo de certo Fílocles, onde este afirma que Sólon era filho de Eufórion, contra a opinião de todos quantos se ocuparam de Sólon. 2. Na verdade, todos à uma sustentam ser ele filho de Execéstides, homem que, pela riqueza e poder, segundo afirmam, se situa na classe média, mas que, atendendo à estirpe, pertencia a uma casa notável: era, de facto, descendente de Codro·[1] 3. Quanto à mãe de Sólon, Heraclides Pôntico refere que ela era prima da mãe de Pisístrato. 4. De início, gerou-se entre os dois uma grande amizade, devida quer ao parentesco quer às qualidades e juvenil beleza de Pisístrato, já que, como contam alguns, Sólon teria cultivado com ele uma relação amorosa.[2] 5. Daqui

[1] Tal como afirma Plutarco, a maioria dos autores antigos indica Execéstides como pai de Sólon. E.g. Diodoro, 9.1; Luciano, *Diálogos dos Mortos*, 20.4; Diógenes Laércio, 1.45. Contudo, é insegura a tradição de que ele descenderia de Codro, rei da Ática, filho de Melanto, cuja linhagem recua até Neleu e Poséidon. É possível que esta ideia derive da propaganda promovida pelo tirano Pisístrato. Vide Heródoto, 5.65.3-4; Diógenes Laércio, 1.53. Em todo o caso, Sólon era oriundo de família nobre.

[2] O parentesco entre Sólon e Pisístrato, pela parte da mãe de ambos, não é de todo improvável e pode ter dado origem à ideia de que eles haviam sido amantes, hipótese bastante mais insegura e que já enfrentava as críticas de [Aristóteles], *Constituição dos Atenienses*, 17.2. Cf. *Sol.* 31.

resulta, aparentemente, que, mais tarde, depois de se tornarem opositores na política, essa hostilidade não os tenha levado a nutrir sentimentos rudes ou cruéis, mas que mantivessem, em seus espíritos, aquele civismo e guardassem, "fumegante, a chama ainda viva do fogo de Zeus",[3] a grata recordação do amor. 6. De resto, que Sólon não mantinha a compostura na presença de belos rapazes nem possuía ânimo bastante para resistir ao amor, "tal como o pugilista aos punhos",[4] é o que se pode deduzir dos seus próprios poemas, bem como de uma lei, por ele promulgada, que impedia os escravos de frequentarem a palestra e de namoriscarem com os jovens.[5] Isto porque colocava esta prática no número dos costumes belos e louváveis e também porque, de certa forma, a ela atraía os que eram dignos e dela excluía os indignos. 7. Afirma-se, ainda, que Pisístrato foi amante de Carmo e que dedicou a estátua de Eros que se encontra na Academia, no lugar onde os atletas acendem o archote sagrado.[6]

2.1. Ora uma vez que o pai havia diminuído o património em obras de beneficência e de caridade, segundo afirma Hermipo, Sólon, não por míngua de quem o desejasse ajudar, mas por vergonha de aceitar apoio de outros, quando provinha de uma casa que,

[3] Eurípides, *Bacantes*, 8.
[4] Sófocles, *Traquínias*, 442.
[5] Frg. 74b Ruschenbusch.
[6] A Academia era um jardim situado nas cercanias de Atenas e consagrado ao herói Academo, em cujo ginásio Platão fundou a sua escola, imortalizando assim o nome do lugar.

habitualmente, os socorria a eles, decidiu voltar-se, ainda novo, para o comércio. No entanto, alguns mantêm que foi mais na busca de experiência e de conhecimentos do que de lucro que Sólon empreendeu as suas viagens.[7] 2. De sabedoria, efectivamente, era ávido (na opinião de todos), ele que, já de idade avançada, afirmava[8] «envelhecer, sempre muitas coisas aprendendo». 3. Porém, não admirava a riqueza e dizia antes que era igualmente rico quem[9]

muita prata possui
e ouro e de terra fértil em grão planícies,
cavalos e mulas; e o que só com estes dons conta:
estômago, flancos e pés, tudo bem tratado;
do jovem ou da mulher — em chegando a ocasião —
a frescura fruir, quando à idade se ajustar.

4. Contudo, em outro ponto afirma:[10]

Riquezas desejo possuir, mas adquiri-las injustamente
não pretendo: inexorável a seguir vem a justiça.

---

[7] Plutarco é a única fonte a mencionar claramente uma viagem juvenil, escudando-se na autoridade de Hermipo. Esta primeira deslocação, motivada por necessidades económicas aliadas ao interesse comercial, é favorável aos que defendem que Sólon pôde, assim, adquirir experiência que viria a aplicar, mais tarde, na sua obra legislativa. Entre os estudiosos da questão, vide Reeker (1971); Alessandrì (1989).

[8] Frg. 18 West.

[9] Frg. 24.1-6 West.

[10] Frg. 13.7-8 West.

5. Ora nada impede ao homem bem formado e bom cidadão de, sem ambicionar em demasia a posse do supérfluo, não desprezar a fruição do necessário e do suficiente. 6. Naqueles tempos em que, segundo as palavras de Hesíodo[11] "trabalho algum era vergonhoso" e nenhum ofício trazia descrédito, também o comércio gozava de boa fama. Era uma forma de aproximar países estrangeiros, de unir soberanos por laços de amizade e de ganhar experiência em muitos domínios. 7. Alguns tornaram-se, assim, fundadores de grandes cidades, como aconteceu com Prótis para Massália,[12] depois de se tornar caro aos Celtas da zona do Ródano. 8. E afirma-se que também Tales e o matemático Hipócrates se dedicaram ao comércio e que Platão, para suportar as despesas de viagem, terá vendido algum azeite no Egipto.[13]

3.1. Ora o gosto que Sólon nutria pela prodigalidade e pela vida sensual, bem como a forma mais vulgar do que filosófica com que, nos seus poemas, discorre sobre o prazer, serão de imputar, ao que se pensa, à sua actividade comercial. Esta, ao comportar muitos e grandes perigos reclama, em troca, algumas alegrias e prazeres. 2. Mas que ele mesmo se colocava mais na fileira dos pobres do que na dos ricos, mostram-no bem estes versos:[14]

---

[11] *Trabalhos e Dias*, 311; esta obra faz, sobretudo, um elogio do trabalho e da justiça. Hesíodo (que uns julgam ser contemporâneo de Homero, outros anterior e outros ainda posterior) é mais conhecido como autor da *Teogonia*.

[12] Actual Marselha, fundada cerca de 600 a.C.

[13] Cf. também Aristóteles, *Política*, 1259a6; Diógenes Laércio, 3.6.

[14] Frg. 15 West.

3.

Muitos vilões estão ricos e os nobres na miséria,
  mas nós com eles não trocaríamos
o mérito pela riqueza: pois aquela firme se mantém;
  a riqueza, contudo, ora um homem ora outro a possui.

4. Da poesia parece que, de início, se terá servido sem um objectivo sério, mas somente por divertimento e recriação pessoal nos períodos de lazer. Mais tarde, porém, versificou também sentenças filosóficas e entreteceu com os poemas muitas questões de política, não para delas fazer a exposição ou registo, mas como justificação da sua conduta e, em certos momentos, para veicular exortações, avisos ou censuras aos Atenienses. 5. Alguns afirmam que ele teria começado mesmo a publicar as suas leis, pondo-as em verso, e recordam o poema que assim começava:[15]

Em primeiro lugar, supliquemos a Zeus Crónida soberano
que a estas leis boa fortuna e glória conceda.

6. No campo da filosofia ética, deu preferência, tal como a maioria dos sábios de então, à dimensão política; já no das ciências naturais, revela-se muito simplista e arcaico, como ilustram estes versos:[16]

---

[15] Frg. 31 West.

[16] Frgs. 9.1-2 e 12 West. O facto de Sólon, a par de outros sábios do seu tempo (eventualmente o grupo dos Sete Sábios), ter cultivado a parte da ética referente à política aproxima-se das posições de Dicearco, tal como aparecem expostas em Diógenes

7.

Da nuvem parte a fúria da neve e do granizo,
e o trovão se gera do brilhante relâmpago.
Com os ventos o mar se encapela; mas quando nada
o perturba, de todas as coisas é a mais recta.

8. Em suma, parece que somente o saber de Tales terá, naquela altura, avançado para além da utilidade prática, ao servir-se da indagação teórica. Quanto aos restantes, é da excelência política que lhes vem a reputação de sabedoria.[17]

4.1. Conta-se que os sábios se terão encontrado todos em Delfos e, de novo, em Corinto, onde Periandro havia organizado essa sua reunião conjunta e um banquete.[18] 2. Porém, mais ainda lhes exaltou o

Laércio (1.40). Plutarco cita ainda quatro versos (provenientes de dois fragmentos diferentes) como forma de elucidar as ideias científicas de Sólon. Não se afigura, no entanto, muito legítimo tomar este tipo de liberdade interpretativa, uma vez que o legislador está a usar simplesmente uma metáfora da natureza para expor os efeitos da acção de um tirano sobre o povo.

[17] Com esta observação, Plutarco prepara-se para desenvolver a dimensão ética da figura de Sólon. O grupo dos Sete Sábios é mencionado pela primeira vez em Platão (*Protágoras*, 343a), mas a tradição deve ser anterior ao próprio Heródoto (1.29-30), que já refere a famosa entrevista com Creso. As listas destes sábios conhecem algumas variações, mas Sólon — juntamente com Tales, Bias e Pítaco — encontrava-se em todas elas. Diógenes Laércio (1.41-42) fornece um quadro elucidativo dessas variantes. Sobre esta questão, vide Leão (2010*a*) e (2010*b*).

[18] A ligação dos Sete Sábios à moralidade apolínea está bem patente no facto de o santuário de Delfos ser um dos locais preferidos

prestígio e fama o percurso descrito pela trípode que por todos circulou, passando de mão em mão em sinal de amizade e emulação mútua. 3. Ao que se conta, tendo os pescadores de Cós lançado as redes, uns forasteiros de Mileto compraram a pescaria mesmo antes de a terem à vista. Ao puxarem as malhas, apareceu uma trípode de ouro, a qual — segundo a lenda — Helena, ao regressar de Tróia, ali tinha lançado borda fora, em memória de um antigo oráculo. 4. Gerou-se, de início, uma discussão entre os forasteiros e os pescadores por causa da trípode. E depois que as próprias cidades se envolveram no diferendo a ponto de avançarem para a guerra, a Pítia instruiu ambos os partidos no sentido de legarem a trípode ao mais sábio de todos. 5. Ora, em primeiro lugar, foi enviada a Tales, de Mileto, e de boa vontade os habitantes de Cós a cederam a um particular, quando, por causa dela, haviam, à uma, entrado em conflito com todos os Milésios. Mas porque Tales considerava Bias mais sábio do que ele mesmo, a trípode foi parar junto deste, e daí seguiu, de novo, para outro que ele julgava mais sabedor. 6. E depois de circular e ser remetida de um para outro, lá chegou pela segunda vez a Tales, até que, finalmente, foi levada de Mileto para Tebas e consagrada a Apolo Isménio. 7. Teofrasto

para colocar os encontros destas figuras, o que era uma forma de lhes conferir prestígio. Neste passo, Plutarco refere também a corte do tirano Periandro como um dos lugares onde ocorreram essas reuniões e é precisamente nesse ambiente que o biógrafo imagina o seu *Banquete dos Sete Sábios*. É, no entanto, muito pouco provável que tais relatos possuam valor histórico. O mesmo se pode dizer do episódio da trípode, que a seguir vem narrado.

sustenta que, em primeiro lugar, a trípode havia sido enviada para Priene a Bias e só depois para Mileto a Tales, encaminhada por Bias; e assim que, percorridos todos, de novo atingiu Bias, terá sido, finalmente, remetida a Delfos. 8. É esta a tradição mais difundida, se bem que alguns sustentem que a oferenda, em vez de uma trípode, consistia num vaso enviado por Creso,[19] e outros que era uma taça legada por Báticles.[20]

5.1. Sobre a entrevista privada de Sólon com Anacársis, e mais tarde com Tales, e sobre as impressões trocadas, corre uma série de pormenores. 2. Quanto a Anacársis, diz-se que se dirigiu a Atenas, a casa de Sólon, bateu à porta e declarou que, sendo estrangeiro, vinha com o intuito de se tornar seu amigo e de com ele firmar laços de hospitalidade.[21] Ao responder-lhe Sólon que as amizades era melhor fazê-las em casa, retorquiu Anacársis: "Ora bem, já que te encontras em casa, concede-me então a tua amizade e hospitalidade." 3. E assim, impressionado com a agudeza do homem, Sólon acolheu-o favoravelmente e manteve-o junto de si durante algum tempo, quando já andava ocupado

[19] Vide Heródoto (1.50-51), que enumera os ricos presentes que o monarca lídio ofereceu ao santuário de Apolo em Delfos.

[20] Não é segura a identidade deste Báticles, mas alguns estudiosos defendem que será de identificá-lo com o escultor homónimo de Magnésia.

[21] Diógenes Laércio (1.101), citando Sosícrates, coloca esta visita durante a 47ª Olimpíada (= 592-588), provavelmente em 592, uma vez que Sólon ainda se encontrava ocupado com a legislação.

com os assuntos públicos e com a codificação das leis. 4. Ao sabê-lo, Anacársis riu-se do projecto de Sólon, o qual acreditava que, com fórmulas escritas, poria cobro às injustiças e desigualdades entre os cidadãos. É que as leis em nada diferiam das teias de aranha: se, como estas, estavam aptas a prender os fracos e pequenos que conseguissem apanhar, seriam contudo despedaçadas pelos poderosos e pelos ricos. 5. Conta-se que, a estas observações, Sólon retorquiu que os homens também observam os acordos que a nenhuma das partes contratantes interessa transgredir. Assim, ele procurava ajustar de tal forma as leis aos concidadãos, a ponto de para todos se tornar evidente ser preferível respeitar as normas a ir contra elas. 6. Mas o desenrolar dos acontecimentos foi mais conforme ao pensar de Anacársis do que às esperanças de Sólon. Ainda a respeito de um outro facto exprimiu Anacársis o seu espanto, ao assistir a uma reunião da assembleia: que, entre os Helenos, fossem os sábios a falar, mas que as decisões coubessem aos ignorantes.[22]

6.1. No que respeita a Tales, quando Sólon o visitou em Mileto mostrou a sua admiração por ele ter decidido não se preocupar de todo em casar e ter filhos. Na altura, Tales ficou em silêncio, mas, transcorridos alguns dias, apresentou-lhe um estrangeiro que logo declarou ter vindo de Atenas havia dez dias. 2. Ao

[22] Encontra-se uma afirmação semelhante em Diógenes Laércio (1.103), que parece referir-se à actuação dos juízes nos concursos dramáticos.

perguntar-lhe Sólon pelas novidades em Atenas, o sujeito, que havia sido industriado sobre o que convinha dizer, respondeu: “Nada de especial, por Zeus, a não ser o funeral de certo jovem, que toda a cidade acompanhava. 3. Era filho — ao que diziam — de um homem notável, primeiro entre os cidadãos pela excelência, mas que — continuavam eles — não se encontrava lá, pois partira em viagem havia já bastante tempo.” 4. “Coitado!” — exclamou Sólon — “Como se chamava ele?” O homem replicou: “Ouvi dizer o nome, mas não me recordo dele, a não ser que se falava muito da sua sabedoria e sentido de justiça.” 5. A cada resposta, mais e mais Sólon era invadido pelo receio, até que, por fim, já muito perturbado, adiantou ele mesmo o nome ao estrangeiro, perguntando-lhe se o morto não seria filho de Sólon. 6. Mal o homem confirmou, ele começou a bater na cabeça e a fazer e dizer aquilo que acompanha o sofrimento profundo. Foi então que Tales o fez parar e, entre risadas, exclamou: “É por coisas destas, Sólon, que me furto ao casamento e a ter filhos, pois mesmo a ti, que tens um ânimo tão forte, elas deixam prostrado. Mas fica descansado quanto a estas notícias: nada têm de verdade.” 7. Ora isto, nas palavras de Hermipo, era o que dizia Pateco, ele que alardeava possuir a alma de Esopo.[23]

---

[23] Plutarco usa Hermipo como *Mittelquelle* para narrar um episódio que remontaria a Pateco. No entanto, a história é certamente fictícia, embora se compreenda o interesse que despertava nos antigos, dada a forma como contribui para a definição do carácter dos dois sábios em questão.

7.1. É, porém, insânia e vileza que, por receio da perda, se renuncie à posse dos bens necessários. A ser assim, não se deveria aspirar à fruição nem de riqueza, nem de fama ou sabedoria, com receio de as vir a perder. 2. Pois a própria virtude, o maior e mais agradável dos bens, nós a vemos despojada pela acção das doenças e dos venenos. E mesmo Tales, ao não casar, nada acrescentou à segurança, a menos que renunciasse ainda aos amigos, aos familiares e à pátria. De resto, também ele adoptou uma criança, o filho da sua irmã, Cibisto, ao que dizem. 3. Na verdade, tem a nossa alma em si uma propensão para o afecto e como é naturalmente apta ao entendimento, à reflexão e à memória, assim também o é para o amor; reveste-se de alguma forma desta aspiração e liga-se aos estranhos, com os quais não tem qualquer familiaridade. E tal como uma casa ou terra privada de herdeiros legítimos, assim ao afecto o ocupam e dele cuidam os desconhecidos, bastardos e servos, que, juntamente com essa ternura, inspiram cuidados e receios. 4. Assim, podem ver-se pessoas que contrariam energicamente o mais forte apelo da natureza para o casamento e procriação, e são essas mesmas que, quando o filho de um criado ou o bebé de uma concubina adoece e morre, se torturam com saudades e lançam lamentos impróprios. Alguns há ainda a quem a dor causada pela morte de cães ou cavalos tornou a vida odiosa e impossível. 5. Mas outros, apesar de terem perdido filhos excelentes, não se deixaram abater por uma paixão excessiva nem assumiram um comportamento

vergonhoso; pelo contrário, completaram de acordo com a razão o tempo que lhes restava de vida. Na verdade, é a fraqueza e não o afecto que acarreta penas e receios infindáveis sobre as pessoas que não se escudaram na razão contra os golpes da fortuna, que não sabem sequer desfrutar dos seus desejos na ocasião própria, e a quem o futuro traz continuamente penas, medos e angústias, por receio da perda. 6. Não é, porém, necessário refugiar-se na pobreza contra a privação dos bens, nem na falta de amigos contra a sua perda, nem na renúncia aos filhos contra a sua morte, mas sim na razão, contra todo e qualquer revés. Mas estas reflexões, ao menos de momento, já são mais do que suficientes.

8.1. Ora quando os Atenienses se cansaram de alimentar uma guerra morosa e desgastante contra os Megarenses por causa da ilha de Salamina, proibiram por lei que alguém voltasse a propor, por escrito ou de viva voz, que a cidade reivindicasse Salamina, sob pena de morte.[24] Então Sólon, sem poder suportar a vergonha e ao ver que muitos jovens apenas aguardavam um sinal para recomeçar a guerra, mas sem se atreverem a tomar a iniciativa por causa da lei, fingiu que tinha perdido a

[24] A reconstituição dos particulares relativos à disputa de Salamina é um problema que já remonta à antiguidade e os estudiosos modernos ainda não atingiram um consenso. Entre as conclusões que oferecem alguma segurança encontra-se a de que o conflito foi longo e conheceu várias fases e que, numa delas, Sólon teve um papel importante, garantindo a supremacia (temporária?) de Atenas. A fama então granjeada deve ter contribuído para a sua subida ao arcontado.

razão, espalhando-se pela cidade, a partir de sua casa, o rumor de que andava fora de si. Entretanto, compôs em segredo uma elegia, aprendeu-a de forma a recitá-la de memória e, de improviso, precipitou-se em direcção à ágora, com um pequeno gorro na cabeça. 2. Acorreu uma grande multidão e ele, subindo à pedra dos arautos, entoou a elegia que começa desta forma:[25]

> Eu mesmo vim, como arauto, da adorável Salamina,
> e compus um canto, sortilégio de palavras, em vez de um [discurso.

Este poema intitula-se Salamina e comporta cem versos elaborados com grande beleza. 3. Assim que terminou o canto, os amigos de Sólon começaram a louvá-lo, ao mesmo tempo que Pisístrato, em especial, incitava os cidadãos e os exortava a obedecerem às suas palavras. Então, eles revogaram a lei e reacenderam a guerra, depois de confiarem o comando a Sólon.[26] 4. Entre as várias tradições, a mais vulgarizada é a seguinte: Sólon foi de barco até Cólias na companhia de Pisístrato, onde encontrou todas a mulheres a ponto de oferecerem a Deméter o sacrifício tradicional. Enviou, então, a Salamina um homem da sua confiança, que fingia ser um desertor, com a

[25] Frg. 1 West.

[26] É improvável que Pisístrato tenha ajudado Sólon na conquista de Salamina. A confusão deve resultar do eventual parentesco entre os dois estadistas, da sua (falsa) relação amorosa e do facto de Pisístrato ter reforçado, mais tarde, a posse da ilha com a conquista do porto de Niseia. Cf. Heródoto, 1.59.

missão de exortar os Megarenses a que, se queriam raptar as mais importantes das mulheres atenienses, navegassem até Cólias na sua companhia e com toda a rapidez. 5. Persuadidos, os Megarenses enviaram os homens armados. Assim que avistou o barco a zarpar da ilha, Sólon ordenou às mulheres que se retirassem para longe e aos que, entre os mais jovens, ainda eram imberbes mandou que se aparelhassem com as roupas, diademas e calçado daquelas e ainda que, com punhais escondidos, se pusessem a jogar e a dançar perto da orla do mar, até que os inimigos desembarcassem e a nave fosse capturada. 6. Enquanto se cumpriam estas instruções, os Megarenses, iludidos pela aparência, acercaram-se e saltaram para terra, à compita entre si por causa das mulheres...[27] De forma que nenhum logrou escapar, antes pereceram todos e os Atenienses, navegando sem detença para Salamina, conquistaram a ilha.

9.1. Outros, porém, sustentam não ter sido desta forma que se deu a tomada, mas que, em primeiro lugar, o deus de Delfos concedeu a Sólon o seguinte oráculo:

> Os fundadores da região, heróis locais, com sacrifícios
> propicia, os que em seu seio a terra de Asopo acolhe
> e que, mortos, contemplam o sol que mergulha.

Então, Sólon viajou durante a noite para a ilha e imolou vítimas em honra dos heróis Perifemo e Cicreu.

[27] Ocorrência de uma pequena lacuna.

2. Em seguida, tomou entre os Atenienses quinhentos voluntários, depois de aprovado um decreto segundo o qual, se eles conseguissem tomar a ilha, ficariam senhores do seu governo. 3. Fê-los entrar num grande número de barcos de pesca e, escoltados por uma nave de trinta remos, lançaram âncora junto de um dos promontórios de Salamina, o que dá para a Eubeia.[28] 4. Os Megarenses que se encontravam em Salamina, ao tomarem conhecimento do facto através de um rumor pouco seguro, acorreram às armas em grande agitação e enviaram um barco, a fim de vigiarem as movimentações do inimigo. Quando ele se aproximou, Sólon dominou-o e aprisionou os Megarenses. 5. Depois, fez embarcar os melhores soldados atenienses, com instruções para navegarem em direcção à cidade, dissimulando-se o mais possível. Tomando consigo os restantes Atenienses, atacou em terra os Megarenses. Ainda o combate durava, quando os do barco se adiantaram e tomaram a cidade. 6. Parecem confirmar esta versão também as cerimónias comemorativas: na verdade, uma nau ática aproximava-se primeiro em silêncio e depois, enquanto os restantes avançavam com alarido e gritos de guerra, um homem armado saltava borda fora e corria aos gritos em direcção ao promontório Cirádion...[29] aproximando-se dos que vinham por terra. 7. Nas imediações, encontra-se o

[28] Ou se procede a uma correcção do texto (por exemplo em 'Niseia') ou se admite um erro de Plutarco (ou mais provavelmente de um copista), já que entre a Eubeia e Salamina se encontra o território da Ática.

[29] Pequena lacuna. O Cirádion é um dos montes de Salamina.

templo de Eniálio, que foi erigido por Sólon. Venceu, portanto, os Megarenses e, aos que não pereceram em combate, a todos deixou partir, tal como dispunha o acordo.

10.1. Ainda assim, os Megarenses resistiam, até que, depois de muitos males haverem, nesse conflito, causado e sofrido, designaram os Lacedemónios como árbitros e juízes. 2. Contudo, a maioria afirma que Sólon encontrou na autoridade de Homero um aliado: ou seja, depois de interpolar um verso no *Catálogo das naus*, leu-o por altura do julgamento:[30]

> Ájax de Salamina conduzia doze navios
> e fê-los estacionar onde se encontravam as falanges [atenienses.

3. Os Atenienses, porém, sustentam que se trata de um boato sem fundamento e ajuntam que Sólon apresentou aos juízes provas de que Fileu e Eurísaces, filhos de Ájax, ao receberem a cidadania ateniense, lhes ofereceram a ilha e se estabeleceram um em Bráuron da Ática e o outro em Mélite; daí que haja um demo

---

[30] *Ilíada*, 2.557-558. Este *Catálogo* é um longo trecho do canto segundo da *Ilíada*, onde se refere o número de navios com que cada um dos chefes da coligação dos Aqueus contribuíra para a guerra de Tróia. Os versos citados ficam imediatamente a seguir à descrição do contingente ateniense e daí a dedução das especiais relações que Atenas teria com Salamina, desde tempos recuados. No entanto, é pouco provável que a tradição da interpolação feita por Sólon tenha fundamento histórico.

cujo nome deriva de Fileu — o demo dos Filaídas — de onde era originário Pisístrato. 4. Para mais, com a intenção de melhor refutar os Megarenses, terá encontrado apoio no facto de a sepultura dos mortos não obedecer ao costume destes, mas sim ao de Atenas. É que os Megarenses depositam os mortos virados para nascente, enquanto os Atenienses o fazem para poente. 5. No entanto, Héreas de Mégara, discordando, afirma que também os Megarenses colocam os restos mortais dos falecidos virados para poente. Mas pormenor ainda mais pertinente do que estes é o facto de cada um dos Atenienses possuir uma tumba individual, enquanto que, em Mégara, na mesma jazem três e quatro pessoas. 6. Narra-se, porém, que Sólon contou ainda com o apoio de alguns oráculos píticos, onde o deus proclamava que Salamina pertencia à Iónia. O diferendo foi resolvido pelo arbítrio de cinco espartanos: Critolaídas, Amonfáreto, Hipsíquidas, Anaxilas e Cleómenes.[31]

11.1. Ora já no seguimento destes eventos Sólon se havia tornado famoso e ilustre. Contudo, granjeou ainda admiração e notoriedade, especialmente entre os Helenos, ao falar em defesa do santuário de Delfos, no sentido de que se impunha auxiliá-lo e não permitir que os habitantes de Cirra ultrajassem o oráculo, mas antes

[31] A grande variedade de recursos que são atribuídos ao legislador para tomar a ilha e legitimar a sua posse sugere que já na antiguidade não havia certezas quanto à forma como a operação havia sido realizada.

acorrer aos Délfios em nome do deus.[32] Persuadidos por ele, os membros da Anfictionia avançaram para a guerra, conforme atesta, entre muitos outros, Aristóteles, que, na *Lista dos vencedores dos Jogos Píticos*, atribui a Sólon esta proposta. 2. No entanto, não chegou a ser designado estratego para este conflito, como, segundo Hermipo, afirmava Evante de Samos. Na verdade, o orador Ésquines não refere esse facto e, nos *Anais de Delfos*, está gravado como estratego dos Atenienses Alcméon e não Sólon.[33]

12.1. O sacrilégio cometido quando do golpe de Cílon perturbava a cidade havia já bastante tempo, desde a altura em que os conjurados de Cílon se apresentaram como suplicantes à deusa e o arconte Mégacles os convenceu a descerem e submeterem-se a julgamento.[34] Estes ligaram à estátua da deusa um fio retorcido a que se mantinham agarrados. Mas aconteceu que, no momento em que, na descida, passavam nas

[32] O evento em questão é a Primeira Guerra Sacra, que se deve ter iniciado depois da tomada de Salamina e antes do arcontado de Sólon, portanto numa época compreendida, provavelmente, entre 600 e 595, embora o conflito se estendesse até 591/590.

[33] A forma como Plutarco discute a identidade do comandante da expedição a Delfos é um claro exemplo da maneira como ele analisava criticamente as fontes à sua disposição.

[34] O objecto da súplica dos conjurados é uma primitiva imagem de Atena, guardada na Acrópole. O golpe de que Plutarco fala corresponde à tentativa de implantação de uma tirania em Atenas, por parte do atleta vencedor olímpico Cílon, que, para essa aventura mal sucedida, contou com o apoio do tirano de Mégara, Teágenes. A data provável da crise é 636 ou 632. Cf. Heródoto (5.71), Tucídides (1.126.3-12).

imediações do santuário das Deusas Venerandas,[35] o fio se partiu sozinho, pelo que Mégacles e os outros arcontes se lançaram sobre eles, com a desculpa de que a deusa recusava a súplica. Aos que já se encontravam fora, lapidaram-nos, aos que buscaram refúgio junto dos altares, massacraram-nos. Escaparam somente os que apelaram às mulheres dos magistrados. 2. Por esse motivo, passaram a ser chamados 'sacrílegos' e tornaram-se odiosos. Além disso, os partidários de Cílon que sobreviveram, depois de se encontrarem de novo reforçados, andavam permanentemente em luta com os seguidores de Mégacles. 3. Nesse momento, em que a agitação atingia o cume e o povo andava dividido, Sólon, já célebre, avançou por entre as duas facções, juntamente com os mais importantes entre os Atenienses, e, entre pedidos e conselhos, convenceu os chamados 'sacrílegos' a submeterem-se a julgamento, procedendo-se à escolha de trezentos juízes, entre as famílias nobres. 4. A acusação foi movida por Míron de Flias e os réus foram considerados culpados. Os que ainda viviam foram exilados, os restos dos que já haviam morrido foram desenterrados e lançados para lá da fronteira. 5. Os Megarenses encontraram alento nesta agitação, pelo que os Atenienses não só perderam Niseia como foram novamente expulsos de Salamina.[36] 6. Além

[35] Euménides.

[36] Neste momento, Plutarco deve estar a referir-se aos acontecimentos que levaram à situação exposta nos caps. 8-9 e que, portanto, são anteriores à acção de Sólon, que o biógrafo referiu naquela altura por antecipação.

disso, certos receios supersticiosos e a ocorrência de visões dominavam a cidade. Os adivinhos proclamavam que o exame das vítimas sagradas revelava sacrilégios e contaminações que exigiam purificação. 7. E assim, foi chamado para vir de Creta para junto deles, Epiménides de Festos, que é contado entre o número dos Sete Sábios por alguns autores que não aceitam a inclusão de Periandro. Ele tinha fama de ser protegido dos deuses e especialista em matérias religiosas relacionadas com a sabedoria inspirada e iniciática. Por este motivo, os seus contemporâneos consideravam-no filho de uma ninfa de nome Blastes e um novo Cureta.[37] 8. Com a sua vinda a Atenas, tornou-se amigo de Sólon, a quem preparou e orientou no respeitante a grande parte da obra legislativa.[38] Na verdade, tornou os Atenienses mais simples nas práticas religiosas e mais moderados nas

[37] A identificação dos Curetas varia, mas a interpretação mais corrente dá-os como génios que protegeram a infância de Zeus em Creta. A eles era atribuído também o dom da profecia. A importância de Creta do ponto de vista religioso é visível em muitas tradições; o próprio Apolo aí se dirigiu para se purificar do sangue do dragão que matara para ocupar o oráculo de Delfos (e.g. Pausânias, 2.7.7; 2.30.3).

[38] De acordo com Diógenes Laércio (1.110), Epiménides teria visitado Atenas na 46ª Olimpíada (= 596-592) e Eusébio (*Hieron.*, *v. ll* 45.4, 46.2) situa essa deslocação no segundo ano da mesma Olimpíada (= 595/594). Concordam, portanto, globalmente com Plutarco, que coloca o evento antes do arcontado de Sólon. No entanto, o biógrafo afirma que Epiménides auxiliou o legislador, o que implicará que aquele tenha permanecido em Atenas durante algum tempo. Além da reputação em questões religiosas, Creta gozava ainda de grande fama do ponto de vista jurídico. Com efeito, é de uma das suas cidades que provém um dos documentos mais interessantes do direito grego: o código de Gortina.

manifestações de luto, além de introduzir imediatamente alguns sacrifícios nos funerais e de suprimir aqueles costumes duros e bárbaros, que a maioria das mulheres de antanho observava. 9. Contudo, a medida mais importante foi que, ao exorcizar e santificar a cidade com expiações, purificações e fundações religiosas, a tornou dócil à justiça e mais predisposta à união. 10. Conta-se que, ao ver o porto de Muníquia,[39] nele reparou durante um bom bocado, comentando para os presentes como o homem era cego em relação ao futuro. É que os Atenienses seriam capazes de o devorar com os próprios dentes, se pudessem prever quantos sofrimentos aquela praça forte haveria de causar à cidade. 11. Qualquer coisa de semelhante augurou também Tales, segundo se conta: na verdade, deixou instruções no sentido de que, uma vez morto, o colocassem num canto qualquer de Mileto, insignificante e esquecido, predizendo que um dia esse lugar se haveria de tornar na praça pública dos Milésios. 12. Quanto a Epiménides, que despertara grande admiração, quiseram os Atenienses conceder-lhe muitas riquezas e grandes honrarias, mas ele nada pediu além de um ramo da oliveira sagrada e, assim que o obteve, fez-se ao caminho.[40]

[39] Diógenes Laércio (1.114) refere também esta premonição e não é de excluir que ela tenha sido forjada *post eventum*, ou seja, depois que Antípatro ocupou aquela praça forte com uma guarnição macedónia, em 322.

[40] Trata-se da oliveira sagrada que, segundo a tradição (cf. Heródoto, 8.55), havia sido plantada por Atena, ao disputar com Poséidon o domínio da Ática.

13.1. Assim que cessou a agitação gerada pelo caso de Cílon, e exilados os sacrílegos da maneira referida, os Atenienses retomaram de novo a antiga disputa do poder e assim, de quantas partes se compunha a região, em outras tantas facções se dividiu a cidade. 2. Ora as gentes das montanhas eram as mais propensas à democracia, e à oligarquia as da planície; já o terceiro grupo, o das gentes da zona costeira, dava preferência a uma forma de governo intermédia e mista e, como estava na oposição, impedia as outras facções de prevalecer.[41] 3. Entretanto, uma vez que o desequilíbrio entre os pobres e os ricos havia atingido, por assim dizer, o clímax, a cidade encontrava-se num estado verdadeiramente crítico, de modo que a única via para garantir a estabilidade e pôr termo às agitações parecia ser a instauração de uma tirania. 4. Na verdade, todo o povo estava endividado para com os ricos. É que ou cultivavam a terra e entregavam a estes a sexta parte do produto obtido — pelo que eram chamados 'hectêmoros' e 'tetas' — ou então contraíam dívidas, dando como garantia a própria liberdade, e acabavam por ficar sujeitos à escravidão pelos credores. Uns levavam ali mesmo existência de servidão, outros eram

[41] Para além da discutível inclinação política destes grupos, a emergência de facções regionais é uma realidade mais natural na sociedade ática posterior às reformas de Sólon, já que pressupõe uma consciência cívica mais apurada. Cf. *Sol.* 29.1; Heródoto, 1.59.3; [Aristóteles], *Constituição dos Atenienses*, 13.4-5. Neste momento, as lutas entendem-se melhor como disputas entre poderosos clãs aristocratas ou então entre estes e as restantes camadas da população.

vendidos para o estrangeiro.[42] 5. Muitos chegavam mesmo a ser forçados a traficar os próprios filhos — nenhuma lei o proibia — e a fugir da cidade, tal a dureza dos credores.[43] 6. A maioria, contudo, e os mais possantes reuniram-se e exortaram-se mutuamente no sentido de não continuarem a suportar aquela situação, mas a escolherem para chefe um homem de confiança que libertasse os devedores retardatários, fizesse uma nova repartição da terra e alterasse completamente o sistema político.

14.1. Ora, nessa altura, os mais avisados de entre os Atenienses, ao constatarem que Sólon era o único ou o que mais arredado andava daquelas faltas (pois nem participava nas injustiças dos ricos nem estava vinculado pelas necessidades dos pobres), insistiram com ele para que se ocupasse dos assuntos públicos e pusesse termo às dissensões. 2. Contudo, Fânias de Lesbos relata que foi o próprio Sólon quem, valendo-se do dolo no confronto com ambas as partes, no interesse da salvação da cidade, prometeu em segredo aos que estavam em dificuldades uma redistribuição da terra, e aos proprietários a confirmação dos títulos.[44] 3. Mas o próprio Sólon afirma que, de início, se dedicou à política com hesitação, por receio da avareza de uns e da arrogância de outros. No

[42] A explicação de Plutarco sobre o significado de hectêmoro ('o que paga a sexta parte') deve ser a mais correcta, pese embora a grande polémica gerada à volta deste assunto.

[43] Frg. 31b Ruschenbusch.

[44] Estas manobras políticas (comparáveis a promessas eleitorais pouco sérias) não devem ter fundamento histórico.

entanto, foi escolhido para arconte a seguir a Filômbroto, ao mesmo tempo como árbitro e legislador, pois todos o acolheram favoravelmente: os ricos por ser abastado, os pobres por ser honrado.[45] 4. Conta-se também que um dito seu que fora posto em circulação (havia afirmado antes que a igualdade não era fautora do conflito) agradara tanto aos ricos como aos pouco abastados: uns pela dignidade e nobreza, outros pela quantidade e número, esperavam todos atingir essa igualdade. Uma vez que ambas as facções haviam criado uma grande expectativa, os seus chefes insinuavam-se junto de Sólon com o intuito de instaurar a tirania e de o convencer a gerir com mão forte a cidade, tornando-se seu senhor. 5. De resto, também muitos cidadãos da classe média, considerando que uma mudança operada pela razão e pela lei era coisa penosa e difícil, não repudiavam a ideia de colocar à cabeça do governo a pessoa que fosse mais justa e mais ponderada. 6. Alguns sustentam que Sólon recebeu em Píton[46] um oráculo deste teor:

> Senta-te no centro da nau, o trabalho do piloto
> dirigindo: muitos Atenienses te ajudarão.

---

[45] A datação do arcontado de Sólon é também objecto de controvérsia. Um dos passos fundamentais para elucidar a questão é Diógenes Laércio (1.62), que cita a autoridade de Sosícrates; segundo ele, o arcontado cairia no terceiro ano da 46ª Olimpíada (= 594/593). Há razões para crer que esta data é precisa e correcta, se bem que outras hipóteses tenham sido defendidas, como a que coloca o arcontado cerca de vinte anos mais tarde.

[46] Santuário de Apolo em Delfos; a designação de Píton deriva do nome da serpente ou dragão que Apolo matara para se tornar senhor do oráculo.

7. Censuravam-no em especial os amigos por a palavra monarquia o enfurecer, como se o mérito de quem a ela ascende não a transformasse logo em realeza legítima, ou não tivesse isso acontecido antes com Tinondas na Eubeia e agora em Mitilene, onde Pítaco fora eleito tirano.[47] 8. Nenhum destes argumentos conseguiu desviar Sólon dos seus objectivos. Pelo contrário, segundo se conta, ele disse aos amigos que a tirania era uma bela praça forte, mas que não tinha saída, escrevendo nos poemas dedicados a Foco o seguinte:[48]

> Se a terra poupei
> da minha pátria, e à tirania e à violência amara
> não me agarrei, manchando e deslustrando a minha fama,
> em nada me envergonho: maior assim a vitória, a meu ver,
> sobre todos os homens.

Aqui se nota claramente que, mesmo antes de empreender a legislação, já possuía uma fama apreciável. 9. Quanto ao que muitos comentavam, rindo-se de ele ter evitado a tirania, assim o comentou ele mesmo por escrito:[49]

> De seu natural, não é Sólon ponderado nem homem de
> [visão;
> fortuna um deus lhe concedia, e ele não a aproveitou.

---

[47] Sobre a relação entre a figura do tirano e do sábio e sobre o caso específico de Pítaco, enquanto tirano eleito, vide Leão (2009).

[48] Frg. 32 West.

[49] Frg. 33 West.

Lançada a rede, o insensato não arrastou a farta
pescaria: o ânimo, a um tempo, e o senso lhe vacilaram.
Bem que eu desejaria o poder e uma riqueza pingue tomar
e tirano de Atenas somente um dia ser,
ainda que a pele depois arrancada visse e aniquilada a raça.

15.1. Estas as palavras que sobre si põe a turba mesquinha a proferir. No entanto, apesar de repelir a tirania, ele não dirigiu o governo da forma mais doce e as leis promulgou-as não com fraqueza, nem recuando perante os poderosos nem para agrado dos que o haviam escolhido. Quando, porém, a situação era aceitável não acudia com remédios ou inovações, por receio de que, "se revirasse e transformasse totalmente a cidade, ela ficaria demasiado enfraquecida para assentá-la de novo"[50] e reordená-la da melhor forma. Quanto às situações em que ele esperava que os concidadãos confiassem nas suas palavras e acatassem imposições, fazia isso mesmo, como ele próprio afirma:[51]

A um tempo a força com a justiça harmonizando.

2. Daí que, mais tarde, interrogado sobre se havia escrito as melhores leis para os Atenienses, ele tenha respondido: "As melhores dentre as que eles poderiam aceitar." E quanto ao que os autores mais recentes dizem do facto de os Atenienses urbanamente disfarçarem as realidades penosas, atenuando-as

[50] Frg. 33a West.
[51] Frg. 36.16 West.

com termos agradáveis e benéficos (às prostitutas chamam 'companheiras', aos impostos 'contribuições', 'vigilantes' às guarnições das cidades, 'casa' ao cárcere), parece que terá sido Sólon o primeiro a usar a habilidade, pois chamou 'alijamento do fardo'[52] à extinção das dívidas. Esta foi, na verdade, a sua primeira medida: determinou que as dívidas existentes fossem abolidas e que, de futuro, ninguém pudesse emprestar dinheiro sob caução pessoal.[53] 3. No entanto, alguns, entre os quais se encontra Andrócion,[54] escreveram que os pobres se contentaram em ficar aliviados não com a abolição das dívidas, mas antes com a moderação das taxas de juro, chamando *seisachtheia* a esta acção humanitária e ao concomitante aumento das medidas e do valor da moeda. 4. Na verdade, fez a mina de cem dracmas, quando dantes era de setenta e três, de forma que, ao entregarem idêntica soma em número mas inferior no valor, os devedores ficavam muito beneficiados, enquanto os credores em nada saíam prejudicados. 5. A maioria, porém, está de acordo ao entender que a *seisachtheia* consistiu na remoção de todas as dívidas e os poemas vão mais ao encontro desta perspectiva. 6. Efectivamente, neles Sólon gloria-se porque da terra hipotecada[55]

[52] *Seisachtheia*, nome pelo qual esta medida é geralmente conhecida, pelo que, fora esta ocorrência, será dada a transliteração do termo grego e não a sua tradução aproximada.

[53] Frg. 69c Ruschenbusch.

[54] *FGrHist* 324 F 34.

[55] Frg. 36.6-7 West

os marcos arrancou, por toda a parte enterrados:
antes era serva, agora é livre.

E quanto aos cidadãos reduzidos à escravidão por dívidas, a uns fê-los regressar do estrangeiro,[56]

quando a língua ática
já não falavam, por tanto andarem errantes;
a outros que aqui mesmo servidão ignóbil
suportavam

afirma haver tornado livres. 7. Sustenta-se, porém, que, com esta medida, atraiu sobre si a mais indigna das difamações.[57] De facto, quando ele se preparava para suprimir as dívidas e buscava os termos apropriados e a ocasião conveniente, aconteceu-lhe revelar o projecto aos amigos mais fiéis e da sua intimidade (ou seja, Cónon, Clínias e Hiponico), informando-os de que não tinha intenção de tocar na terra, mas estava decidido a abolir as dívidas. 8. Ora eles, adiantando-se de imediato, num golpe de antecipação, conseguiram dos ricos o empréstimo de um montante elevado e compraram por

[56] Frg. 36.11-14 West.

[57] A história que se segue também é referida por [Aristóteles], *Constituição dos Atenienses*, 6, que a considera falsa. Efectivamente, o episódio deve ter sido inventado no contexto das disputas entre democratas radicais e partidários da oligarquia, em finais do séc. V. A sugeri-lo está inclusive o pormenor de os presumíveis 'amigos' de Sólon (Cónon, Clínias e Hiponico) serem antepassados, respectivamente, de Cónon, Alcibíades e Cálias, todos eles personalidades importantes nas últimas fases da Guerra do Peloponeso (431-404).

atacado grandes extensões de terra. Assim que o decreto foi publicado, eles continuaram a desfrutar desses bens e não devolveram a soma contraída em empréstimo, pelo que fizeram Sólon incorrer em grave acusação e calúnia, como se ele não fosse também um injustiçado mas antes cúmplice daquela injustiça. 9. Contudo, esta acusação foi rapidamente desfeita com os tais cinco talentos: na verdade, ele achava-se credor dessa soma e foi o primeiro a perdê-la, tal como determinava a lei. Alguns afirmam que o montante era de quinze talentos, entre os quais também se encontra Polizelo de Rodes.[58] Quanto aos seus amigos, daí em diante passaram a ser chamados de 'bancarroteiros'.[59]

16.1. Ele acabou por não agradar a nenhuma das partes, antes incomodou os ricos ao suprimir os contratos e, mais ainda, os pobres, pois não procedeu à redistribuição da terra, de acordo com as suas expectativas, nem no modo de vida os fez totalmente iguais e semelhantes, à imagem da reforma de Licurgo.[60] 2. Este, porém, era o undécimo descendente

---

[58] *FGrHist* 521 F 8. A cifra de quinze talentos resulta, certamente, de uma amplificação lendária do mesmo episódio.

[59] *Chreokopidai*. O termo talvez tenha sido forjado por semelhança com *Hermokopidai* (os mutiladores das estátuas de Hermes), mas também não é improvável que haja um jogo de palavras com *Kekropidai*, vocábulo que designava colectivamente os Atenienses, enquanto descendentes de Cécrops. Vide Manfredini & Piccirilli (1998) 198.

[60] Tradicional fundador da constituição espartana e do seu sistema social e militar, mas já desde a antiguidade que havia fundamentadas dúvidas quanto à historicidade desta figura.

de Héracles e fora, durante muitos anos, o soberano dos Lacedemónios e gozava de grande estima, amigos e poder, com os quais contou e cujo apoio pôs ao serviço do governo. E usando a força de preferência à persuasão, a ponto de perder uma vista, empreendeu a melhor medida para garantir a salvação e concórdia de uma cidade: que, entre os cidadãos, ninguém fosse nem pobre nem rico. Sólon, porém, não chegou a este ponto com a sua acção política, pois era um homem do povo e da classe média, mas não fez nada menos do que lhe permitiam as suas capacidades, partindo somente da boa vontade e da confiança que em si depositavam os cidadãos. 3. Por isso, deixou descontente a maioria dos Atenienses, que esperavam outro tipo de medidas, como ele mesmo reconhece ao fazer o seguinte comentário:[61]

> Vãs esperanças então acalentavam; agora, comigo irados,
> olhares de soslaio me lançam todos, como a um inimigo.

4. Ajunta, porém, que se outro qualquer houvesse possuído o mesmo poder[62]

> nem haveria contido o povo nem parado
> antes que, batida, a nata sacasse ao leite.

5. No entanto, depressa os Atenienses reconheceram a vantagem das medidas e, deixando de lado as críticas de cada um, celebraram em comum

[61] Frg. 34.4-5 West.
[62] Frg. 37.7-8 West.

um sacrifício, ao qual deram o nome de *seisachtheia*, e designaram Sólon reformador da constituição e legislador, a ele confiando não umas com exclusão de outras, mas todas as áreas por igual: magistraturas, assembleias, tribunais, conselhos. Para cada uma delas ficou de determinar o censo, o número e a duração, suprimindo ou conservando as instituições existentes e estabelecidas, conforme lhe parecesse melhor.

17.1. Em primeiro lugar, portanto, e com excepção da parte relativa ao homicídio, revogou todas as leis de Drácon, por causa da dureza e magnitude das penas. 2. Na verdade, ele determinara quase só uma pena a aplicar em todos os delitos, a morte,[63] a ponto de serem condenados à morte os réus acusados de ociosidade, e de os que haviam roubado legumes ou fruta sofrerem a mesma punição que os ladrões de templos e os homicidas. 3. Daí que, mais tarde, tenha ficado famosa a tirada de Demades de que Drácon havia escrito as suas leis com sangue e não com tinta. 4. Aliás, ao que se comenta, ele mesmo, quando lhe perguntaram o motivo por que, para a maior parte dos delitos, fixara a pena de morte, terá respondido que, em sua opinião, os pequenos eram merecedores desse castigo e para os grandes não tinha um maior.[64]

---

[63] Frg. 1b Ruschenbusch.

[64] A extrema severidade do código de Drácon, promulgado cerca de 621, encontra-se atestada com frequência nas fontes e dessa ideia deriva, inclusive, o adjectivo 'draconiano'. No entanto, a lei do homicídio (de que existe uma cópia em pedra de 409/8) manteve-se praticamente inalterada até fins do séc. IV e revela, pelo

18.1. Em segundo lugar, Sólon, com o intuito de, como já acontecia, deixar todas as magistraturas nas mãos dos ricos e de, no restante, associar o povo ao governo da cidade, onde ainda não tomava parte, fez o levantamento do censo dos cidadãos. Os que, em produtos secos e líquidos, perfaziam as quinhentas medidas colocou-os na primeira classe, apelidando-os de *pentakosiomedimnoi*; na segunda classe, ficaram os que eram capazes de manter um cavalo ou colher trezentas medidas e a eles se chamava 'os que pagavam o censo de cavaleiros' (*hippeis*); *zeugitai* foi o nome dado aos da terceira classe censitária, aquela que, ao todo, reunia duzentas medidas. 2. Quanto aos restantes, foi-lhes atribuído o nome de tetas (*thetes*); a esses, Sólon não concedeu o exercício de nenhuma magistratura, mas somente o direito de participar no governo através da assembleia e dos tribunais.[65] 3. De início, esta concessão não parecia nada, mas, com o tempo, veio a revelar-se muito importante, pois a maior parte dos diferendos caía na área de competência dos juízes. Na verdade, nos casos em que atribuíra o poder de

contrário, uma humanidade pouco usual para a época. Por esta razão, alguns estudiosos modernos tendem a pensar que a tradição de severidade é de formação tardia, talvez somente do séc. IV, altura em que viveu o orador Demades, citado por Plutarco.

[65] Embora a classificação dos cidadãos de acordo com o rendimento seja obra de Sólon, o legislador deve ter aproveitado termos já existentes, pois somente os *pentakosiomedimnoi* ('os das quinhentas medidas') acusam uma formação recente, de acordo com a nova orientação.

decisão aos magistrados, também relativamente a esses concedeu o direito, a quem o desejasse, de apelar aos tribunais.[66] 4. Comenta-se ainda que, ao redigir as leis de uma forma mais obscura e com muitas contradições, reforçou o poder dos tribunais. Não conseguindo resolver o conflito através das leis cuja interpretação era motivo de discórdia, havia constantemente necessidade de consultar os juízes e de levar todo o pleito à presença destes, que, de alguma forma, eram senhores das leis.[67] 5. Ele mesmo realça o valor das suas medidas desta maneira:[68]

> Ao povo dei tanto poder quanto baste
>   e honra não lhe tirei nem acrescentei;
> aos que detinham a força e as riquezas granjeavam respeito,
>   também a esses garanti que nenhuma afronta sofressem.
> De pé, lancei um forte escudo sobre ambos:
>   vencer com injustiça, não o permiti a nenhum deles.

6. No entanto, convencido de que era mais urgente socorrer a fraqueza da turba, ele concedeu a todo o cidadão

---

[66] Ruschenbusch (1966) considera espúrias as regulamentações relativas às prerrogativas da classe dos *thetes* (frg. 138a Ruschenbusch). No entanto, há indícios suficientes para crer que esta classe poderia ter tido acesso à assembleia e direito de apelo, junto da Helieia, sobre as decisões dos magistrados.

[67] A sensação de obscuridade das leis é um sentimento experimentado por quem, como Plutarco, conhecia um sistema legal mais desenvolvido, o que não implica que Sólon estivesse sequer consciente dessa dificuldade e, muito menos, que a tivesse criado voluntariamente.

[68] Frg. 5.1-6 West.

o direito de mover um processo em favor do lesado. Assim, se alguém fosse vítima de maus tratos, violência ou dano, era permitido a quem pudesse e desejasse acusar e perseguir os prevaricadores.[69] Com razão, queria o legislador acostumar os cidadãos a partilhar a sensibilidade e a condoer-se mutuamente, tal como partes de um mesmo <corpo>. 7. Com esta lei está de acordo um dito seu de que se conserva a memória. Com efeito, questionado, ao que parece, sobre qual seria a melhor cidade para se viver, ele respondeu: "Aquela onde mesmo os que não foram vítimas de injustiça perseguem e punem os culpados com não menor zelo do que os que sofreram a afronta."

19.1. Instituiu o conselho do Areópago, que é composto pelos que haviam exercido o arcontado anual, e, porque tinha desempenhado essa magistratura, também fez parte dele. Mas depois, ao ver que o povo se tornara enfatuado e arrogante com a anulação das dívidas, fundou um segundo conselho, através da escolha de cem homens por cada uma das tribos (que eram quatro).[70] Determinou que este conselho examinasse as matérias antes do povo e que não deixasse seguir nada para a assembleia sem essa apreciação prévia. 2. Instalou, contudo, o primeiro conselho[71] como supervisor de

[69] Frg. 40b Ruschenbusch.

[70] Este segundo conselho, conhecido como *boule* dos Quatrocentos, constitui uma das principais inovações de Sólon e é atribuído ao legislador também por [Aristóteles], *Constituição dos Atenienses*, 8.4.

[71] Areópago; o seu nome deriva do facto de este conselho reunir geralmente na 'colina de Ares'.

todos os actos e guardião das leis, convencido de que, amparada solidamente por aqueles dois conselhos como por duas âncoras, a cidade estaria menos sujeita à agitação e o povo se mostraria mais tranquilo.[72] 3. Com efeito, a maior parte dos autores afirma que o conselho do Areópago foi, tal como se referiu, instituído por Sólon e parece testemunhar a favor deles sobretudo o facto de, em parte alguma, Drácon falar ou mencionar os Areopagitas, mas de se dirigir sempre aos Éfetas[73] para os casos de homicídio.[74] 4. No entanto, o décimo terceiro *axon*[75] de Sólon contém a oitava lei redigida textualmente nestes termos: "Sobre os que perderam os direitos cívicos: todos os que perderam os direitos cívicos antes do arcontado de Sólon são amnistiados, com excepção dos que foram condenados pelo Areópago, pelos Éfetas ou no Pritaneu por decisão dos *Basileis*, por crime de homicídio, massacre ou tentativa de implantação da tirania, e que se encontravam no exílio quando a presente lei foi promulgada".[76] 5. Estas

---

[72] Não é improvável que a metáfora das duas âncoras ocorresse na poesia de Sólon, mas, a ser assim, os versos em questão perderam-se. O facto de Plutarco não os citar parece sustentar a hipótese contrária, isto é, que a imagem seria criação do próprio biógrafo. Em todo o caso, este argumento não se revela decisivo, uma vez que Plutarco deixa de fora poemas que são conhecidos por outras fontes.

[73] *Ephetai*; a natureza deste corpo jurídico não é totalmente clara.

[74] Frg. 2 Ruschenbusch.

[75] Um dos suportes materiais onde foram inscritas as leis de Sólon. Cf. *Sol.* 25.

[76] Frg. 70 Ruschenbusch. Esta é a lei que amnistiava pessoas anteriormente punidas com *atimia*. Plutarco entende esta pena

palavras demonstram, pelo contrário, como já antes do arcontado de Sólon e da sua acção legislativa existia o conselho do Areópago. Pois quem é que poderia ter sido condenado antes de Sólon no Areópago, se fosse Sólon o primeiro a conceder ao conselho do Areópago o poder de julgar? A menos que, por Zeus, haja alguma incerteza no texto ou uma lacuna, de forma que se deva ler "os condenados por aqueles crimes, que são julgados agora pelos Areopagitas, Éfetas e Prítanes, permanecem, por altura da promulgação da presente lei, sem direitos cívicos, enquanto os restantes os recuperam." Em todo o caso, pondera tu mesmo a questão, leitor.

20.1. De todas as outras suas leis, é especialmente peculiar e paradoxal a que ordena a privação dos direitos cívicos à pessoa que, em caso de sedição, não tome o partido de nenhum dos lados.[77] O propósito consiste, ao que parece, em evitar a apatia e a indiferença perante a comunidade, colocando a salvo os interesses pessoais e gloriando-se de não haver partilhado as desgraças e males da pátria. Pelo contrário, importa juntar-se, desde logo, aos que evidenciarem um comportamento melhor e mais justo, correr os mesmos perigos e prestar-lhes auxílio, em vez de aguardar, em segurança, as disposições dos vencedores.[78] 2. Parece também estranha e ridícula

como a privação de direitos cívicos, embora, no tempo de Sólon, o sentido correspondesse a ficar num estado de proscrito ou de fora da lei.

[77] F 38d Ruschenbusch.

[78] A explicação que Plutarco fornece para a lei deve estar correcta. No entanto, esta regulamentação, que já causava perplexidade nos

a lei que permite à herdeira, quando o homem de quem ela depende e a quem pertence por lei se revela impotente, unir-se aos parentes mais próximos do marido.[79] Também esta lei está correcta, na opinião de alguns, para os que forem impotentes, pois casaram com as herdeiras somente por causa do dote e, ao abrigo da lei, contrariaram a natureza. 3. Na verdade, ao verem que a herdeira pode unir-se com quem lhe aprouver, ou renunciarão ao casamento ou com vergonha o manterão, sofrendo a pena por essa avidez e insolência. Além disso, tem-se por bem que a herdeira se junte não a qualquer homem, mas àquele que, entre os parentes do marido, ela prefira, de forma que a coisa se mantenha em família e a prole pertença à mesma raça.[80] 4. Para o mesmo fim contribui também que a esposa se feche no quarto com o esposo, depois de ter comido um marmelo,[81] e que o marido da herdeira se encontre com ela ao menos três vezes por mês.[82] 5. Pois, mesmo que não nasçam filhos, ainda assim este é um gesto de respeito e de amizade do marido para com uma mulher honesta, que evita, de cada vez, a acumulação de contrariedades e não deixa que, por causa das discussões, se instale um total abandono. 6. Dos

---

antigos, continua a motivar ampla discussão.

[79] F 52a Ruschenbusch.

[80] Ao contrário do que pensava Plutarco, a mulher herdeira (*epikleros*) não poderia ligar-se a quem desejasse; antes teria de respeitar o princípio geral da precedência dos familiares candidatos a marido (cf. Demóstenes, 43.51 = frg. 50b Ruschenbusch).

[81] A disposição relativa ao marmelo (= frg. 127a Ruschenbusch) acusa a influência de ritos de fertilidade e não é, certamente, de Sólon.

[82] Frg. 51a Ruschenbusch.

restantes casamentos suprimiu os enxovais, prescrevendo que a mulher casada levasse consigo três vestes, utensílios de pouco valor e nada mais.[83] É que não queria que o matrimónio fosse um negócio ou mercadoria, mas que a convivência entre homem e mulher tivesse em vista a procriação, o deleite e a afeição. 7. Na verdade, Dionísio,[84] quando a mãe lhe pedira para a dar em casamento a um dos concidadãos, respondeu que tinha transgredido as leis do Estado ao fazer-se tirano, mas que as da natureza não era capaz de as violentar, ao favorecer casamentos contrários à idade. Nem nas cidades há que admitir esta desordem nem assentir em ligações serôdias e sem graça, que nenhuma função ou objectivo matrimonial possuem. 8. Porém, a um velho que tivesse casado com uma jovem poderia um magistrado prudente ou um legislador repetir as palavras dirigidas a Filoctetes:[85]

> estás ao menos em condições de casar, desgraçado?

E, ao encontrar-se no quarto de uma velha rica um jovem que, tal como os machos das perdizes, estivesse a engordar com essa relação, melhor seria mudá-lo para casa de uma jovem rapariga que precisasse de marido. Mas quanto a este assunto já basta.

21.1. Louva-se também a lei de Sólon que proíbe

[83] Frg. 71a Ruschenbusch.
[84] Tirano de Siracusa (430-367).
[85] Frg. 10 adesp. Nauck^2.

que se diga mal dos mortos.[86] Na verdade, é piedoso considerar sagrados os que já passaram para o outro lado, justo deixar em paz os ausentes e cívico acabar com os ódios eternos. 2. Dos vivos, proibiu que se falasse mal nos santuários, nos tribunais, nos edifícios dos magistrados e ainda durante a assistência aos jogos, prescrevendo que se pagassem três dracmas ao ofendido e mais duas ao erário público.[87] Ora não dominar nunca a própria cólera é sinal de má educação e de falta de auto-controlo, mas dominá-la sempre torna-se difícil e, para alguns, mesmo impossível. Importa, por conseguinte, redigir a lei tendo em conta o possível, se o objectivo é punir utilmente alguns e não muitos de forma inútil. 3. Contribuiu também para a sua reputação a lei relativa aos testamentos. Na verdade, anteriormente não havia a possibilidade de fazer testamento e os bens e a casa tinham de permanecer na família do falecido. Sólon, ao permitir legar a quem se desejasse os próprios bens, na condição de não haver filhos, privilegiou a amizade sobre o parentesco e o afecto sobre a necessidade, fazendo com que os bens fossem verdadeiramente propriedade de quem os possui. 4. Em todo o caso, não permitiu a prática indiscriminada e aleatória de doações, mas somente quando estas não fossem feitas sob influência da doença, de drogas, de prisão ou por coação ou ainda por instigação de uma mulher.[88] Era, de facto, com acerto e ponderação que Sólon pensava que ser persuadido a

[86] Frg. 33a Ruschenbusch.
[87] Frg. 32a Ruschenbusch.
[88] Frg. 49b Ruschenbusch.

desviar-se do melhor caminho em nada diferia de ao mesmo ser forçado. Assim, catalogava o engano ao lado da constrição, o prazer ao do sofrimento, como formas não menos capazes de arredar do ser humano a razão. 5. Também sobre as deslocações, manifestações de luto e festividades das mulheres estabeleceu uma lei que reprimia a desordem e o excesso: determinou que não saíssem com mais de três vestes, que não levassem comida e bebida de custo superior a um óbolo, nem um cesto de comprimento superior a um côvado, que não viajassem de noite, a não ser transportadas num carro e precedidas por uma luz acesa.[89] 6. Impediu-as de se lacerarem com golpes, de fazerem lamentações fingidas e de chorarem um estranho no funeral de outras pessoas. Não permitiu ainda que se imolasse um boi em honra dos mortos, que se deixassem mais de três peças de roupa com o defunto e que se visitassem as sepulturas estranhas à família, excepto no dia do funeral.[90] 7. Destas práticas, a maior parte ainda continua a ser proibida nas nossas leis. Junta-se, porém, às nossas que quem se entregar a estes excessos seja punido pelos magistrados que controlam a moralidade das mulheres,[91] por incorrerem em erro nas manifestações de luto, com atitudes nada viris e efeminadas.

[89] As regulamentações relativas às saídas das mulheres, para além de denotarem preocupação com a sua segurança e ainda certo controlo sobre as suas movimentações, mostram também que elas não se encontravam confinadas ao espaço do gineceu.

[90] Frg. 72c Ruschenbusch.

[91] *Gynaikonomoi*.

22.1. Constatou que a cidade se enchia de forasteiros que não paravam de afluir de todos os lados, atraídos pela segurança da Ática. Porém, como a maior parte da terra era improdutiva e de baixa qualidade e, para mais, os que se dedicam ao comércio marítimo geralmente nada trazem a quem nada tem a oferecer, Sólon exortou os cidadãos a aprenderem um mester. Além disso, escreveu uma lei, segundo a qual o filho deixava de ter obrigação de alimentar o pai que lhe não tivesse ensinado um ofício.[92] 2. Na verdade, Licurgo habitava uma cidade não mesclada por uma multidão de estrangeiros e que possuía terra, como diz Eurípides,[93]

para muitos abundante e, para duas vezes esse número, [ainda excessiva.

E, em especial, havia, a circundar a Lacedemónia, uma multidão de hilotas[94] que era melhor não deixar desocupados, mas trazer constantemente rebaixados pelo cansaço e pela fadiga. Por isso, procedeu bem ao afastar os cidadãos das ocupações penosas e dos ofícios, reservando-os para as armas, o único ofício a aprender e ao qual se dedicar. 3. Sólon, contudo, ao ajustar as leis

[92] Frg. 56 Ruschenbusch. Esta disposição era uma forma de complementar o esforço para desenvolver a indústria ática (em especial a produção cerâmica).

[93] Frg. 995 Nauck^2.

[94] Os hilotas encontravam-se numa situação intermédia entre o estatuto de homem livre e o de escravo. Conhecem-se essencialmente os da Lacedemónia, onde o seu número ultrapassava em larga escala os cidadãos espartanos, que os dominavam e a quem os hilotas tinham de alimentar.

à realidade mais do que a realidade às leis e ao constatar que a terra, pela sua natureza, bastava somente aos agricultores, não tendo capacidade para alimentar uma multidão indolente e ociosa, concedeu dignidade aos mesteres e atribuiu ao conselho do Areópago a função de averiguar onde é que cada um ia buscar o sustento[95] e de punir os indolentes.[96] 4. Ainda mais severa é aquela cláusula que dispõe que os filhos nascidos de uma prostituta não têm sequer a obrigação de manter os pais,[97] tal como referiu Heraclides Pôntico.[98] Na verdade, um homem que, no casamento, descura a dignidade deixa claro que, ao ligar-se a uma mulher, o faz não por causa dos filhos mas à conta do prazer, pelo que obtém a sua paga e não lhe fica o direito de se pronunciar sequer em relação aos filhos, cujo nascimento representa, em si mesmo, uma afronta.

23.1. No conjunto, porém, a maior estranheza parece residir nas leis de Sólon relativas às mulheres. De

[95] Frg. 78c Ruschenbusch.

[96] A averiguação dos rendimentos dos cidadãos era necessária para o escalonamento das classes censitárias, que se baseava, precisamente, nos proventos de cada um. Mas que o Areópago tivesse a função de punir os indolentes é uma disposição que tem sido justamente posta em causa. Trata-se do famoso *nomos argias*, que a tradição atribuía ora a Drácon, ora a Sólon ora a Pisístrato (cf. frg. 148a-e Ruschenbusch).

[97] Frg. 57 Ruschenbusch.

[98] Os filhos ilegítimos não tinham a obrigação de manter os pais na velhice, facto que não deixa de ser relativamente justo, uma vez que eles também não possuíam quaisquer direitos legais sobre a herança paterna (cf. Demóstenes, 43.51 = frg. 50b Ruschenbusch).

facto, permite matar um adúltero a quem o apanhe em flagrante;[99] no entanto, se alguém raptar uma mulher livre e a violentar, a pena fixada é de cem dracmas[100] e, se a prostituir, vinte dracmas, com excepção daquelas que às claras se passeiam para cima e para baixo, referindo-se às rameiras: estas, na verdade, andam visivelmente em busca de quem lhes ofereça dinheiro.[101] 2. Além disso, não permite a ninguém vender as filhas ou irmãs, a não ser que se descubra que estiveram com um homem antes do casamento.[102] Ora punir o mesmo delito, umas vezes com dureza e inflexibilidade e, outras, com indulgência e ligeireza, fixando como pena um castigo ao acaso, é ilógico; a menos que, rareando então a moeda na cidade, a dificuldade em a conseguir tornasse pesadas as multas pecuniárias. 3. Efectivamente, para o cálculo do valor das vítimas sacrificiais, ele fixou a equivalência de um carneiro ou de uma dracma a um medimno de grão;[103] estabeleceu que se entregasse ao vencedor dos Jogos Ístmicos cem dracmas e ao dos Olímpicos quinhentas;[104] a quem apanhasse um lobo davam-se cinco dracmas, e a um lobito uma dracma,[105] somas que, segundo Demétrio de Fáleron, correspondiam ao

[99] Frg. 28a Ruschenbusch.
[100] Frg. 26 Ruschenbusch.
[101] Frg. 30a Ruschenbusch.
[102] Frg. 31a Ruschenbusch.
[103] Frg. 77 Ruschenbusch.
[104] A lei relativa à recompensa monetária a atribuir aos vencedores destes Jogos Pan-helénicos (frg. 143a Ruschenbusch) provavelmente não é de Sólon.
[105] Frg. 92 Ruschenbusch.

preço de um boi e de um carneiro, respectivamente. 4. Ora os preços das vítimas escolhidas que ele fixa no décimo sexto *axon* serão possivelmente várias vezes mais elevados do que o corrente, mas ainda assim se mostram inferiores aos praticados agora.[106] É já antiga, entre os Atenienses, a caça aos lobos, pois a sua terra é melhor para a pastagem do que para a agricultura. 5. Há mesmo quem afirme que as tribos derivam o nome não dos filhos de Íon, mas dos tipos de vida que, inicialmente, os distinguiam. Assim, os Hopletes eram a facção guerreira e os Argadeus a dos artesãos; quanto às duas restantes, os Geleontes eram os agricultores e os Egicoreus os que se dedicavam às pastagens e à criação de gado. 6. Uma vez que a região não tem água suficiente, pois não possui rios perenes nem lagos ou fontes abundantes, mas a maioria das pessoas se serve de poços artificiais, Sólon determinou por lei que, onde houvesse um poço comum dentro do espaço de uma corrida de cavalos (cujo comprimento era de quatro estádios), se fizesse uso dele;[107] onde a distância fosse superior, cabia ao próprio procurar água. Se, depois de escavar até à profundidade de dez braças, não a encontrassem no seu terreno, então poderiam servir-se da do vizinho, enchendo uma hídria[108] de seis medidas, duas vezes ao dia.[109] Pensava, portanto, ser necessário acudir à

[106] Frg. 81 Ruschenbusch.

[107] Um *stadion* equivale a cerca de duzentos metros e o modelo de referência provinha do estádio de Olímpia.

[108] Como o próprio nome indica, era um vaso próprio para transportar água, de grande capacidade.

[109] Frg. 63 Ruschenbusch.

necessidade sem encorajar a indolência. 7. Determinou, ainda, com grande experiência, os intervalos a deixar entre as plantações, ditando que quem plantasse alguma árvore no campo teria de guardar a distância de cinco pés em relação ao terreno do vizinho; sendo uma figueira ou oliveira, deixaria nove pés. Na verdade, estas árvores estendem mais longe as raízes e a sua vizinhança não é inócua a todas as plantas, pois roubam-lhes o alimento e lançam emanações que são prejudiciais a algumas delas. 8. Estabeleceu também que quem desejasse escavar um buraco ou uma fossa deveria guardar em relação ao vizinho a mesma distância a que levara a perfuração[110] e, se instalasse enxames de abelhas, teria de afastar-se trezentos pés a partir dos que tivessem sido colocados anteriormente por outra pessoa.[111]

24.1. Dos produtos da terra, permitiu a venda a estrangeiros somente do azeite e proibiu a exportação de todos os outros, confiando ao arconte a incumbência de lançar maldições sobre quem os exportasse ou então a obrigação de pagar ele mesmo cem dracmas ao erário público. 2. É no primeiro *axon* que se encontra esta lei.[112] Por isso, não será de considerar totalmente indignos de crédito os que afirmam que a exportação de figos terá sido proibida no passado e que o acto de denunciar

[110] Frg. 60b Ruschenbusch.

[111] Frg. 62 Ruschenbusch. As leis mencionadas nesta última secção poderão parecer minudências ao leitor moderno, mas representam pormenores muito importantes num sistema agrário baseado, como acontecia na Ática, no minifúndio.

[112] Frg. 65 Ruschenbusch.

quem os exportava era designado por 'ser sicofanta'.[113] 3. Escreveu ainda uma lei[114] relativa aos estragos dos quadrúpedes, onde, entre outras coisas, ordena que um cão que morda se entregue preso a uma cadeia de três côvados; é um estratagema engenhoso a fim de garantir a segurança.[115] 4. Causa perplexidade também a lei relativa à concessão de cidadania, pois ele não permitia que se tornassem cidadãos senão os que haviam abandonado a pátria de origem em exílio perpétuo ou os que, com todos os da sua casa, se tivessem mudado para Atenas a fim de exercer um mester.[116] Tomou esta medida, segundo se crê, não tanto para afastar as outras pessoas, mas antes para atrair a Atenas estas, com a certeza de virem a partilhar a cidadania, e ainda por considerar dignos de confiança os que, por necessidade, se viram expulsos da sua terra, bem como os que a deixaram de livre vontade.[117] 5. Singular é ainda a lei de Sólon que

---

[113] Jogo com a possível etimologia do termo usado para designar os delatores: *sykon* ('figo') e *phainein* ('revelar'). A proibição de exportar produtos agrícolas, com excepção do azeite, que era excedentário, visaria diminuir a dependência alimentar face ao exterior e permitir a baixa de preço dos bens de primeira necessidade.

[114] Frg. 35 Ruschenbusch.

[115] Discute-se o significado a atribuir a κλοιῷ, que oscila entre 'cadeia' e 'coleira'. Com uma cadeia curta, seria possível controlar mais facilmente os movimentos do animal; com uma coleira de três côvados, o cão ficaria impossibilitado de morder. Embora ambas as hipóteses sejam aceitáveis, temos alguma preferência pela primeira.

[116] Frg. 75 Ruschenbusch.

[117] As explicações de Plutarco são verosímeis, se bem que se deva salientar também o aspecto pragmático de atrair a Atenas artífices, com a promessa de concessão da cidadania. Tal medida insere-se no esforço de relançamento da economia, em especial da produção

diz respeito à alimentação em locais públicos, a que deu a designação de 'ser parasita'.[118] Ele não permite que a mesma pessoa se alimente nesses locais muitas vezes, mas, se o que lá deve ir não o faz, pune-o, pois considera o primeiro caso um abuso e o segundo um desrespeito à comunidade.[119]

25.1. Concedeu a todas as leis a validade de cem anos e foram inscritas em axones de madeira giratórios, inseridos em estruturas quadrangulares, e deles ainda nos nossos dias se conservam, no Pritaneu, pequenos fragmentos. Segundo Aristóteles,[120] eram designados por *kyrbeis*. 2. Também o cómico Cratino afirma, em determinado ponto:[121]

> Por Sólon e Drácon, cujos *kyrbeis*
> agora servem somente para tostar cevada.

Porém, alguns autores defendem que por *kyrbeis* se designavam especialmente os que continham as leis sobre os cultos e sacrifícios, por *axones* os restantes.[122] 3. Ora, o conselho declarou em juramento conjunto observar as leis de Sólon e o mesmo fez, de maneira

industrial e do comércio. Cf. *Sol.* 22.1-3.

[118] À letra, o termo significa 'comer junto de', 'ser comensal'.

[119] Frg. 87 Ruschenbusch.

[120] *Constituição dos Atenienses*, 7.2.

[121] Frg. 274 Kock.

[122] A polémica relativa à natureza e função dos *kyrbeis* e dos *axones* já remonta à antiguidade, como se constata por este passo, e ainda hoje se não atingiu um consenso na matéria. Vide a discussão dos testemunhos em Ruschenbusch (1966) 1-58; Stroud (1979).

individual, cada um dos tesmótetas, na ágora, junto da pedra do arauto, comprometendo-se, no caso de transgredir alguma dessas normas, a dedicar em Delfos uma estátua de ouro em tamanho natural. 4. Ao constatar a irregularidade do mês e que o movimento da Lua não estava de forma alguma em correspondência com o pôr e o nascer do Sol, mas que, muitas vezes durante o mesmo dia, ela atingia e ultrapassava o Sol, decidiu chamar-lhe 'Lua velha e Lua nova'. Pensava, assim, que a parte do dia anterior à conjunção pertencia ao mês que findava, e a restante já ao que começava, sendo o primeiro, ao que parece, a entender correctamente o seguinte verso de Homero:[123]

> quando finda um mês e outro se levanta.

Ao dia seguinte chamou novilúnio. 5. Mas ao invés de acrescentar os dias a partir do vigésimo, ele contava-os subtraindo e descontando até ao trigésimo, à imagem do que via acontecer com a luminosidade da Lua. 6. Depois de as leis entrarem em vigor, havia pessoas que, todos os dias, vinham ter com Sólon ora para louvar ora para censurar, ora para aconselhar acrescentos ao texto ora os cortes que lhes vinham à cabeça. Eram, portanto, muitos os que pretendiam informações, faziam perguntas e lhe pediam que elucidasse e explicasse com toda a clareza o que continha cada lei e com que

[123] *Odisseia*, 14.162; 19.307. A lei em questão (frg. 123b Ruschenbusch) é falsamente atribuída a Sólon também por Aristófanes (*Nuvens*, 1178-1195) e Diógenes Laércio (1.57).

intuito fora estabelecida. Ao constatar que não atender os pedidos era incómodo e que dar-lhes andamento seria tornar-se odioso, desejou escapar totalmente a estas dificuldades e fugir ao descontentamento e achincalhamento dos concidadãos. Na verdade, como ele próprio afirmou, "em questões importantes, a todos agradar é difícil".[124] Evocou, então, como pretexto para a viagem, motivos comerciais e fez-se ao largo, depois de pedir aos Atenienses permissão para se ausentar durante dez anos. Esperava, na verdade, que durante esse tempo eles acabassem por se habituar às leis.[125]

26.1. Em primeiro lugar, portanto, dirigiu-se ao Egipto e aí estanciou, como ele próprio diz:[126]

> Na embocadura do Nilo, junto à escarpa do Canopo.

Passou algum tempo em discussões filosóficas com Psenófis de Heliópolis e Sônquis de Sais, que eram os mais sábios dos sacerdotes. Foi também a eles que escutou o mito de Atlântida, como afirma Platão,[127] e começou a pô-lo em verso para o dar a conhecer aos Atenienses.

---

[124] Frg. 7 West.

[125] A duração da viagem de Sólon é corroborada por Heródoto (1.29) e por [Aristóteles], *Constituição dos Atenienses*, 11.1.

[126] Frg. 28 West.

[127] *Timeu*, 21-27; *Crítias*, 108d, 113a-b. A realização da viagem ao Egipto deve ser segura, pois encontra apoio directo na poesia de Sólon. Quanto aos dados relativos ao *Atlantikos logos*, tanto podem ter algum fundo histórico como ser simples criação fictícia do próprio Platão, que os teria inventado a fim de conferir maior dignidade ao mito.

2. Em seguida, navegou para Chipre e foi particularmente bem acolhido por Filocipro, um dos reis locais, que governava uma cidade não muito grande, fundada por Demofonte, filho de Teseu, junto do rio Clário, situada numa região com boas possibilidades defensivas, mas que em tudo o mais era agreste e medíocre. 3. Então, uma vez que perto se estendia uma bela planície, Sólon convenceu-o a mudar a cidade de sítio e a torná-la mais aprazível e maior. Ele mesmo, encontrando-se no local, se ocupou da sua nova fundação e organizou-a no sentido de melhorar a qualidade de vida e a segurança, a ponto de muitos habitantes se juntarem a Filocipro, para inveja dos outros soberanos. Assim, para honrar a pessoa de Sólon, à cidade que dantes se designava por Epeia passou o rei a chamar Solos, a partir do nome do legislador. 4. Aliás, também ele recorda esta fundação.[128] De facto, nas suas elegias, dirige-se a Filocipro e diz:[129]

> E agora, sobre a gente de Solos por largo tempo aqui [reinando,
> possas esta cidade tu mais a tua estirpe habitar;
> quanto a mim, sobre uma nau veloz, desta ilustre ilha
> a salvo me devolva Cípris, coroada de violetas.
> A esta fundação favor e glória conceda
> e a mim um bom regresso à minha pátria.

[128] Conforme se pode ver pela elegia que Plutarco a seguir transcreve, é provável que o encontro com Filocipro tenha ocorrido de facto, pois as dificuldades cronológicas levantadas por alguns estudiosos não parecem insuperáveis. Vide conspecto das principais linhas da argumentação em Reeker (1971) 102-103.

[129] Frg. 19 West.

27.1. Quanto ao seu encontro com Creso, alguns são de opinião que não passa de uma invenção, argumentando com a cronologia. Pela minha parte, contudo, um relato assim famoso, atestado por tantos testemunhos e, o que é mais importante, conforme ao carácter de Sólon e digno da sua magnanimidade e sabedoria, não me parece que seja de o pôr de lado à conta de uns quadros cronológicos, que tantos estudiosos procuraram, até hoje, corrigir, sem que tenham conseguido reduzir as contradições a algum resultado que eles próprios aceitem.[130] 2. Conta-se, portanto, que Sólon, visitando Sardes a convite de Creso, experimentou uma sensação semelhante à do homem que, nascido no interior, pela primeira vez desceu ao mar. 3. Com efeito, de cada vez que via um rio, julgava que já era o mar. Também assim Sólon, que, ao atravessar o pátio e ao ver tantos cortesãos, vestidos

[130] De facto, o reinado de Creso é colocado entre 560 e 547/546, altura em que Sardes caiu nas mãos de Ciro. A morte de Sólon deve ter ocorrido cerca de 560/559 (cf. *Sol.* 32), pelo que, teoricamente, se poderia ter encontrado com Creso. No entanto, a tradição implica que a entrevista se tivesse dado durante a viagem posterior ao arcontado, portanto o mais tardar até 580. Há, assim, uma incompatibilidade cronológica, reforçada pelo facto de, cerca de 560, Sólon estar em Atenas e assistir à tomada do governo por Pisístrato. No entanto, a razão avançada por Plutarco para referir o famoso episódio, ainda que fictício, é válida tanto para ele como para os seus leitores: a história ajuda a definir o *ethos* do sábio e a estabelecer a oposição de valores entre bárbaro e grego, tão do agrado dos Helenos. Por este motivo, Plutarco põe um grande cuidado na descrição da entrevista entre os dois homens, alongando-se em copiosos pormenores.

com toda a pompa e caminhando decididamente entre uma multidão de acompanhantes e de guardas, pensava que cada um deles fosse Creso, até que foi conduzido à sua presença. Este apresentou-se coberto de pedrarias, de vestes coloridas, de artísticos ornamentos de ouro, de todo o atavio que possuía e considerava distinto, magnífico e invejável, de forma que a sua contemplação fosse o espectáculo mais venerável e variegado de todos. 4. Sólon, porém, depois de estacar diante dele, não sentiu nem exclamou, perante tal visão, nada do que Creso esperava. Pelo contrário, era notório, a quem tivesse bom entendimento, que ele desprezava esta falta de gosto e mesquinhez. Ordenou, então, o rei que lhe fossem franqueados os depósitos das suas riquezas e o levassem a ver o restante aparato e magnificência. Porém, não havia necessidade: 5. bastava ele em si mesmo para dar uma ideia da sua maneira de ser. 6. Quando, depois de ter visto todo aquele espectáculo, Sólon foi novamente conduzido à presença de Creso, este perguntou-lhe se ele conhecia algum homem mais ditoso do que ele próprio, ao que Sólon respondeu que conhecia Telo, seu concidadão. E continuou, explicando que Telo fora um homem de bem, deixara filhos estimados e que, depois de ter vivido sem a falta de nenhuma das coisas essenciais, morrera gloriosamente ao combater com denodo em defesa da pátria. Nesta altura, já Creso tomava Sólon por uma pessoa rústica e grosseira, pois não pautava a felicidade segundo a fartura em prata e ouro, mas tinha pelo contrário em maior conta a vida e morte de um

homem do povo e simples particular do que tamanho poder e autoridade. 7. Ainda assim, perguntou-lhe de novo se, depois de Telo, sabia de outro que fosse o mais feliz dos homens. Outra vez lhe retorquiu Sólon que tinha conhecido também Cléobis e Bíton, dois irmãos que dedicavam um ao outro e à mãe um amor excepcional. Numa altura em que os bois tardavam, eles mesmos se colocaram sob o jugo do carro e levaram até ao santuário de Hera a mãe, que ficou exultante de alegria e foi felicitada pelos concidadãos. Depois do sacrifício e do banquete, os jovens já se não levantaram pela manhã, mas foram encontrados mortos, colhidos por um fim sem dor e sem lamentos, num momento de tamanha glória. Então Creso, já a ponto de se irar, exclamou: "E a mim, não atribuis nenhum posto no número das pessoas felizes?" 8. Sólon, que o não queria adular nem aumentar-lhe a irritação, retorquiu: "Rei dos Lídios, aos Helenos consentiu o deus em tudo observar a justa medida e a esta moderação devemos uma sabedoria prudente — como convém — e plebeia, não real ou resplandecente. E à vista das vicissitudes de todo o género a que sempre anda sujeita a vida, não permite ter em grande conta os bens presentes nem admirar a fortuna de um homem quando ela ainda está a tempo de se alterar. 9. Em boa verdade, a cada um reserva o futuro sorte vária e desconhecida. Aquele a quem até ao fim a divindade concedeu o sucesso, a esse consideramos feliz. Mas reputar ditoso quem ainda vive e cuja existência está sujeita ao perigo é, tal como aclamar vitorioso e coroar quem ainda luta,

inseguro e sem valor." Proferidas estas palavras, Sólon retirou-se, depois de ter despertado inquietação — mas não discernimento — em Creso.

28.1. O fabulista Esopo — que então se encontrava em Sardes, a convite de Creso e por ele era tratado com deferência — inquietou-se ao ver que Sólon não tinha sido objecto de nenhuma liberalidade e disse-lhe, em jeito de aviso: "Sólon, com os soberanos importa ou privar o mínimo ou dizer o mais grato possível." Ao que Sólon ripostou: "Não, por Zeus, ou privar o mínimo ou dizer o melhor possível."[131] 2. Por essa altura, Creso desprezou assim os conselhos de Sólon. Mas depois que enfrentou Ciro e foi dominado em combate, perdeu a cidade e, feito prisioneiro, estava a ponto de ser queimado vivo, depois de o terem posto, acorrentado, sobre a pira já aparelhada. Todos os Persas tinham os olhos fixos nele e Ciro encontrava-se presente, quando, elevando a voz para a projectar quanto fosse capaz, Creso gritou, por três vezes: "Sólon!" 3. Surpreendeu-se, então, Ciro e ordenou que lhe perguntassem quem, entre homens ou deuses, era esse tal Sólon, a única entidade a ser invocada naquele lance extremo. 4. E Creso, sem nada ocultar, respondeu: "Esse homem era um daqueles sábios da Hélade, que eu convidei, não com a intenção de escutar alguma coisa

[131] Segundo Diodoro (9.28), Esopo teria vivido na época dos Sete Sábios; Diógenes Laércio (1.72) coloca a *akme* do fabulista na 52ª Olimpíada (= 572-568). Teoricamente poderia, assim, ter-se avistado com Sólon; afigura-se, contudo, mais provável que tanto esse encontro como a troca de sentenças sejam fictícias.

nem de aprender o que me fazia falta, mas antes para ser espectador da minha pessoa e, ao partir, testemunha daquela felicidade, cuja perda é mais dolorosa do que o gosto de a possuir. 5. Na verdade, enquanto o detinha, esse bem não passava de fama e de aparência. Mas as suas mudanças terminaram efectivamente para mim em sofrimentos terríveis e males sem remédio. E esse homem, avaliando pelas condições de então o que havia de suceder agora, exortava-me a considerar o fim da vida e a não ser insolente, encorajado por suposições incertas." 6. Depois de estas palavras serem transmitidas a Ciro, e uma vez que este era mais ponderado do que Creso e via a pertinência do conselho de Sólon no exemplo presente, ele não só libertou o monarca lídio, como ainda o cobriu de honras enquanto viveu. Quanto a Sólon, granjeou a fama de, com um só discurso, ter salvo um rei e ensinado outro.[132]

29.1. Durante a viagem de Sólon, os cidadãos de Atenas haviam retomado a agitação. À cabeça das gentes da planície encontrava-se Licurgo, à frente das pessoas da costa estava Mégacles, filho de Alcméon, e Pisístrato era o chefe dos que vinham da zona montanhosa, que contava com a multidão dos tetas,

[132] Ainda antes do relato de Heródoto (1.86-91), o destino de Creso às mãos de Ciro já havia conhecido outros tratamentos. Assim o mostram uma ânfora de figuras vermelhas (datada de inícios do séc. V) e cinco fragmentos de uma hídria de Corinto, também de figuras vermelhas (c. 480-450), que parecem representar Creso na pira. O mesmo tema ocorre, com variantes, numa ode (3.15-62) de Baquílides, composta em honra de Hierão de Siracusa, que ganhara a corrida de carros nos Jogos Olímpicos de 468.

os maiores opositores dos ricos.[133] Em consequência, a cidade observava ainda as leis, mas já todos esperavam uma revolução e desejavam uma outra constituição, na expectativa de, com a mudança, virem a obter não a igualdade, mas a supremacia e a dominar totalmente os adversários. 2. Era este o ponto da situação quando Sólon regressou a Atenas, onde foi recebido com respeito e honra por todos, mas, à conta da velhice, não tinha já nem a força nem o entusiasmo para falar em público e agir como antigamente. Pelo contrário, encontrava-se em particular com os chefes das várias facções, numa tentativa de reconciliação e de acordo, e Pisístrato, em especial, parecia dar-lhe atenção. 3. Na verdade, este tinha qualquer coisa de sedutor e de agradável no trato, gostava de ajudar os pobres e era indulgente e moderado com os adversários. 4. Mesmo as qualidades de que, por natureza, não dispunha, procurava imitá-las e inspirava mais confiança do que quem as possuía, sendo visto como homem prudente, organizado e, sobretudo, partidário da igualdade e hostil a quem procurasse alterar a situação existente e aspirasse a uma revolução. E com estes meios lá ia enganando a maioria. 5. Sólon, porém, depressa lhe intuiu o carácter e foi o primeiro a aperceber-se dos seus desígnios. No entanto, não lhe guardava rancor,

[133] Também Heródoto (1.59.3) e [Aristóteles], *Constituição dos Atenienses*, 13.4-5, recordam esta mesma distribuição das forças políticas e é provável que ela corresponda, efectivamente, ao clima de tensão que se terá avolumado durante a ausência de Sólon, desembocando no golpe de Pisístrato. Cf. *Sol.* 13.2.

antes procurava incutir-lhe moderação e fazer-lhe advertências. Comentava com ele e com os outros que, se alguém conseguisse arrancar da sua alma a ambição de dominar e curar a ânsia da tirania, então não haveria outra pessoa mais propensa à virtude nem melhor cidadão.[134] 6. Entretanto, Téspis e os seus companheiros começavam já a dar impulso à tragédia e a novidade do acontecimento atraía muita gente, ainda que se não chegasse ao ponto de se organizar um concurso competitivo. Sólon, por natureza desejoso de escutar e de aprender e que, na velhice, se abandonava ainda mais ao lazer, à diversão e, por Zeus, à bebida e à música, foi assistir ao espectáculo de Téspis, que recitava em pessoa os seus dramas, segundo o costume dos antigos. 7. Depois da representação, Sólon dirigiu-lhe a palavra, perguntando-lhe se não tinha vergonha de, diante de tanta gente, dizer tamanhas mentiras. Téspis retorquiu-lhe que não havia mal se, por divertimento, falasse e agisse daquela maneira, mas Sólon bateu violentamente na terra com o bastão e exclamou: "Bem depressa, então, à laia de elogiar e apreciar assim tal brincadeira, a iremos encontrar nos assuntos sérios."[135]

---

[134] Embora se deva olhar com uma ponta de cepticismo a atribuição destes sábios conselhos a Sólon, não deixa de ser possível que o velho legislador tenha, de facto, procurado incutir bom senso nos seus concidadãos, conforme ilustram alguns dos seus poemas. E.g. *Sol.* 30.8.

[135] Segundo a tradição, Téspis teria sido o primeiro a vencer uma competição de poetas trágicos. É, no entanto, duvidosa a notícia do seu encontro com Sólon.

30.1. Ora, depois de se ferir a si mesmo, Pisístrato dirigiu-se à ágora, fazendo-se transportar num carro, e começou a exacerbar o povo, dizendo que, por causa das suas ideias políticas, havia sido vítima de uma conspiração montada pelos adversários. Recolhia já a indignação e o alarido de muitos apoiantes, quando Sólon se adiantou e, postado em frente dele, disse: "É com pouco jeito, filho de Hipócrates, que desempenhas o papel do Ulisses homérico: é que te vales, com o objectivo de enganar os teus concidadãos, dos mesmos artifícios que ele usou para burlar os inimigos, quando a si mesmo se feriu."[136] 2. Depois deste incidente, a turba estava disposta a combater ao lado de Pisístrato e o povo reuniu-se em assembleia. 3. Aríston propôs a atribuição a Pisístrato de cinquenta homens armados de maços, na qualidade de guarda pessoal. Sólon, porém, levantou-se e falou contra a proposta, aduzindo muitos argumentos semelhantes a estes que escreveu nos seus poemas:[137]

> Na língua atentais e nas palavras de um homem fascinante;
> cada um de vós, sozinho, com passos de raposa caminha,
> mas a todos juntos assiste um espírito vão.

4. Ao ver que os pobres se dispunham a apoiar Pisístrato, causando agitação, e que os ricos debandavam, receosos, foi-se embora, dizendo ser

---

[136] Cf. *Odisseia*, 4.240-258.

[137] Frg. 11.7-5-6 West.

mais sábio do que uns e mais corajoso do que os outros: mais sábio do que os que não compreendiam o que se passava; mais corajoso do que os que, compreendendo, tinham medo de se opor à tirania. 5. Depois de ratificar o decreto, o povo não discutiu sequer com Pisístrato o pormenor do número dos porta-maços, mas permitiu que ele sustentasse e reunisse quantos quisesse, às claras, até que acabou por ocupar a Acrópole. 6. Quando isto aconteceu, a cidade ficou em grande agitação, pelo que Mégacles fugiu de imediato, juntamente com os outros Alcmeónidas. Quanto a Sólon, já era de idade muito avançada e não podia contar com apoiantes.[138] Ainda assim, apresentou-se na ágora e discursou aos concidadãos, ora para criticar a sua abulia e fraqueza, ora ainda para os incitar e apelar a que não deixassem fugir a liberdade. Foi então que pronunciou aquele dito memorável: que, pouco antes, lhes teria sido mais fácil impedir que a tirania se formasse; mas agora, que ela já estava estabelecida e implantada, empresa maior seria e mais gloriosa abatê-la e destruí-la. 7. No entanto, dado que ninguém, por receio, lhe prestava atenção, regressou a casa, pegou nas armas e colocou-as diante da porta que dá para a rua, dizendo: "Pela minha parte, dei à pátria e às leis o auxílio que me era possível dar."[139] 8. Daí para a frente, manteve-se

[138] O golpe de Pisístrato ocorreu em 561/560 (cf. [Aristóteles], *Constituição dos Atenienses*, 14.1), numa altura em que Sólon deveria rondar os setenta anos.

[139] Com a narração de Plutarco concordam, em traços gerais,

tranquilo, sem atender aos amigos que o aconselhavam a fugir. Pelo contrário, dedicava-se a escrever poemas onde censurava os Atenienses:[140]

Se padeceis, por vossa vileza, os piores males,
aos deuses a culpa não atribuais.
Vós mesmos os engrandecestes e abrigo concedestes
e, em troca, recebestes infame servidão.

31. 1. À conta destes versos, muitos o advertiam de que ele acabaria por ser morto pelo tirano e quando inquiriam em que se fiava ele para assim desvairar, ele respondia: "Na velhice." 2. No entanto, Pisístrato, ao tornar-se senhor da situação, de tal forma cobriu Sólon de desvelos, de honras e manifestações de amizade, chamando-o para junto de si, que este acabou por transformar-se em seu conselheiro e louvar muitos dos seus actos. 3. Na verdade, o tirano conservou a maior parte das leis de Sólon e ele próprio era o primeiro a observá-las e a obrigar os amigos ao mesmo.[141] Foi assim que, ao ser citado por homicídio diante do Areópago, quando já era tirano, ele se apresentou segundo as regras, para se defender, mas o acusador não

os relatos de [Aristóteles], *Constituição dos Atenienses*, 14.2, e Diógenes Laércio (1.50).

[140] Frg. 11.1-4 West.

[141] É bastante provável que Pisístrato tenha mantido, no essencial, a legislação de Sólon. Cf. Heródoto (1.59) e Tucídides (6.54.5-6); contra essa hipótese, [Aristóteles], *Constituição dos Atenienses*, 22.1. Já a atenção especialmente afável dispensada a Sólon não deve ter valor histórico, à imagem do que acontecia com a notícia da relação amorosa entre os dois homens (cf. *Sol.* 1).

compareceu. Ele mesmo promulgou outras leis, entre as quais se encontra a que determina que os estropiados de guerra sejam alimentados a expensas públicas. 4. Quanto a isso, porém, Heraclides afirma que já antes Sólon tinha aprovado um decreto para Tersipo, mutilado de guerra, e que Pisístrato simplesmente o imitara. 5. Mas, segundo a exposição de Teofrasto, não foi Sólon quem estabeleceu a lei relativa à ociosidade, mas sim Pisístrato, com a qual tornou a terra mais produtiva e a cidade mais tranquila.[142] 6. Ora Sólon, que iniciou a redacção de uma grande obra sobre a história ou lenda da Atlântida, que havia escutado aos sábios de Sais e que interessava aos Atenienses, acabou por desistir, devido não à falta de tempo, como afirma Platão,[143] mas antes à velhice, que lhe fazia recear a magnitude do trabalho. 7. De resto, que ele tinha vagar mostram-no os seguintes versos:[144]

envelheço, sempre muitas coisas aprendendo

e ainda:[145]

Agora me são gratas as obras de Cípria, de Dioniso
e das Musas, que trazem aos homens alegrias.

32.1. Como se fosse o terreno abandonado de uma bela quinta, que de alguma forma lhe chegara às

---

[142] Vide *Sol.* 22.3.
[143] *Timeu*, 21c-d.
[144] Frg. 18 West.
[145] Frg. 26 West.

mãos por parentesco, fez Platão uma questão de honra terminar e embelezar o tema da Atlântida.[146] Erigiu, na abertura, grandes pórticos, cercaduras e pátios tais como nenhuma outra história, lenda ou poesia alguma vez teve. Mas, porque tarde a iniciou, terminou a vida antes da obra, e quanto mais deleita a parte já escrita, mais se lamenta a que ficou por escrever. 2. E tal como a cidade de Atenas em relação ao *Olympieion*, assim o génio de Platão, entre tantas belas obras, somente o relato sobre Atlântida deixou por terminar.[147] 3. Ora Sólon terá ainda vivido bastante tempo depois de Pisístrato haver instaurado a tirania, ao que relata Heraclides Pôntico; porém, segundo Fânias de Éreso, viveu menos de dois anos. Na verdade, Pisístrato instaurou a tirania no arcontado de Cómias e, pelo que afirma Fânias, Sólon morreu durante o mandato de Hegéstrato, que ocupou essa magistratura depois de Cómias.[148] 4. Quanto à história da dispersão das cinzas, depois de cremado o corpo, pela ilha de Salamina, é, pela sua estranheza, completamente inverosímil e lendária, embora seja

---

[146] Sobre a eventual (mas não segura) relação familiar de Sólon com Platão, vide discussão em Davies (1971) 322-326.

[147] O *Olympieion*, iniciado em tempos de Pisístrato, seria terminado somente por Adriano, em 131/132 d.C., data que constitui também a única indicação cronológica segura para estabelecer um *terminus ante quem* para a *Vida de Sólon*. Contrariamente ao que afirma Plutarco, as *Leis* (o maior e talvez o último dos diálogos) também ficou por terminar.

[148] É preferível a versão de Fânias, segundo a qual Sólon terá morrido durante o arcontado de Hegéstrato, portanto entre 560 e 559, pouco depois da instauração da tirania por Pisístrato, que se deu durante o mandato de Cómias (561/560).

registada por outros autores de peso, entre eles o filósofo Aristóteles.[149]

[149] A tradição da dispersão das cinzas de Sólon por Salamina deve obedecer ao mesmo impulso que levava alguns autores a colocar aí o nascimento do legislador; por outras palavras, constitui somente um eco do papel que o estadista desempenhara na conquista da estratégica ilha. Tem, assim, razão de ser o cepticismo de Plutarco.

Vida de Publícola

Introdução

A *Vida de Publícola* trata um período assaz obscuro da história romana, sobre o qual divergem as tentativas de reconstituição. Com efeito, há que ter em conta o género de fontes usadas por Plutarco. Trata-se de um período que depende em muito da tradição consolidada pelos escritores de *Annales* do final da República, que tendiam a plasmar a história do início segundo os problemas políticos que vivenciavam no tempo em que escreviam. O resultado é que alguns relatos parecem ser uma antecipação de acontecimentos, leis ou instituições bastante tardios.

Em primeiro lugar, é difícil saber onde termina a história e começa a lenda. A tradição romana atribuía o fim da Monarquia romana a um drama familiar que levou a uma revolta palaciana envolvendo o confronto entre pessoas próximas do último rei, Tarquínio o Soberbo. Trata-se do relato da tragédia de Lucrécia, violada por Sexto, filho daquele rei, depois de o receber em sua casa como hóspede e familiar que era (1.3). Consumado o estupro, a jovem mandou chamar o esposo, Tarquínio Colatino, o pai, Terêncio, e os amigos Lúcio Júnio Bruto e Públio Valério, a quem relatou o crime, suicidando-se em seguida, para que nenhuma mulher vivesse desonrada à sombra do exemplo de Lucrécia. Os presentes, horrorizados, decidiram expulsar Tarquínio e

não mais aceitar a presença de reis na cidade (cf. Liv. 1.57-59). Levanta suspeita que a tradição literária retrate Tarquínio segundo os lugares-comuns tradicionais da retórica contra a tirania. O relato tem vários elementos em comum com o da queda da tirania dos Pisistrátidas em Atenas (Th. 6.53-59); as personagens têm um carácter romanesco de conto popular; a saga pode até ter origem dramática. Não se percebe muito bem como é que são os sucessores ao trono que lideram o golpe; como é que, sendo da família dos Tarquínios, são eleitos cônsules Colatino e Bruto; ou como é que, depois de uma tentativa abortada de restabelecer o rei, Colatino teve de ser banido da cidade por pertencer à família e Bruto não[1].

A *Vida de Publícola* salienta de forma veemente o preconceito republicano contra a tirania, nas referências a Tarquínio o soberbo (1.3), nas suspeitas do povo sobre Publícola (10.1-2), e que ele próprio desmente, e na lei radical que Publícola faz passar para prevenir tentativas de restauração da monarquia (12.2). Tarquínio é expulso por ser um tirano, como diz Plutarco: «E quando Tarquínio o Soberbo – que nem tinha tomado o poder honradamente, mas de forma sacrílega e ilegítima, nem o tinha exercido à maneira de um rei, mas com arrogância tirânica —, se tornou odioso e opressivo para o povo, este tomou como motivo da sublevação a desgraça de Lucrécia, que, por ter sido violada, pôs fim à vida») (1.3). É verdade que muitos manuais repetem que a abolição

[1] Vide análise de Cornell (1995) 215 ss; Forsythe (2005) 147 ss.

da Monarquia marcou o fim de um governo etrusco de Roma, como se se tratasse de uma libertação da opressão estrangeira. Esta teoria traz consigo a implicação de que o reino dos Tarquínios consistiu num efectivo domínio etrusco de Roma e aparece a par da suposição de que foi um poder etrusco a trazer a prosperidade a Roma. Tal ideia, introduzida pelos historiadores modernos, está hoje posta em causa, sobretudo por T. J. Cornell. O autor demonstra cabalmente que não há vestígios literários ou arqueológicos de que assim tenha acontecido. Não houve expulsão dos Etruscos de Roma. As fontes literárias referem apenas a expulsão da família de Tarquínio (que além disso seria também de ascendência grega); e não por ele ser etrusco, mas por ser um tirano. Não houve qualquer rejeição da cultura (pelo contrário foram adoptados símbolos de poder e práticas divinatórias) nem se observa diminuição do comércio com a região etrusca até meados do século V (e então devido a uma aparente recessão no Mediterrâneo Ocidental que afectou também o comércio com a Grécia)[2]. A presença, nos *Fasti*, de nomes como os Lárcios (506 e 498), Hermínio (506) e Aquílio Tusco (497), apesar de parecerem ter sido interpolados, mostra que há famílias etruscas associadas ao poder republicano nascente, ou que os autores antigos não viram razão para os não interpolarem. O próprio Publícola não mostra qualquer preconceito ao propor o etrusco Porsena como mediador do conflito com Tarquínio e ao concluir uma

[2] Vide Cornell (1995) 223-226.

aliança com ele (18). A *Vida de Publícola* reflecte uma opinião bastante favorável em relação àquele rei de Clúsio, que é retratado como homem de grande honra (16.1; 17.5-6).

A tradição patriótica estabelecida pelos escritores de *Annales* do final da República, repetida em Lívio e acolhida por Plutarco, diz que Porsena atacou Roma com a intenção de restabelecer Tarquínio no trono, mas que acabou por desistir ao ver a coragem dos Romanos, manifesta nos feitos exemplares de Horácio Cócles (16.6-9), Múcio Cévola (17.2-8) e da jovem Clélia (19). É evidente o carácter patriótico e moralizante destas aventuras heróicas. Nenhum general desistiria de uma guerra comovido pela determinação do adversário. Plutarco no geral segue a tradição. A verdade é que duas fontes antigas romanas contam que Porsena tomou de facto Roma – Tácito (*Hist.* 3.72) e Plínio (*Nat.* 34.139) –, o que revela a presença de uma versão alternativa à "oficial". Alföldi (1963 51-54) sustenta que a monarquia caiu na sequência da tomada de Roma por Porsena, e Tarquínio, deposto ou em fuga, encontrou apoio junto dos Latinos. Porsena parece, de facto, ter vindo quebrar a unidade que se estabelecera no Lácio. Perante a tomada de Roma, os Latinos renovaram a Liga Latina, centrada agora em volta do santuário de Arícia (e não já do templo do Aventino, fundado por Sérvio Túlio segundo a tradição), Roma aparece excluída deste pacto, por estar nas mãos de Porsena, e Túsculo torna-se

predominante[3]. Sabemos por outra via – a chamada *Crónica de Cumas* – que a tentativa deste rei de Clúsio de controlar o Lácio, depois de ter feito as pazes com Roma, terá conduzido à batalha de Arícia em 504, na qual Arrunte, filho de Porsena, foi derrotado pelos Latinos, apoiados por Aristodemo, tirano de Cumas[4]. Como consequência desta alteração de poder e de alianças no Lácio, os Romanos viram-se frente a frente com uma coligação latina que apoiava as pretensões de Tarquínio, situação resolvida na batalha do Lago Regilo, em 499 (segundo Lívio, 2.19-20) ou 496 (segundo Dionísio de Halicarnasso, 6.2ss), na qual se disse que o próprio Tarquínio, já nonagenário, terá combatido[5].

Uma questão bastante controversa é a da data da instauração da República. O facto de os cônsules darem o nome ao ano tornava-se uma referência para os escritores de *Annales*: dava-lhes uma ideia aproximada de quando a República teve início. As listas de cônsules

---

[3] O número de povos que integraram esta confederação varia segundo os autores: Dionísio de Halicarnasso (5.61.2) diz que foram todos os Latinos; e Lívio (2.18.3; cf. Plin. *Nat.* 3.69) diz que foram 30 povos. Mas Dionísio (5.61.3), no elenco das cidades, apresenta 29 e exclui Roma (cf. 5.50.2).

[4] DH 7.5. Da *Crónica de Cumas* (*Kumaika*) sobrevive um excerto sobre a vida do tirano de Cumas, Aristodemo o Efeminado, da autoria de Hipéroco, interpolado pelo próprio Dionísio no seu texto (7.3-11). A narrativa patenteia o estilo trágico da historiografia helenística (claramente distinto do de Dionísio, que anuncia o excurso em 7.2) e que não parece ter sofrido a contaminação dos escritores de *Annales* romanos. Esta fonte, cuja cronologia diverge alguns anos da dos historiadores romanos, provará que a figura de Porsena é histórica. Vide Alföldi (1963) 56 ss.

[5] Vide Forsythe (2005) 147-149.

chegam-nos principalmente através de Dionísio de Halicarnasso, Tito Lívio, Diodoro Sículo e da inscrição colocada por Augusto no Foro, conhecida como *Fasti Capitolini*. Estas fontes devem-se basear nos registos anuais dos Pontífices, compilados no século II a.C. nos *Annales Maximi*[6]. Mas a este método de contagem outro se acrescentava: o costume de se colocar anualmente, pelo aniversário da dedicação do templo do Capitólio (a 13 de Setembro), um prego na *cella* de Minerva do referido templo, modo de numeração que remonta a uma fase em que os relatos escritos eram escassos[7]. Havia, pois, uma tradição fortemente enraizada de que o templo do Capitólio fora dedicado no primeiro ano da República, o que parece demasiada coincidência. Plínio o Velho (*Nat.* 33.1.19) acrescenta outro dado: diz que, em 304, o edil Gneu Flávio contou 204 anos da dedicação do Templo de Júpiter, apontando, assim, para a data de 508 a.C., precisamente um ano depois da data tradicional da queda de Tarquínio. Em desacordo com Políbio (3.22.1), Lívio (2.8.6-8), Valério Máximo (5.10.1) e Plutarco (*Publ.* 14.2; 14.5) apresentam-se Tácito (3.72) e Dionísio de Halicarnasso (3.69.2), que colocam a consagração do monumento no terceiro ano da República, no segundo consulado de Horácio, o que faz suspeitar que se tenha inventado um primeiro consulado, em 509, para fazer coincidir a consagração

---

[6] Cf. Serv. *Ad Aen.* I, 373; Cic. *De orat.* 2.52. Vide Gabba (2000) 35.

[7] Liv. 7.3.5 ss

com o início da República[8]. Outros acham que foi consagrado em 509, mas antes do fim da monarquia[9].

A lista de cônsules parece ser forjada, através da inserção artificial de nomes, para fazer coincidir o início da República com a data tradicional de 509: há quem pense que só tem valor a partir de 504, e que, antes dessa data, pode ter sido completada com figuras lendárias ligadas ao fim da monarquia, como Bruto, Colatino, Lucrécio e o próprio Publícola[10]. Além disso, a presença entre os cônsules da lista de 509 a 445 de nomes que sabemos serem plebeus na República tardia parece contradizer a tradição de que o primeiro cônsul plebeu foi eleito em 366. Suspeita-se de que tais nomes tenham sido inseridos por redactores plebeus dos *Annales* dos pontífices, na mira de honrarem a classe. Mas também não é insólito que certas famílias plebeias tenham adoptado nomes patrícios de famílias extintas, visto que era comum famílias apresentarem ramos plebeus[11]. Além disso, vê-se que os *cognomina* destes primeiros magistrados são, na verdade, alcunhas, com um sentido pejorativo, como é o caso de *Brutus* 'estúpido', mas também de

[8] Vide Forsythe (2005) 154.

[9] Segundo Alföldi (1963) 78-79; 327; 351, o templo foi consagrado em 509 ainda por Tarquínio, rei que teria sido expulso em 505. E o nome de M. Horácio, que, segundo as fontes, se lia na arquitrave, seria o de M. Horácio *tribunus militum consulari potestate* que levou a cabo a nova dedicação em 378, depois do saque gaulês.

[10] Segundo Alföldi (1963) 77-84, a lista só é fiável a partir de 504. Vide Heurgon (1969) 158-161.

[11] Vide Cornell (1995) 218ss; Forsythe (2005) 155-157.

Publícola, nome problemático cuja inserção na lista de cônsules (*fasti*) alguns consideram ser tardia[12].

Se a própria figura de Publícola tem sido considerada lendária por alguns estudiosos[13], a descoberta em 1977 do chamado *Lápis Satricanus* (a pedra de Sátrico) veio relançar o debate: a inscrição, datada de cerca de 500 a.C., refere uma dedicatória a Marte por parte dos companheiros (*sodales*) de *Poplios Valesios*, que poderá ser identificado com Públio Valério Publícola. Trata-se do testemunho de um grupo que se identifica não por referência a um estado ou a uma etnia mas como companheiros de um líder; uma evidência arqueológica que vem corroborar a existência naquela época de "confrarias" aristocráticas de guerreiros comandados por senhores da guerra, como parece ser também o caso de Porsena[14]. Tal senhor da guerra parece estar de acordo com as qualidades militares exaltadas nesta *Vida*, sobretudo na guerra contra os Sabinos e

---

[12] Vide Alföldi (1963) 83-84. Este autor considera que a justificação *populi colendi causa* é errada, porque *populus* nos primeiros tempos incluía também o senado, assim como é também forjada a interpretação *plebicola*. O nome também pode significar 'aquele que habita em público'; ou ainda 'o que honra a juventude (*pubes*)': vide Gagé (1976) 79-81.

[13] Vide Flacelière, Chambry & Juneaux (1961) 51; Alföldi (1963) 82-84.

[14] Na época era comum senhores de guerra de origem aristocrática cruzarem as fronteiras com os seus bandos de clientes ou companheiros (*sodales*). Parece ser esse o caso, por exemplo, do massacre dos 300 Fábios apanhados numa emboscada na guerra contra Veios em 479. Não se trataria pois de membros da mesma família em sentido restrito, mas mais provavelmente dos Fábios e dos seus clientes. Vide Cornell (1995) 143-146.

Latinos (22.3-23.2); mas, em contrapartida, parece ter pouco a ver com a ideia de um constitucionalista democrático que a história romana transmite sobre Publícola[15].

A esta distância, o que poderemos dizer é que por volta de 500 a.C. ocorreu uma transformação de um regime monárquico para o regime republicano. É difícil precisar o ano, se é que ocorreu só num ano; é difícil reconstituir os factos que levaram a esta transformação – se foi um conflito dinástico que Porsena aproveitou em seu benefício, ou se foi o culminar de uma transformação política natural, acaso favorecida por problemas económicos e conflitos sociais[16]. Havia então na Itália Central uma tendência para a aristocracia tomar o lugar dos reis, pelo que aproveitavam a oportunidade quando o trono vagava[17]. Porsena pode ter interferido de alguma maneira e influenciado a transição de poder[18]. E a presença de nomes etruscos na lista de cônsules do início pode indiciar tal influência. Mas, por outro lado, se excluirmos erros menores nas listas de cônsules e algumas variações de fonte para fonte, no essencial a cronologia parece ser fiável, uma vez que há confirmação

[15] Como nota Wiseman (1998) 24.

[16] Vide Cornell (1995) 218.

[17] Como afirma Alföldi (1963) 77-78.

[18] Uma hipótese, defendida por Forsythe (2005), 153-155, é a de que, com a tomada de Roma, Porsena tenha dividido o poder entre a família real, representada por Colatino, e Bruto, como contra-poder. Com a derrota de Arícia, Porsena perdeu as suas aspirações, e as famílias aristocráticas mantiveram o poder entre dois chefes.

de fontes independentes com resultados aproximados. Todas as sequências de cônsules apontam para um começo para o final do século VI a.C., entre 509 e 502. Políbio (3.22.1-2) estabelece que os primeiros cônsules, Bruto e Horácio, exerceram a magistratura 28 anos antes da travessia de Xerxes para a Grécia, provavelmente a pensar no ano da batalha de Salamina (480 a.C.). Dionísio de Halicarnasso (5.1.1) diz que a República teve início no ano da 68º Olimpíada (508/507 a.C.), seguindo visivelmente a tradição romana. Fontes gregas referem a batalha de Arícia contra o filho de Porsena em 504 a.C.[19] e o saque de Roma pelos Gauleses em 387 ou 386[20].

Outro problema é de natureza constitucional. A tradição estabelece uma transição imediata da Monarquia para a República, mas não é improvável que um período de instabilidade tenha existido antes de as instituições republicanas funcionarem. As fontes principais apresentam a mudança de forma simplista: o rei foi substituído por dois cônsules nos comícios por centúrias – é o que nos diz Tito Lívio (1.60.4); e Dionísio de Halicarnasso (4.84.5) salienta que a eleição se fez segundo o costume dos antepassados. Os cônsules eram magistrados epónimos, detentores de *imperium*, pelo que podiam comandar exércitos; e eram eleitos nas assembleias por centúrias (os *comitia centuriata* – cuja

[19] É o que reporta o excerto de Hipéroco (a chamada *Crónica de Cumas*) transcrito por Dionísio de Halicarnasso (7. 5). Vide Forsythe (2005) 155-157.

[20] D.H. 1.74.4.

criação era atribuída a Sérvio Túlio), dada a natureza militar. Detinham poder igual (eram *collegae*) e podiam bloquear-se um ao outro. Como insígnias tinham a toga pretexta, a cadeira curul e eram acompanhados por lictores, os 12 oficiais que transportavam os feixes de varas (*fasces*), símbolo do poder de castigar (inicialmente os *fasces* eram usados activamente nas punições, como se vê na *Vida de Publícola* 6.4). No meio das varas estava encastrado um machado, que mais tarde seria suprimido dentro da cidade (10.7), em resultado da aprovação do direito de *appelatio ad populum* perante uma decisão de um magistrado e para minorar a aparência de pompa ligada aos símbolos do poder[21].

Parece que no início seriam designados por *praetores* (de *prae ire*: 'ir à frente', 'comandar'), segundo Festo (249L), dada a sua função de comandantes militares. Os historiadores modernos começaram a perceber que a palavra *consul* salienta a natureza colegial da função e alguns, na sequência de De Martino, sugerem que talvez seja uma criação de 367[22]. A tradição refere que os magistrados superiores eram dois desde o início da República com igual autoridade. Mas a já referida passagem de Lívio (7.3) sobre a restauração da prática antiga (*lex uetusta*) de nomear um ditador para colocar um prego no templo do Capitólio, esclarece

[21] Wardman (1974) 64.

[22] Poderá ter sido modelada sobre *Praesul*, correspondente religioso de *praetor*, em que *consul* patenteia pela mudança de prefixo (*cum* em vez de *prae*) a evolução constitucional, salientando a colegialidade da função. Vide Heurgon (1969) 164; Forsythe (2005) 151-152.

que era uma observância levada a cabo no início pelo *praetor maximus*. A expressão tem causado perplexidade porque o superlativo parece supor mais do que dois magistrados, mas há dúvidas de que assim fosse[23]. Há quem sugira que o rei foi substituído pelo ditador (o *magister populi*), que por sua vez se fazia acompanhar do mestre de cavalaria (o *magister equitum*)[24]; e como os dois nomes apareciam emparelhados na lista (os *Fasti*), foram interpretados como cônsules[25]. Realmente, Publícola no relato de Plutarco parece apresentar-se por vezes como *magister populi*[26]. Outros continuam a achar que não há razões válidas para negar que os magistrados superiores foram sempre dois, porquanto a colegialidade era um princípio antiquíssimo[27]. Não parece improvável que em 509/8 estivesse um *praetor maximus* a encabeçar os colegas e que acabasse por ser esquecido devido aos desenvolvimentos posteriores da nomenclatura

[23] Forsythe (2005) 152, assinala que, tal como *praetor* corresponde ao grego *strategos*, *praetore maximum* corresponderia a *strategos hypatos*. Nessa altura, *praetor* designaria genericamente 'magistratrura'. Ora *hypatos* é a palavra geralmente usada para traduzir cônsul. *Maximus*, neste caso, poderia ser para distinguir do seu colega o que detinha os fasces.

[24] Vide Mazzarino (1992) 179-184. A tradição dizia que o primeiro ditador fora nomeado em 501 a.C.

[25] É a hipótese de Alföldi (1963) 81. Vide Gagé (1976) 88.

[26] Vide Gagé (1976) 88-80.

[27] É o que pensa Giovanini (1993) 93. A ditadura nunca foi na época histórica uma magistratura independente (os cônsules que o nomeavam mantinham o cargo) e as competências do ditador limitavam-se a um campo bem definido. Vide Forsythe (2005) 153.

institucional[28]. Mas também é plausível que, nos primeiros dois séculos da denominada República, não houvesse apenas um sistema político em Roma[29].

Bruto mereceu ser considerado o fundador da liberdade republicana porque era o primeiro da lista dos cônsules. Segundo Forsythe (2005 154-55), Bruto e Colatino devem ser retidos como os primeiros cônsules, mas Lucrécio, Publícola e Horácio devem ser removidos do primeiro ano da República, porque foram adicionados posteriormente para fazer coincidir a *prouocatio* (que muitos consideram uma antecipação da lei de 300) e a dedicação do templo do Capitólio com o primeiro ano da República. Quanto ao direito de apelo (*prouocatio*), causou suspeita que a *lex Valeria* aparecesse formulada em três ocasiões: 509, 449 e 300 a.C. Tende-se a aceitar como genuína a última e a considerar a primeira como pura ficção[30]. Mas é preciso evitar confundir *prouocatio ad populum* com

[28] Vide Heurgon (1969) 162-163; Wiseman (1998) 23.

[29] É o que pensa Flower (2005) 35-57. A autora apresenta uma hipótese de periodização que tenta reconstruir as fases em que existiram diferentes modelos. A primeira fase, pré-republicana no carácter, da experimentação com largos quadros de magistrados difíceis de definir num padrão e não imitados na República tardia. A segunda fase, com início em 454 (data que considera mais provável da dedicação dos templos do Capitólio e do Aventino) e termo em 451/0, seria a fase proto-republicana. A terceira fase consistiria em experimentação política: a alternativa dos tribunos militares. A partir de 367/6, temos a substituição dos quadros de magistrado por dois cônsules anuais, cargo partilhado entre patrícios e plebeus: entre 367 e 300 temos como que uma segunda República em que os *nobiles* se consolidam no poder.

[30] Vide Forsythe (2005) 154.

conquistas da plebe, quando são coisas diversas[31]. Independentemente de o relato poder ser ficcionado e etiológico, há indicações de que o direito de apelo, *prouocatio ad populum*, de todos os cidadãos contra as decisões dos magistrados já existia há muito, e estava fora da alçada dos tribunos da plebe. É um direito não da plebe, mas do povo, isto é, de qualquer cidadão, enquanto cidadão romano. E é válido mesmo fora da cidade. Por outro lado, não há meio de provar que as três leis eram de facto idênticas, como assinala Cornell (1995 277). O propósito da lei de 449 seria não a garantia de apelo em si, mas proibir a criação de magistraturas que não estivessem submetidas a tal direito: assim, a lei de 449 pressupõe que o direito de apelo já existia, como, de resto, está expresso na lei das XII tábuas (11.1-2). Além disso, era hábito dos Romanos legislarem repetidamente sobre os mesmos assuntos, incorporando determinações anteriores e garantindo, assim, dinamismo à constituição republicana. Portanto, há que através da crítica reter o fundamental: apesar das inserções ou omissões na listas dos cônsules, das diferenças dos relatos que nos chegaram, e da possível actualização da terminologia constitucional, a memória sobre o início da República seria forte e era controlada por autoridades religiosas

[31] Trata-se da confusão de *populus* com *plebs* e de *prouocatio ad populum* com o *ius auxilii* – que era uma conquista revolucionária específica da plebe: o direito dos tribunos de se oporem a uma decisão de um magistrado mesmo que fosse legal. Um protecção contra o estado patrício. Vide Giovannini (1993) 93-96.

que garantiam a continuidade: conheciam bem o essencial da tradição de cor e poderiam refazê-la em caso de destruição de documentos nas catástrofes.

Outra questão resulta da fiabilidade dos historiadores antigos no que respeita à interpretação dos dados que tinham ao dispor sobre os primeiros tempos da República. Em comparação com os Gregos, a historiografia em Roma inicia-se muito tarde – com Fábio Pictor, em finais do século III a.C. E seria baseada na transmissão oral, que é fiável apenas durante algumas gerações: os estudiosos sugerem três. De qualquer modo, Fábio Pictor (e, segundo parece, outros historiadores da época) debruça-se sobre o período da fundação e sobre os tempos mais próximos de si, descartando a fase da República primitiva. Este senador, membro da elite dos *nobiles* que se desenvolveu no decorrer do século IV, regista em grego os feitos dos Romanos, para celebrar a gesta da classe a que pertence e os valores que cultiva. Nos *Annales* de Énio e de L. Calpúrnio Pisão Frúgi, a monarquia é tratada de modo mais detalhado do que os primeiros tempos da República, e a informação só volta a expandir-se mais tarde. Tudo indica, pois, que o princípio da República foi esquecido uma vez que as instituições foram suplantadas por desenvolvimentos políticos posteriores. No entanto, a informação sobre o início da República apresenta-se mais detalhada em Lívio e em Dionísio de Halicarnasso. Há indícios de que os relatos que possuímos sobre o início da República se baseiam em fontes que representaram os acontecimentos à luz do momento político que viviam

e projectaram retroactivamente factos do seu tempo marcados pelos conflitos entre aristocratas e populares. Os responsáveis por esta expansão dos relatos do início da República terão sido Gneu Gélio, autor de uns *Annales* (c. 130 a.C.), carregados de pormenores de antiquária, e Licínio Macro, famoso tribuno de 73, que se terá interessado pelo desenvolvimento das instituições da plebe, escrevendo *annales* de um ponto de vista democrático, com o intuito de glorificar os seus antepassados plebeus[32]. Valério Ântias, escritor do tempo de Sula (citado nas *Vidas* de Rómulo, de Numa e de Flamínio), pode ser o responsável pela imagem positiva de Publícola, na tentativa de engrandecer o seu antepassado. Este autor pode ter sido o inventor dos três consulados contínuos de Valério Publícola, do consulado do irmão no quarto ano, de Publícola de novo no quinto e dos feitos de Valéria, filha daquele[33]. É igualmente possível que Valério Messala Corvino tenha, nas suas Memórias ou noutra obra, engrandecido o seu antepassado, uma vez que o próprio Plutarco reporta a Publícola a nobreza desta linhagem (24.3)[34]. Outra influência importante para o engrandecimento do herói desta *Vida* será Cícero (*Rep*. 2.53; 2.55).

Na *Vida de Publícola*, há, de facto, diversos sinais de retrospecção. Figuram, pois, diversos episódios que remetem para o final da República e que aproximam Publícola ora dos *populares* ora dos *optimates*. Por

[32] Vide Raaflaub (2005) 1-5.

[33] Vide Alföldi (1963) 82 e n. 6

[34] Vide Flacelière, Chambry & Juneaux (1961) 54-55.

exemplo, a renúncia voluntária de Colatino ao consulado (7.6), em vez da demissão forçada, parece reflectir uma versão menos conhecida (posta a circular pelos *populares*) de uma renúncia legal do tribuno da plebe Octávio que sustinha a posição aristocrática contra a reforma Agrária de Tibério Graco em 133 a.C. A mudança da casa de Publícola para um local menos aparatoso (10.5-6) espelha uma deslocação semelhante por parte de Gaio Graco (Plutarco, *C. Gr.* 12.1). A fundação da colónia de Sígnia em tempo de guerra com Porsena (16.3) parece antecipar a ausência de Gaio Graco para a fundação da colónia de Cartago no auge da luta com os *optimates*. A contradição entre a lei da *prouocatio* e a permissão, explicitamente declarada anti-popular, de eliminar sem julgamento quem aspirasse à tirania parece antecipar conflitos legais que se levantaram no caso da morte dos Gracos, de Saturnino e dos cúmplices de Catilina em resultado de *senatusconsulta ultima*, considerados depois ilegais pelos *populares*. Rabírio foi, mais tarde, perseguido pela morte de Saturnino, e Cícero, que o defendera, não se livrou ele próprio do exílio, por, no exercício do seu consulado, ter ordenado a execução dos sequazes de Catilina. As acusações de simpatia pela monarquia feitas a Publícola (2.1; 10.1; 11.1) parecem reflexo da *adfectatio regni* de que eram acusados os Gracos, Saturnino, Sula, Catilina e César. A intersecção e uso das cartas dos Aquílios e dos Vitélios para Tarquínio remete para a apreensão das cartas dos cúmplices de Catilina na posse dos Alóbroges. Também o juramento de sangue pronunciado pelos que preparam o golpe

para o restabelecimento de Tarquínio no trono (4.2) evoca um mórbido episódio da conspiração de Catilina, narrado com contornos dramáticos por Salústio (*Cat.* 22). As críticas ao aparato do triunfo, desvalorizadas pelo autor (9.9), lembram o triunfo decretado a César (D.C. 43.14.3), e o funeral a expensas públicas recorda o de Sula, a quem tal foi concedido pela primeira vez[35]. Parece ter havido, quer por parte dos *optimates* quer dos *populares*, uma busca de fundamento para a sua actividade na figura de Publícola que deixou reflexos por vezes contraditórios na tradição historiográfica. Tal oscilação é aproveitada por Plutarco para a caracterização do herói como modelo de equilíbrio entre uma autoridade pessoal moderada e salutar e políticas favoráveis ao povo (11-12), prefigurando de certo modo a *concordia ordinum* almejada por Cícero.

O facto de versar sobre um período obscuro torna esta *Vida* algo especial, onde se percebe a falta de material biográfico para a composição. Tal lacuna pode justificar as frequentes digressões em que a figura central é como que esquecida (8; 11; 13; 15) e uma recorrente busca de refúgio no tempo da redacção da *Vida* (7.8; 9.9; 10.7; 11.6; 12.3; 12.5; 15; 19.10; 23.6). Ao descrever a primeira morada de Publícola e a indignação que esta causou entre o povo, facto que levou o herói a arrasá-la, numa demonstração de democraticidade (10.1-6), Plutarco exagera a opulência de uma forma que se não

[35] Para o desenvolvimento destes e de outros pontos de contacto entre esta *Vida* e o final da República, vide Affortunati & Scardigli (1992) 112-119; Affortunati (1994) 268-300.

coaduna com os hábitos do início da República, pelo que parece sofrer a influência dos *topoi* da retórica contra a arrogância e e sumptuosidade dos tiranos[36]. Mas Plutarco parece estar a pensar concretamente, como nota Stadter (2002 233), na desmesura do palácio de Domiciano, cuja sumptuosidade increpa mais adiante (15.5-6), num à parte sobre os excessos arquitectónicos do imperador, integrado na digressão sobre as vicissitudes do templo de Júpiter Capitolino. E da associação entre a primeira casa de Publícola e o palácio do terceiro dos Flávios resulta implícita a aprovação da decisão democrática de Nerva e Trajano por terem transformado a *Domus Flavia* em *Aedes Publicae*[37]. Já o poeta Marcial (*Sp*. 2) havia louvado Vespasiano e Tito (pai e irmão de Domiciano) pelo facto de, ao construírem o Anfiteatro Flávio (o chamado Coliseu), terem devolvido à Urbe o que antes pertencera à *Domus Aurea*, o palácio do tirânico Nero. A tirania estava associada a sumptuosidade, rapacidade e arrogância, e a retórica contra a autocracia incluía o tratamento destes vícios.

Ao contrário de Domiciano, a política construtiva de Vespasiano é considerada oportuna, nomeadamente a reconstrução do templo de Júpiter, pela qual o imperador é considerado mais afortunado que Sula, uma vez que viveu para ver a sua construção, mas não

---

[36] Segundo Frazier (1996) 253-254, a tónica na grandiosidade da construção (em Liv. 2.7.6, só está em questão a localização) evoca os palácios e a pompa helenísticos. Vide também Wardman (1974) 68-69.

[37] Cf. Plin. *Pan*. 47.4; CIL 1.551. Vide Stadter (2002) 232-234; Boatwright (2002) 269.

para ver a destruição (*Publ.* 15.2). Plutarco guarda uma imagem positiva de Vespasiano. Com efeito, foi Méstrio Floro, íntimo do imperador (cf. Suet. *Ves.* 22), quem garantiu a cidadania Romana ao Queronense e foi ele que o acompanhou na viagem ao campo de batalha de Betríaco, onde se defrontaram as tropas de Otão e Vitélio, como o autor testemunha (Plu. *Oth.* 14.2; 18.2)[38]. Vemos que Plutarco, como Suetónio, segue uma tradição já definida favorável a Vespasiano e a Tito e desfavorável a Domiciano. E a tomada de posição hostil a Domiciano (*Publ.* 15.3-6) sugere uma data de composição da *Vida de Publícola* seguramente posterior a 96, ano do assassínio daquele imperador[39].

A colocação em paralelo com Sólon é justificada na *synkrisis* pelo facto de Publícola imitar o modelo grego e este fornecer o fundamento para a excelência daquele varão romano (24.1; 25.1). Pode-se perguntar porque é que Plutarco não emparelhou Sólon antes com Sérvio Túlio, dada a natureza das reformas que a tradição lhe atribui. Além disso, Plutarco agrupa uma figura histórica grega com uma figura considerada em grande parte lendária[40]. Há tentativas anteriores a Plutarco, nomeadamente de Cícero e Dionísio de Halicarnasso, de conectar com Sólon Valério ou os seus descendentes, no que se refere à *prouocatio*, à

[38] Vide Jones (1971) 22; Brandão (2010) 22; 24.

[39] Se tomássemos em sentido estrito a referência (24.3) aos seiscentos anos da morte de Publícola (ocorrida em 503 segundo a tradição) apontaríamos para 97. Vide Flacelière, Chambry & Juneaux (1961) 57; Jones (1995) 112.

[40] Vide Alföldi (1963) 82.

abolição das dívidas[41] e à proibição do enterro dentro da cidade, com excepção para a família dos Valérios[42]. De facto, Plutarco parece ter à mão a obra de Dionísio de Halicarnasso[43]. A ligação de legislação fundamental a Sólon aparenta ser um lugar-comum ligado à tradição das XII tábuas, e as matérias constitucionais presentes em Cícero deviam ser conhecidas de Plutarco. Mas, à parte ligações preestabelecidas pelas fontes, o Queronense dá bastante relevo à questão da luta contra a tirania que, incompleta em Sólon, se consuma em Publícola, como diz o autor na comparação final (25.4-5; 26.5)[44]. Apresenta Publícola como uma espécie de ensaiador na prática política das determinações de Sólon. Como vimos, Plutarco, ao compor o *Publícola*, tem os olhos no seu tempo e objectivos moralizadores; e, ao criar o duo *Sólon-Publícola*, estabelece implicitamente uma potencial relação entre o *sage* e o imperador, como sugere Stadter (2002 236).

Esta *Vida* revela-se uma fonte de informação relevante e mesmo original: não só atribui a Publícola feitos ou decisões que o resto da tradição atribui a terceiros, o que pode resultar da técnica biográfica de se centrar no herói em causa, mas apresenta também alguns dados novos; e não só sobre aspectos histórico-biográficos,

[41] Cf. Cic. *Rep*. 2.53-59. Dionísio de Halicarnasso (5.65.1) cita o exemplo de Sólon para sustentar o perdão das dívidas proposto pelo filho de Publícola.

[42] Cf. Cic. *Leg*. 2.59.

[43] Vide Flacelière, Chambry & Juneaux (1961) 54.

[44] Vide Affortunati & Scardigli (1992) 109-110; Affortunati (1994) 259-268.

como o receio do povo de que Publícola se aliasse aos Tarquínios, depois de não ter sido eleito como colega de consulado de Bruto (2.1), e a entrada triunfal em Roma numa quadriga (9.9), mas é também fonte de informação relevante sobre legislação, como a da multa por desobediência aos cônsules, uma lei considerada popular (11.4)[45], sobre a da eleição dos questores para o erário (12.3) e sobre a da permissão de matar sem julgamento quem aspirasse à tirania (12.1-2). Se as biografias tendem a centrar-se na pessoa do biografado, a verdade é que esta *Vida* apresenta excursos para tratar outros heróis do mesmo contexto histórico-lendário: Horácio Cocles, Múcio Cévola, Clélia[46]. Parece mais uma monografia antiga que uma biografia *tout court*[47], e, por conseguinte, acaba por se interessar mais do é usual nas *Vidas* pela influência histórica do herói[48]. Com a composição desta obra Plutarco apresenta ao leitor grego não só uma análise caracterológica de Publícola, como seria de esperar numa biografia, mas uma visão global sobre a fundação e consolidação da República romana e

[45] A colocação de um limite para a multa era uma novidade favorável aos cidadãos. Plutarco atribui a Publícola as determinações da *lex Aternia Tarpeia* sobre o valor da multa (cf. D.H. 9.27.4). Sobre estas leis, vide Peruzzi (1985) 171-173; 175; 197.

[46] Vide Affortunati & Scardigli (1992) 110-112

[47] Vide, neste volume, observações de D. Leão, na introdução à *Vida de Sólon*, sobre o desenvolvimento do género biográfico na antiguidade; Leão (2008) 102-104.

[48] Se Plutarco, mais preocupado com as qualidades individuais, raramente salienta a influência histórica dos biografados, abre, no entanto, uma excepção para os legisladores Licurgo e Sólon, Numa e Publícola, como nota Russel (1973) 103.

sobre a perenidade dos seus princípios político-morais, que são repristinados a uma época heróica da história de Roma.

Vida de Publícola

1.1. Uma vez que assim se revelou Sólon, a par dele colocamos Publícola, para quem o povo romano encontrou mais tarde este nome a título de honra. É que antes chamava-se Públio Valério, e parece que era descendente daquele Valério dos tempos antigos, o varão responsável por os Romanos e os Sabinos, de inimigos que eram, se tornarem um só povo[1], já que foi sobretudo ele que convenceu os reis a reunirem-se e a reconciliarem-se. 2. Sendo, pois, descendente dele, segundo dizem, Valério, enquanto Roma foi governada por reis[2], distinguia-se pela palavra e pela riqueza: da

---

[1] O nome era Voluso Valério. O contexto é o dos conflitos entre Romanos e Sabinos, cujo episódio mais famoso é o rapto das mulheres sabinas, conflito que terminou na união dos dois povos, sob a liderança de Rómulo e Tito Tácio, como relata Plutarco na sua *Vida de Rómulo* (19.9).

[2] A tradição, em que lenda e factos históricos se misturam, fixa-se em sete reis (oito com Tito Tácio, que terá governado com Rómulo). Estes apresentam diversas origens: latina (Rómulo, Tulo Hostílio), sabina (Tácio, Numa Pompílio, Anco Márcio) e etrusca (os Tarquínios); incluem mesmo um antigo escravo (Sérvio Túlio). Uma tradição, conhecida do imperador Cláudio (estudioso dos Etruscos) e pintada num túmulo de Vulcos, identifica Sérvio Túlio com um caudilho etrusco de nome Mastarna. Os Tarquínios teriam origem etrusca (pelo menos em parte), o que levou os historiadores modernos a falarem de um domínio etrusco de Roma. Esta ideia tem sido nos nossos dias posta em causa. Quando Tarquínio foi derrubado, os etruscos que viviam em Roma não foram expulsos e o comércio, bem como as trocas comerciais e artísticas com as cidades etruscas, continuaram florescentes.

primeira fazia uso com rectidão e denodo na defesa da justiça; com a última dava assistência aos necessitados de forma liberal e caritativa. Era por demais evidente que, se surgisse a República[3], ocuparia o primeiro lugar. 3. E quando Tarquínio o Soberbo[4] – que nem tinha tomado o poder honradamente, mas de forma sacrílega e ilegítima[5], nem o tinha exercido à maneira de um rei, mas com arrogância tirânica –, se tornou odioso e opressivo para o povo, este tomou como motivo da sublevação a desgraça de Lucrécia, que, por ter sido violada, pôs fim à vida[6]. Ora Lúcio Bruto, empenhado em mudar a situação política, foi, antes de mais, ter com Valério, e com a sua mais que pronta ajuda tratou de expulsar os reis. Enquanto se estava à espera que o povo elegesse um general para o lugar do rei, Valério manteve-se sossegado, no pressuposto de que governar competia preferencialmente a Bruto, que se tornara o guia para a liberdade. 4. Mas, quando o povo, que estava agastado com o nome de monarquia e julgava que seria menos penoso submeter-se a um poder

[3] Plutarco traduz *Respublica* pelo grego *demokratia*.

[4] Trata-se do último rei de Roma, que se tornou modelo retórico de tirano: a tirania foi o motivo da expulsão, e não a origem etrusca.

[5] Tinha usurpado o poder sem passar pelo escrutínio do *interregnum* (que alguns investigadores fazem remontar à época monárquica), e tinha inclusive assassinado o sogro, o rei Sérvio Túlio, considerado bom pela tradição.

[6] Segundo a lenda, Lucrécia, esposa de Tarquínio Colatino, foi violada por Sexto Tarquínio, filho de Tarquínio o Soberbo. Depois de revelar o crime e reclamar vingança, suicidou-se para que nenhuma mulher vivesse desonrada à sombra de Lucrécia. Cf. D. H. 4.66-85; Liv. 1.57.6-59.

partilhado, propôs e reclamou dois magistrados[7], ele, que acalentava a esperança de ser escolhido a seguir a Bruto e de ser seu colega de consulado[8], apanhou uma desilusão. 5. Contra a vontade de Bruto, foi, pois, eleito como seu colega de magistratura, em lugar de Valério, Tarquínio Colatino, o esposo de Lucrécia; não que ele excedesse o valor de Valério, mas os influentes, temendo os reis, que continuavam a fazer diversas tentativas de fora e a aplacar a cidade, queriam ter no comando o mais encarniçado inimigo deles, na suposição de que não se deixaria subjugar.

2.1. Então Valério ficou ressentido por não acreditarem que tudo faria em prol da pátria, só pelo facto

[7] A tradição apresenta a mudança de forma simplista: o rei é substituído por dois cônsules segundo Tito Lívio (1.60.4) e Dionísio de Halicarnasso (4.84.5). Mas não é improvável que um período de instabilidade tenha existido antes de as instituições republicanas funcionarem. A referência, neste passo, à proposta de um poder partilhado parece sugerir um aperfeiçoamento de uma situação inicial em que um só magistrado governaria. A pesquisa arqueológica parece confirmar a transformação política por volta de 500 a.C. A maioria dos autores aceita esta data arredondada.

[8] Os cônsules (o termo grego é *hypatos*) eram magistrados epónimos, detentores de *imperium* (podiam comandar exércitos), eleitos nas assembleias por centúrias (os *comitia centuriata*), dada a natureza militar do cargo. Os cônsules detinham poder igual (eram *collegae*) e podiam bloquear-se um ao outro. Como insígnias usavam a *toga praetexta* (bordada a púrpura), a cadeira curul e eram acompanhados por 12 lictores. Parece que no início, segundo Festo (249L), seriam designados por *praetores* (de *prae ire*: 'ir à frente', 'comandar'), dada a sua função de comandantes militares. Os historiadores modernos fazem notar que a palavra *consul* salienta a natureza colegial da função. Há quem pretenda que estes magistrados epónimos poderiam já existir no tempo dos reis.

de nenhum mal pessoal ter sofrido da parte dos tiranos. Manteve-se afastado do senado, renunciou ao tribunal e abandonou por completo toda a vida pública, ao ponto de dar que falar a muitos e lhes provocar inquietação, com medo de que ele, por melindre, se passasse para o lado dos reis e arruinasse a situação política e a cidade ainda instável. 2. E quando Bruto, que nutria suspeitas em relação a alguns outros, quis que o senado fizesse um juramento sobre uma vítima imolada e anunciou a data, logo Valério, descendo a transbordar de alegria ao Foro, foi o primeiro a jurar que não se submeteria nem cederia aos Tarquínios, mas que combateria com todas as forças em defesa da liberdade, atitude que agradou ao senado e, ao mesmo tempo, encorajou os cônsules. 3. E logo as obras dele confirmaram o juramento. Chegaram, pois, mensageiros da parte de Tarquínio[9], portadores de uma carta atractiva para o povo e de palavras razoáveis, com as quais esperavam corromper sobretudo a multidão, por serem proferidas por um rei que parecia pôr de lado o orgulho e fazer exigências moderadas. 4. Enquanto os cônsules pensavam que eles se deviam apresentar diante da plebe, Valério não o permitiu, mas manteve-se firme em evitar que se encontrassem com homens pobres e para quem é mais penosa a guerra que a tirania, o que constitui princípios e motivos para a revolução.

[9] Tarquínio tinha-se refugiado em Cere (Cerveteri), segundo Lívio (1.60.2), ou em Gábios e depois em Tarquínia, segundo Dionísio de Halicarnasso (4.85.4 e 5.3.1). Finalmente refugiou-se na corte de Aristodemo de Cumas (Liv. 1.21.5; D. H. 6.21.3), embora outra tradição, presente em Eutrópio (1.11), o coloque em Túsculo.

3.1.Depois disto, chegaram outros embaixadores a dizer que Tarquínio desistia da pretensão ao reino e deixava de fazer guerra, mas reclamava para si, para os amigos e para os parentes a devolução das suas riquezas e dos seus haveres, de modo a terem meios de subsistência no exílio. 2. Na altura em que muitos se inclinavam a ceder – e sobretudo Colatino, que apoiou a causa –, Bruto, varão irredutível que era e severo na ira, correu para o Foro[10] a chamar traidor ao colega de magistratura, por querer dar de mão beijada os recursos para a guerra e para a tirania àqueles a quem, de facto, era já perigoso conceder as provisões para o exílio. 3. Reunidos os cidadãos, falou em primeiro lugar na assembleia um cidadão privado, Gaio Minúcio, para exortar Bruto e advertir os romanos a providenciarem para que tais bens combatessem do lado deles contra os tiranos, e não do lado dos tiranos contra eles. Mas o parecer dos Romanos foi no sentido de, uma vez conseguida a liberdade pela qual lutavam, não desperdiçarem a paz à conta de tais bens, mas tratarem de despachar os bens juntamente com os tiranos. 4. Em boa verdade, Tarquínio não fazia caso algum dos bens, e a sua reclamação era ao mesmo tempo para experimentar o povo e preparar uma traição. E nisso se empenhavam os embaixadores, enquanto permaneciam na cidade com o álibi dos bens, a vender estes, a preservar aqueles, a enviar aqueloutros – diziam eles –, até que corromperam duas famílias consideradas

[10] Plutarco designa-o por *agora*, o espaço público grego correspondente.

nobres e excelentes: a dos Aquílios, com três membros no senado, e a dos Vitélios, que tinha dois. 5. Todos eram sobrinhos do cônsul Colatino pelo lado materno; e os Vitélios, por seu turno, tinham também laços de parentesco com Bruto, pois ele casara com uma irmã deles, da qual tinha vários filhos. A dois desses, já adultos, os Vitélios, aproveitando os laços de parentesco e de intimidade, incitaram-nos e convenceram-nos a participar na traição, mediante a associação à grande família dos Tarquínios e à sua expectativa em relação ao trono, e a furtarem-se à toleima e severidade do pai – diziam eles que a severidade era a inflexibilidade dele para com os desonestos. Quanto à toleima, parece que se serviu dela durante muito tempo como disfarce e desculpa para sua segurança em relação aos tiranos; e depois não se livrou de ficar com um nome derivado de tal comportamento[11].

4.1. Uma vez que os jovens foram convencidos e se puseram em contacto com os Aquílios, foi opinião unânime que proferissem um importante juramento, além do mais, terrível, porquanto juravam pelo sangue de um homem degolado e tocavam as suas vísceras[12]. Com tais propósitos se reuniram na casa dos Aquílios. 2. E a dependência onde os iam levar a

[11] Evidentemente o nome de *Brutus* 'estúpido'.

[12] A ideia do sacrifício poderá ser uma projecção retrospectiva de histórias que corriam no final da República, como o juramento de sangue atribuído a Catilina. Cf. Sal. *Cat.* 22; Plu. *Cic.* 10; D. C. 37.30.

cabo era convenientemente isolada e escura. Sem eles darem conta, um caseiro de nome Víndico tinha-se ali escondido, não de forma planeada ou por pressentir que algo estava para acontecer, mas por se encontrar por acaso lá dentro. E quando os outros entraram com ar afadigado, receando ser por eles avistado, tratou de se esconder numa arca vazia, de modo a ter possibilidade de ver o que eles faziam e de ouvir o que planeavam. 3. Eles tomaram a decisão de eliminar os cônsules e, depois de escreverem cartas a Tarquínio a revelar o acordado, entregaram-nas aos embaixadores, já que estes ali habitavam, na qualidade de hóspedes dos Aquílios, e tomavam então parte na conspiração. 4. Quando eles, depois de tratarem deste assunto, se dispersaram, Víndico saiu sorrateiramente, sem saber que uso dar ao que lhe tinha caído em cima. É que se encontrava em apuros, pois, se por um lado considerava que era terrível, como de facto o era, acusar do crime os filhos ao pai, Bruto, ou os sobrinhos ao tio, Colatino, por outro, considerava que não havia romano privado que fosse digno de confiança em tamanho segredo. 5. Acima de tudo, não sendo capaz de ficar sossegado, angustiado pelo conhecimento do sucedido, tratou de ir ter com Valério, impelido sobretudo pela afabilidade e humanidade do homem. De facto, ele era acessível para todos os necessitados, mantinha a porta sempre aberta e não negava a palavra ou um serviço a ninguém humilde.

5.1. Assim que Víndico subiu então até à casa dele e lhe contou tudo, na presença somente do irmão

Marco[13] e da mulher de Valério, este, chocado e receoso, não deixou o homem ir embora, mas, depois de o fechar num compartimento e colocar a mulher de guarda à porta, mandou o irmão rondar a casa de campo do rei e, se possível, apoderar-se das cartas e montar guarda aos escravos. Ele próprio, acompanhado dos numerosos clientes[14] e amigos que estavam sempre ao seu redor e de muitos escravos, encaminhou-se para casa dos Aquílios, que se encontravam ausentes. 2. Sem que alguém o esperasse, irrompeu pela porta adentro e foi dar com a carta depositada no lugar onde estavam alojados os embaixadores. Enquanto ele procedia a esta busca, os Aquílios regressaram apressadamente a casa e, dando de caras com tais intrusos à porta, tentaram arrebatar-lhe a carta. 3. Mas eles defenderam-se e, lançando as togas à volta do pescoço, ora empurrados, ora a empurrar à força, e a custo lá conseguiram através de vielas chegar ao Foro. Semelhante foi o que aconteceu ao mesmo tempo na casa de campo: Marco apoderou-se das outras cartas, que eram levadas na bagagem, e do pessoal do rei que conseguiu apanhar e arrastou-os até ao Foro.

[13] Cf. capítulos 14 e 20. É identificado com o ditador de 494, altura em que reconcilia a plebe com o senado, depois da secessão, pelo que recebe o título de Máximo.

[14] Plutarco traduz por um conceito grego aproximado: *pelatai*. Em Roma, os *clientes* estavam ligados ao *patronus* por uma relação de lealdade (*fides*). Estavam obrigados a dar apoio político e por vezes militar ao seu patrono, a ir saudá-lo a casa pela manhã, a integrar o seu séquito nas deslocações ao foro, uma vez que o tamanho do acompanhamento demonstrava o prestígio do senhor. Em contrapartida, o cliente recebia protecção do patrono e ofertas em comida ou dinheiro (a *sportula*).

6.1. Logo que os cônsules fizeram cessar o tumulto, Víndico foi, por ordem de Valério, trazido da casa dele e, depois de produzida a acusação, foram lidas as cartas, e os homens nada se atreveram a contraditar. Entre os restantes havia consternação e silêncio, e só alguns, querendo agradar a Bruto, mencionavam o exílio[15]. 2. Tanto as lágrimas de Colatino como o silêncio de Valério lhes infundiam alguma esperança de indulgência. Mas Bruto, chamando à vez os filhos pelo nome, disse-lhes: «Vamos, Tito; Vamos lá, Tibério; porque não se defendem da acusação?». 3. Como eles, interrogados por três vezes, nada responderam, limitou-se a voltar o rosto para os lictores[16] e a dizer: «agora o resto é competência vossa!». 4. Estes, agarrando imediatamente os jovens, retiram-lhes as togas, ataram-lhes as mãos atrás das costas e puseram-se a flagelar-lhes o corpo com as varas. Enquanto os outros não eram capazes de

[15] Esta alternativa à pena capital, transmitida unicamente por Plutarco, parece ser decalcada da proposta de César no que respeita à condenação dos cúmplices de Catilina (Sal. *Cat*. 51): também neste caso prevaleceu a pena de morte, proposta pelo severo Catão.

[16] Os lictores eram os oficiais que acompanhavam os magistrados e carregavam no ombro esquerdo os *fasces* (os feixes de varas), símbolo do poder de castigar. Inicialmente, os *fasces* eram usados activamente nas punições, como se vê neste passo. No meio das varas estava encastrado um machado, que mais tarde seria suprimido dentro da cidade em resultado da aprovação do direito de *appelatio ad populum* perante uma decisão de um magistrado, como se verá mais à frente (10.7). Durante a República, cumprem a função de *apparitores* – abrem caminho para os magistrados. Cada cônsul tinha direito a 12 lictores, um pretor a 6, e o ditador a 24. Os lictores organizavam-se corporativamente em decúrias.

olhar ou suportar tal cena, diz-se que Bruto não virou nunca os olhos para outro lado, nem a ira e aspereza impressa no rosto foi vergada pela piedade, mas antes olhava fixamente o terrível castigo dos filhos, até que os estenderam no chão e lhes cortaram as cabeças com machados. 5. Depois de entregar os outros ao colega de magistratura, retirou-se, tendo realizado um feito que, por mais que se queira, não é fácil de aprovar ou de censurar. Ou a elevação da virtude lhe modificou o espírito até à ausência de sofrimento, ou a magnitude do sofrimento o tornou indiferente à dor. Em nenhum dos casos é um acto de somenos ou próprio de um homem; mas ou é de um deus ou de um animal selvagem. 6. Mas é, no entanto, justo que o juízo concorde com a fama do homem, antes que a fraqueza de quem julga desacredite a virtude dele. É que os romanos consideram que a obra de Rómulo ao fundar cidade não foi tão grande como a de Bruto ao criar e estabelecer a República.

7.1. Depois que ele deixou então o Foro, a consternação, o temor e o silêncio tomaram conta de todos por longo tempo devido aos factos sucedidos. Perante a tibieza e hesitação de Colatino, os Aquílios ganharam coragem e reclamaram a concessão de tempo para se defenderem e para que lhes fosse consignado Víndico, uma vez que era escravo deles e não devia estar na posse dos acusadores. 2. Embora Colatino pretendesse anuir e dissolver a assembleia com esta decisão, Valério não tinha a intenção de deixar partir o homem, que se tinha misturado com a multidão à sua volta, nem

permitia que o povo dispersasse, deixando escapar os traidores. 3. Por fim, deitando-lhes as mãos, chamou por Bruto, enquanto clamava que Colatino actuava de forma perigosa: se colocara o colega de magistratura na necessidade de matar os filhos, ele próprio pensava que se devia entregar às esposas os traidores e inimigos da pátria. 4. O cônsul ficou indignado e mandou levar Víndico; e os lictores, avançando através da multidão, prenderam o homem e batiam em quem o resgatava. Mas os amigos de Valério colocaram-se à frente em atitude de defesa, 5. enquanto o povo gritava, a reclamar a presença de Bruto. Este chegou então, tendo voltado para trás, e, perante o silêncio que se fez, disse que para os filhos tinha bastado ele próprio como juiz[17], mas que a respeito dos outros entregava o voto ao livre arbítrio dos cidadãos: quem quisesse podia tomar a palavra e persuadir o povo. Não foi, no entanto, preciso mais discursos; foi votada por unanimidade a condenação, e eles foram decapitados. 6. Colatino estava, parece, sob alguma suspeita, dado o seu parentesco com os reis; e odiavam-no pelo seu segundo nome, o de Tarquínio, para eles execrável. Depois que tal aconteceu, perante a animadversão de todos, Colatino renunciou voluntariamente ao poder e retirou-se discretamente da cidade. 7. Feitas novas eleições, Valério foi claramente aclamado cônsul, recebendo o digno prémio do seu zelo. Considerando que também Víndico devia beneficiar disso, votou que fosse ele o primeiro liberto a tornar-se

---

[17] Alusão ao poder do *paterfamilias*, que tinha direito de vida ou de morte (*ius vitae necisque*) sobre os seus dependentes.

cidadão em Roma e pudesse votar na cúria[18] em que desejasse ser inscrito. 8. Aos outros libertos foi atribuído o poder de voto muito tempo mais tarde por Ápio[19], na sua busca de popularidade. E a alforria completa chama-se até hoje *uindicta*, segundo se diz, por causa de Víndico[20].

8.1. Na sequência destes acontecimentos, foi concedido aos Romanos saquearem os bens dos reis e arrasaram quer a casa da cidade quer a de campo. A mais bela parte do Campo de Marte[21], que Tarquínio possuía,

---

[18] *Phratria* (que corresponde a *curia* em latim) é talvez um equívoco por *phyle* (tribo), as divisões administrativas urbanas e rústicas em que os cidadãos eram inscritos. Toda a pessoa ao adquirir a cidadania devia ser inscrita numa tribo, o que foi particularmente sensível com o alargamento da cidadania aos Itálicos no final da Guerra Social, em inícios do século I a.C. A tribo era pois a base do censo e consequentemente da cobrança de impostos e do recrutamento militar. Quanto às *curiae*, constituíam a mais antiga divisão do povo romano atribuída a Rómulo, provavelmente a base mais antiga da organização militar. Discute-se se seriam abertas a todo o povo. De qualquer modo, terão funcionado como assembleias de voto em algumas cidades do Lácio.

[19] Ápio Cláudio Ceco, Censor em 312 (célebre também pela construção da Via Ápia) que abriu o senado aos filhos de libertos e distribuiu os libertos pelas 31 tribos.

[20] Será mais o contrário: o nome do escravo é uma etiologia para a *manumissio uindicta* – a alforria de um escravo, tocando-lhe com a vara.

[21] O Campo de Marte, que retira o nome de um altar a Marte que aí existia, correspondia à planura junto ao Tibre rodeada pelos montes Capitólio, Quirinal e Píncio. Situado fora do recinto sagrado da cidade (o *pomerium*), era um local vocacionado para exercícios militares e onde se reuniam os exércitos antes do começo dos cortejos triunfais. Lá também se reuniam as assembleias por centúrias (*comitia centuriata*). Durante a República, foi-se

consagraram-na ao deus. 2. Como, por acaso, tinha acabado de ser colhido e os feixes estavam ainda por terra, pensaram que não deviam debulhar o grão nem usá-lo por causa de estar consagrado, mas, reunindo os esforços, lançaram-nos ao rio. 3. De igual modo, cortaram também as árvores e lançaram-nas ao rio, deixando ao deus uma terra completamente inculta e estéril. 4. Ora a corrente, ao arrastar aquele emaranhado de objectos uns sobre os outros, não os levou muito longe; mas uma vez que os primeiros se enfeixavam e afundavam num compacto sedimento, os que iam na corrente deixaram de ter passagem: condensaram-se e enredaram-se, e a mole ganhou força e raiz, aumentando com a corrente. 5. É que esta levava bastante sedimento, que ao juntar-se dava alimento e solidez. E os impactos não produziam estragos, antes pressionavam suavemente, reunindo e plasmando tudo nessa massa. 6. Graças à magnitude e posição, ia adquirindo maior dimensão e território que recebia a maior parte dos materiais transportados pelo rio. Este local é agora uma ilha sagrada, junto à cidade; tem templos dos deuses e pórticos cobertos e chama-se em língua latina "o centro das duas pontes"[22]. 7. Alguns historiadores, no entanto, relatam que tal não aconteceu

povoando de monumentos, como templos e imensos pórticos. Ali se encontrava por exemplo o Teatro de Pompeio, os *Saepta Iulia* (o recinto das votações), o Mausoléu de Augusto, o Panteão etc. Os imperadores criam ali diversos espaços de entretenimento e vida social.

[22] *Inter duos pontes*; as pontes Fabrício e Céstio (*Liv.* 2.5.1-4; D. H. 5.13). Trata-se da "Ilha Tiberina" onde existia um importante templo de Esculápio.

aquando da consagração do terreno de Tarquínio ao deus, mas tempos mais tarde, quando Tarquínia[23] consagrou outra porção adjacente. 8. Tarquínia era uma sacerdotisa virgem, uma das vestais[24], e obteve por tal acção grandes honras, entre as quais se conta o facto de ser a única mulher admitida como testemunha em tribunal. Foi-lhe até concedida por voto permissão para se casar, o que ela não aceitou. E assim aconteceram as coisas segundo reza a lenda.

9.1. A Tarquínio, que perdera a esperança de recuperar o poder pela traição receberam-no de boa mente os Etruscos[25] e traziam-no de volta com um

[23] Tarquínia deve ser erro de Plutarco ou dos manuscritos por Tarácia (também chamada Fufécia), a quem tais privilégios foram outorgados segundo Plínio (*Nat.* 34.11) e Gélio (7.7).

[24] As Vestais eram as sacerdotisas de Vesta (deusa relacionada etimologicamente com a grega Héstia), encarregadas de guardar o fogo sagrado e de preparar a farinha misturada com sal (*mola salsa*) para os sacrifícios. O culto tinha sido, segundo a tradição, introduzido em Roma por Numa Pompílio (ou mesmo Rómulo) a partir de Alba Longa. O templo, em forma circular, situava-se no foro e continha o fogo e os símbolos sagrados, mas não uma estátua da deusa. As sacerdotisas, em número de 6, escolhidas pelo *Pontifex Maximus*, deviam abster-se de comércio carnal durante um mínimo de 30 anos (sob pena de serem emparedadas vivas), mas tinham grande poder que lhes advinha do carácter sagrado: estavam inclusivamente livres da *patria potestas*.

[25] De Veios e Tarquínia, segundo Dionísio de Halicarnasso (5.14.1) e Lívio (2.6-7). Etruscos (Tirrenos para os Gregos) era uma designação genérica de uma série de cidades-estado a norte de Roma, que usavam uma língua não indo-europeia ainda não decifrada. Eram peritos na arte da adivinhação e conhecidos pelos seus gostos requintados. Segundo uma tradição eram autóctones; segundo outra, eram originários da Lídia. Desde cedo tiveram uma

grande exército. 2. Os cônsules conduziram os Romanos contra eles e enfrentaram-nos nuns locais sagrados, um dos quais era o chamado Bosque Horácio[26], e o outro o Prado Névio. 3. Quando começaram o combate, encontraram-se corpo-a-corpo Arrunte, o filho de Tarquínio, e Bruto, o cônsul romano; não foram um ao encontro do outro por acaso, mas por causa do ódio e da fúria. Impeliram os cavalos para o mesmo sítio, um contra um tirano e um inimigo da pátria, e o outro para vingar o exílio. 4. Lutando mais com paixão que com ponderação, descuraram a segurança pessoal e mataram-se um ao outro. Com tão terrível começo, o combate não teve um final mais moderado: depois de terem infligido e sofrido iguais danos, os exércitos foram separados por uma tempestade. 5. De facto, Valério estava desnorteado, sem perceber a dimensão da batalha, vendo os soldados quer aterrados com os seus mortos, quer inflamados com os dos inimigos, de tal maneira era incalculável e semelhante elevado número dos mortos. 6. Mas para cada um dos exércitos a visão próxima dos seus próprios mortos, em comparação com os do inimigo, confirmava mais a derrota do que a vitória. Ora, quando sobreveio a noite, do jeito que seria esperar depois do combate, e os acampamentos estavam em silêncio, dizem que o bosque foi sacudido e dele brotou uma voz possante a

comunidade em Roma, na zona do Célio.

[26] Dionísio de Halicarnasso fala de um bosque consagrado a Horácio (5.14.1). Segundo outra versão, seria a *Silva Arsia* (cf. Liv. 2.7.2).

dizer que, na batalha, os Etruscos contavam um morto a mais que os Romanos. 7. Era certamente alguma voz divina[27], pois imediatamente inspirou altos gritos de confiança entre estes últimos, ao passo que os Etruscos ficaram aterrorizados e fugiram do acampamento em desordem, e a maior parte dispersou-se. Caindo sobre os que ficaram para trás, que eram pouco menos de cinco mil, os Romanos aprisionaram-nos e saquearam à vontade. 8. Depois de contabilizados os mortos, obtiveram a soma de onze mil e trezentos da parte do inimigo e menos um da parte dos Romanos. Diz-se que esta batalha teve lugar na véspera das calendas de Março[28]. 9. Por ela Valério celebrou um triunfo, sendo o primeiro cônsul a conduzir uma quadriga na cerimónia[29], e o evento proporcionou um espectáculo

[27] Para Lívio (2.7.2) era Silvano; para Dionísio de Halicarnasso (5.16) era a voz de Fauno ou do herói Horácio, de que o bosque tirava o nome, como se disse atrás.

[28] Ou seja, no dia 31 de Dezembro, na altura em que o ano ainda tinha só 10 meses.

[29] Na *Vida de Rómulo* (16.8), Plutarco diz que foi este rei o primeiro a celebrar o triunfo, embora admita a outra versão. O triunfo era realmente um ritual muito antigo de origem difícil de descortinar, mas que parece ter sofrido influência etrusca, a avaliar pelas pinturas etruscas que representam cortejos semelhantes. O cortejo entrava em Roma pela Porta Triunfal e dirigia-se para o templo de Júpiter no Capitólio. O general a quem tinha sido concedido tal honra, vestido como um rei (incluindo um ceptro na mão), era transportado num carro puxado por quatro cavalos e acompanhado pelos soldados, senadores e magistrados, cativos e despojos de guerra e animais destinados ao sacrifício. Um escravo segurava uma coroa de louros sobre a cabeça do general enquanto lhe lembrava que era apenas um homem, ao mesmo tempo que os soldados entoavam invectivas em versos fesceninos, para evitar

solene e magnificente, mas não suscitou a inveja nem o agravo dos espectadores como alguns dizem. Caso contrário, não perseveraria por tantos anos como motivo de tal emulação e ambição. 10. Foram também bem recebidas as honras que Valério prestou ao colega no cortejo e ritos fúnebres. Proferiu ainda em sua honra um discurso fúnebre, que foi objecto de tal estima e de tamanho agrado entre os Romanos, que, desde então, ficou estabelecido o uso de, por morte de todos os cidadãos excelentes e notáveis, se fazer o elogio em sua honra por parte dos mais distintos. 11. Há quem diga que aquele discurso é mais antigo que os elogios fúnebres gregos, se é que estes últimos não remontam a Sólon, como relata Anaxímenes o Rétor[30].

10.1. Mas foi mais pelo seguinte que os Romanos ficaram zangados e ofendidos com Valério. É que Bruto, que o povo considerava o pai da liberdade, não quis governar sozinho, mas escolheu um colega de magistratura tanto da primeira vez como da segunda. «Mas este», diziam eles, «ao açambarcar para si todos os poderes, não é o herdeiro do consulado de Bruto, nem tal lhe compete, mas da tirania de Tarquínio. 2. Porque é que ele tem de elogiar Bruto com palavras e imitar Tarquínio nas obras, ao descer com todos os *fasces*

---

a inveja dos deuses – embora a mais perigosa inveja proviesse dos rivais políticos do triunfador. Uma alternativa menos honrosa era a *ouatio*, um cortejo menor.

[30] Trata-se de Anaxímenes de Lâmpsaco, historiador e autor de um manual de retórica anterior ao de Aristóteles.

e machados sozinho de uma casa, que, na verdade, é tão grandiosa como a do rei que ele destruiu?!». 3. E, de facto, Valério vivia majestosamente no chamado Vélia[31], numa casa virada para o foro, com uma vista geral lá do alto, mas de difícil acesso por um caminho árduo; de tal modo que quando ele descia, o seu aparecimento era imponente, e a majestade do séquito era digna de um rei. 4. Ele então mostrou o quanto era bom, no poder e nos grandes cargos, prestar ouvidos à franqueza e à verdade das palavras, em vez de admitir a adulação. 5. Tendo, pois, ouvido comentar, pelo relato que lhe faziam os amigos, que muitos achavam que procedia mal, não se obstinou nem encolerizou, mas, reunindo numerosos operários, ainda antes que fosse noite deitou-a abaixo e arrasou a moradia completamente até ao nível do chão. De modo que, no dia seguinte, os Romanos, ao verem e ao reunirem-se, foram movidos pelo amor de tal homem e pela admiração da sua grandeza de alma, mas ficaram tristes quer pela casa, de cuja grandeza e beleza sentiam a falta, como se se tratasse de uma pessoa destruída injustamente por causa da inveja, quer pelo governante, que habitava em casas alheias como um sem-abrigo. 6. Os amigos acolheram, pois, Valério, até que o povo lhe concedeu um terreno em que ele construiu uma casa mais modesta que a outra, no lugar onde existe agora

[31] Colina que ficava entre o Palatino e o Ópio, local tradicional da residência do rei Sérvio Túlio. Seria aí, mais tarde, o vestíbulo do palácio de Nero, o templo de Vénus e Roma construído por Adriano e a Basílica de Maxêncio.

um santuário dito da "Vica Pota"[32]. 7. Desejando que não só ele próprio, mas também o seu poder, em vez de aterrorizar, gerasse proximidade e afeição entre a maioria, retirou os machados dos *fasces*[33] e, quando se apresentava na assembleia, fazia descer os mesmos *fasces* ao povo e mantinha-os em baixo, para sublinhar a insigne manifestação de democracia. E os magistrados guardam tal uso até aos nossos dias. 8. No entanto, a maioria não se apercebeu de que ele próprio não agia da forma submissa que eles pensavam; mas, como ele minorava e cortava cerce a inveja pela moderação e parecia separar da sua autoridade o enorme poder que tinha reservado para si próprio, o povo submeteu-se a ele com prazer e suportou-o voluntariamente, 9. ao ponto de lhe chamar "Publícola" – nome que significa "dedicado ao povo"[34]. Tal nome prevaleceu sobre os anteriores, e é também este o nome que nós próprios vamos usar para a narrativa do resto da vida deste varão.

11.1. Quanto ao consulado, permitiu que quem o desejasse se propusesse e se candidatasse. Mas antes da designação, não sabendo quem viria a ser o eleito, mas temendo que se lhe opusesse por inveja ou ignorância,

---

[32] "Vencedora Possuidora" antiga divindade itálica identificada com a Vitória.

[33] Sobre os *fasces*, vide nota a 6.3.

[34] Segundo a restante tradição o nome deriva do facto de propor leis favoráveis ao povo (cf. Cic. *Rep.* 2.31.55; D. H. 5.19.5; Liv. 2.8). Também pode significar 'aquele que habita em público'; ou ainda 'o que honra a juventude'. Vide introdução.

usou o poder exclusivo[35] para implementar as melhores e mais importantes medidas políticas. 2. Antes de mais, completou o senado que estava desfalcado de elementos, pois uns tinham sido anteriormente entregues à morte por Tarquínio, outros tinham perecido recentemente na batalha. Os membros por ele inscritos perfizeram, segundo se diz, o número de cento e sessenta e quatro[36]. 3. Depois disto, promulgou leis com as quais fortalecia sobretudo as massas: uma era a que permitia a um acusado o direito de apelo para o povo contra a decisão dos cônsules[37]; outra decretava a pena de morte para os que assumissem o poder sem que o povo lho tivesse conferido; a terceira, nesta ordem, foi a que veio ajudar

---

[35] O termo usado é *monarchia*.

[36] Segundo a tradição, o senado fora fundado por Rómulo, mediante a escolha de 100 *patres*; Tulo Hostílio duplicou-os, e Tarquínio o Antigo elevou-os para 300, número que se manteve até Sula. Este ditador elevou o número para 600, e Júlio César para 900. Augusto reduziu-os a 600. Primeiro, seriam escolhidos pelos reis, depois pelos cônsules. Segundo o antiquário Festo, antes da *lex* Ovínia (339 a.C.) a pertença ao senado dependia do favor pessoal dos detentores do *imperium* e era temporária, sem que a dispensa implicasse desonra. Seria um grupo de conselheiros *ad hoc* e frequente a mutabilidade de membros. Depois, passaram os censores a escolhê-los de acordo com critérios fixos para toda a vida; ou eram admitidos depois de ocuparem magistraturas. Podiam ser excluídos por má conduta moral.

[37] A *prouocatio ad populum* visava regular a arbitrariedade dos magistrados. Esta *lex Valeria* de 509 a.C., tal como a homónima de 449, é vista por muitos autores como uma antecipação da *lex Valeria* de 300 a.C. Tal posição talvez seja extrema, e parece ser resultado de se confundir *prouocatio ad populum* com conquistas da plebe (o *ius auxilii*). Há, todavia, indicações de que o direito de apelo *ad populum* de todo o cidadão contra as decisões dos magistrados já existia há muito, e estava fora da alçada dos tribunos da plebe.

os pobres: por ela mitigava os impostos dos cidadãos[38] e fez com que todos se aplicassem a trabalhar com maior diligência. 4. A lei promulgada visando os que desobedeciam aos cônsules não foi considerada menos popular e era mais favorável às massas que aos poderosos. Propunha, pois, como multa pela desobediência o valor de cinco bois e duas ovelhas[39]. 5. O preço de uma ovelha era de dez óbolos[40] e o de um boi era de cem. Nessa altura, os Romanos ainda não usavam muito a moeda, mas rebanhos e manadas tinham em abundância. 6. É por isso que ainda agora se designa o património como 'pecúlio' a partir de 'gado'[41] e que as moedas mais antigas tinham gravados um boi, uma ovelha ou um porco[42]. 7. E punham até aos próprios filhos nomes como Suílo, Bubulco, Caprário e Pórcio – *caprae* quer dizer 'cabras', e *porci,* 'porcos'[43].

---

[38] Muitos estudiosos corrigem πολιτῶν ('dos cidadãos') em πολλούς ('de muitos', 'da plebe').

[39] Só Plutarco fala desta lei.

[40] Óbolo equivale à sexta parte da dracma e corresponde a 0,73 g de prata.

[41] Em grego *probaton*, em latim *pecus*. Plutarco parece ter-se esquecido de *pecunia*, o património do *pater familias*; *peculium* era mais propriedade dos subordinados do *pater familias*, incluindo os escravos.

[42] A cunhagem de moeda propriamente dita em Roma começou por volta de 300 a.C. Mas antes existiam certos pesos de bronze (*aes rude*; *aes signatum*) como unidades de valor. Plínio (*Nat.* 18.11-12) diz que o rei Sérvio Túlio foi o primeiro a cunhar o bronze (*aes signauit*) com figuras de animais.

[43] Traduz para grego: respectivamente *aiges* e *choiroi*. Muitos dos nomes eram também reflexo da produção agrícola, como *Fabius, Lentulus, Cicero*.

12.1. Se nestes assuntos revelou ser um legislador favorável ao povo e moderado, em faltas [não][44] moderadas agravou as penas. Promulgou, pois, uma lei a permitir matar sem julgamento quem aspirasse à tirania e ilibava o assassino do crime, se este apresentasse as provas da transgressão. 2. Pois, se é verdade que não é possível levar a cabo tamanha intentona em completo segredo, também não é impossível que alguém, mesmo a descoberto, se torne demasiado poderoso antes de ser acusado; pelo que deu a quem tivesse possibilidade autorização para agir contra o criminoso antes do julgamento que anularia o crime. 3. Foi ainda louvado por causa da lei sobre o erário público. Uma vez que era necessário que os cidadãos contribuíssem com os seus bens para o esforço de guerra, e porque não queria ficar ele próprio ligado à administração nem concedê-la aos amigos, nem de todo levar os dinheiros públicos para uma casa particular, indicou como tesouro o templo de Saturno[45], uso que lhe continuam ainda hoje a dar, e entregou ao povo o direito de eleger dois novos questores[46]. Os primeiros a serem eleitos foram Públio

[44] Os editores usam normalmente a *crux desesperationis*.

[45] Plutarco indica o correspondente grego: *Chronos*. O Templo de Saturno encontra-se no foro Romano. O *Aerarium Saturni* era o principal tesouro público de Roma. Ali eram também guardados documentos, leis e senatoconsultos. Era durante a República controlado por questores.

[46] A origem dos questores é um tanto obscura e pode mesmo remontar ao tempo da monarquia, com funções judiciais – os *quaestores parricidii*. Mas a função financeira, seu principal encargo, deve ser mais tardia em virtude da escassa circulação da moeda no início da República. Tácito (*Ann.* 11.22) diz que a eleição pelo povo teve início só em 447. A fonte de Plutarco seria talvez um

Vetúrio e Marco Minúcio, e foram numerosas as riquezas recolhidas: pois estavam recenseados cento e trinta mil, ficando isentos de contribuição os órfãos e as viúvas[47].

5. Depois destas providências, tratou de eleger para seu colega Lucrécio, pai de Lucrécia. A este, que era mais velho, concedeu o primeiro lugar na autoridade, entregando-lhe os chamados "fasces"[48]. E, desde então, este privilégio em relação aos mais velhos continua preservado até aos nossos dias. 6. Mas, poucos dias depois, Lucrécio chegou ao fim da sua vida. Reunida de novo a assembleia para votar, foi eleito Marco Horácio, que governou com Publícola na restante parte do ano.

13. 1. Estava Tarquínio a começar uma segunda guerra contra os Romanos na Etrúria[49], quando aconteceu um grande prodígio. Ainda Tarquínio reinava e não tinha ainda acabado o templo de Júpiter

---

analista de tendência democrática. Em 421 foram acrescentados mais dois, quando os plebeus tiveram acesso à magistratura. Em 267, apareceram mais 4, colocados em vários pontos de Itália. Outros foram mais tarde acrescentados para a administração provincial. Os questores acompanhavam também os magistrados e podiam inclusivamente comandar o exército na ausência do cônsul ou pretor.

[47] O *census* era levado a cabo pelo rei, depois pelos cônsules e, a partir de 443, pelos censores (eleitos a cada 5 anos). Os nomes das mulheres e das crianças não eram incluídos no recenseamento, mas eram dados detalhes sobre a família, residência e seu património. Com base em tal informação, os censores distribuíam os cidadãos pelas tribos (segundo a localização) e pelas centúrias (de acordo com a riqueza e idade).

[48] Sobre os *fasces*, vide nota a 6.3.

[49] Em grego *Tyrrhenia*.

do Capitólio[50], fosse por causa de um oráculo, ou fosse por uma ideia pessoal, comissionou a uns artesãos etruscos de Veios[51] a colocação no topo do edifício de um carro de guerra em barro; só que, pouco depois, foi derrubado do trono. 2. Quando os artesãos lançaram a quadriga já moldada no forno, o barro não sofreu no fogo o processo que lhe é devido – solidificar e contrair com a evaporação da humidade –, mas cresceu e inchou e tornou-se descomunal, além de que ganhou tal resistência e rigidez, que só a custo foi retirada, depois de desmanchado o tecto do forno e removidas as paredes em volta. 3. Como os adivinhos foram do parecer que se tratava de um sinal divino de felicidade e poder para quem possuísse a quadriga, os habitantes de Veios decidiram não abrir mão dela para os Romanos, que a reclamavam; pelo que responderam que ela pertencia aos Tarquínios; não aos que baniram os Tarquínios. 4. Mas, poucos dias depois, realizavam-se entre eles umas provas hípicas, que proporcionavam o espectáculo e o zelo costumados. O auriga coroado conduzia calmamente a

[50] Plutarco, escrevendo em grego, diz que é o templo de Zeus. Neste templo, Júpiter partilhava o espaço com Juno e Minerva – a tríade capitolina. O aniversário do templo era celebrado nos Idos de Setembro (dia 13), durante a festa dos *Ludi Romani*.

[51] Veios era a mais próxima cidade etrusca, situada a apenas 19 km de Roma. A cidade foi conquistada em 396 a.C., depois de um cerco que durou 10 anos segundo a tradição – uma suspeita imitação do cerco de Tróia. Os ceramistas desta cidade eram muito requisitados – seria produção da cidade o famoso Apolo de Veios, em terracota policroma, atribuído ao escultor etrusco Vulca, estátua que foi encontrada em 1916 num santuário das imediações da cidade.

quadriga vencedora para fora do hipódromo, e eis que os cavalos, incitados sem nenhuma causa aparente, fosse por intervenção divina ou do acaso, dirigiram-se a toda a brida para a cidade de Roma com o auriga e tudo, já que ele não era capaz de os refrear ou de os acalmar com palavras. Mas, arrebatado, cedeu ao ímpeto e foi transportado, até que, ao chegarem às proximidades do Capitólio, o arremessaram ali, junto à porta que agora se chama Ratúmena[52]. 5. Face a tal sucesso, os habitantes de Veios, tomados de admiração e temor, permitiram que os artesãos entregassem o carro.

14. 1. Quanto ao templo de Júpiter do Capitólio, foi Tarquínio, filho de Demarato[53], quem votou a sua construção durante a guerra contra os Sabinos, mas quem o construiu foi Tarquínio o Soberbo, que era

[52] Porta de localização hoje incerta, provavelmente na muralha dita de Sérvio, entre o Capitólio e o Quirinal, ou junto ao recinto Capitolino. Pela formação, a palavra parece derivar do nome do auriga etrusco Ratumenna (Fest. 274, 275; Plin. *Nat*. 8.161). Ou talvez fosse antes o auriga da conhecida família dos Ratúmena, que poderá ter emigrado para Roma e se ter instalado junto ao Tibre, como a gens *Spurinna* de Tarquínia. A lenda, construída sobre um fundo verosímil, contribui para atestar a origem etrusca das corridas de circo romanas. Vide Thuillier (1990) 247-255.

[53] Trata-se de Tarquínio o Antigo, que segundo a tradição (cf. D. H. 3.46.3) era filho de um comerciante de Corinto chamado Demarato, refugiado na Etrúria. Nesta época, havia grande mobilidade horizontal entre a aristocracia no mundo mediterrânico, sem que o estatuto ficasse diminuído com a mudança. Uma das razões apontadas para também em Roma terem reinado reis estrangeiros, entre os quais o greco-etrusco Tarquínio. Depois de ir para Roma, Tarquínio tornou-se o braço direito de Anco Márcio e foi escolhido como seu sucessor.

filho ou neto[54] daquele que o votou. Não teve, contudo, tempo de o consagrar, mas pouco faltava para o terminar quando Tarquínio foi derrubado. 2. Quando o templo foi, então, levado a cabo e recebeu o ornamento apropriado, Publícola nutria ambição de ser ele próprio a consagrá-lo. 3. Só que muitos dos nobres tinham inveja, e, se colocavam menos objeções a outras honras menores que ele detinha por direito enquanto legislador e comandante, não pensavam que se lhe devesse acrescentar também esta, que era devida a outros, pelo que trataram de persuadir e encorajar Horácio a reclamar para si a sagração. 4. Quando então Publícola se viu na necessidade de assumir uma campanha militar, atribuíram a consagração a Horácio e conduziram-no ao Capitólio, cientes de que não o conseguiriam se aquele estivesse presente. 5. Alguns, no entanto, dizem que ao primeiro calhou por sorteio a expedição militar contra a sua vontade, enquanto ao último calhou a sagração. É possível avaliar como tudo se passou pelos acontecimentos que rodearam a sagração. 6. Então, nos Idos de Setembro[55], que calhava precisamente na lua cheia de Metagítnion[56], com toda gente reunida no Capitólio, Horácio, feito o silêncio, depois de realizar os restantes rituais, chegando-se à porta como manda o costume, pronunciava as habituais palavras de

[54] Cf. Liv. 1.46.4; D. H. 4.7. No passo citado, Dionísio de Halicarnasso verbaliza o cepticismo dos historiadores antigos face às inconsistências cronológicas. Há quem sugira que os dois Tarquínios poderão ser uma reduplicação da mesma pessoa.

[55] 13 de Setembro.

[56] O segundo mês do ano ático: Agosto-Setembro.

consagração. Mas eis que o irmão de Publícola, Marco, que estava há longo tempo postado à porta a aguardar o momento propício, exclamou: «Ó cônsul, o teu filho morreu de doença no acampamento!». 7. Tal nova angustiou todos quantos a ouviram, mas Horácio, sem se perturbar, disse só o seguinte: «Lancem então o corpo onde quiserem, pois eu não autorizo as lamentações». E levou a cabo a restante parte da consagração[57]. 8. A notícia não era verdadeira, mas Marco mentira para fazer Horácio suspender o acto[58]. O homem, todavia, mostrou-se admirável no seu autodomínio, quer entrevisse imediatamente a artimanha, quer, mesmo acreditando, tais palavras o não comovessem.

15.1. Parece que também por altura da sagração do segundo templo aconteceu algo semelhante. Quanto ao primeiro, construído, como eu disse, por Tarquínio e consagrado por Horácio, destruiu-o o fogo durante as guerras civis[59]. O segundo construiu-o Sula[60], mas

[57] Segundo Lívio (2.8), o templo foi consagrado por Horácio em 509 a.C., no consulado de Horácio e Publícola. Segundo Dionísio de Halicarnasso (5.21) o templo foi consagrado em 507 a.C., durante o segundo consulado daqueles. Segundo outra tradição, Horácio é Pontífice (Cic. *Dom*. 139; Val. Max. 5.10.1).

[58] De acordo com Lívio (2.8.6) a cerimónia não podia ser presidida por um membro de uma família enlutada.

[59] Foi destruído em 83 a.C., durante as guerras civis entre Mário e Sula.

[60] L. Cornélio Sula Felix (c. 138-79 a.C.), de origem patrícia, depois de uma brilhante carreira militar (como questor de Mário e comandante na Guerra Social e na guerra contra Mitridates do Ponto), tornou-se ditador em Roma e fez importantes reformas do estado com o fim de reafirmar o poder do senado.

foi Cátulo encarregado de o consagrar[61] já que Sula morreu antes. 2. Mas também este acabou por sua vez arruinado nos confrontos durante o principado de Vitélio[62]. Quanto ao terceiro, Vespasiano[63], com a fortuna de que gozou tanto neste aspecto como em outros, conduziu a construção do início ao fim, e viveu o suficiente para o ver de pé, mas não para ver a sua destruição pouco tempo depois[64]. Foi, por conseguinte, tanto mais afortunado do que Sula[65],

---

[61] Foi consagrado em 69, por Q. Lutácio Cátulo. Para a construção Sula tinha trazido de Atenas algumas colunas do templo de Zeus Olímpico, na sequência do saque de Atenas em 86 a.C.

[62] Em 69 d.C. Os partidários de Vespasiano, entre os quais o irmão deste, barricaram-se no templo, e o monumento acabou pasto das chamas, por culpa dos sitiantes ou mesmo dos sitiados. Vitélio foi imperador por um breve tempo (entre Abril e Dezembro de 69 d.C.), no conturbado período que se seguiu ao suicídio de Nero. Aclamado pelos exércitos da Germânia, derrotou Otão, que tinha sido aclamado pela guarda pretoriana em Roma. E, depois de, por sua vez, ter sido derrotado pelas tropas de Vespasiano, acabou linchado em Roma.

[63] Vespasiano foi imperador entre 69 e 79 d.C. e iniciou a dinastia dos Flávios. Coube-lhe, como já antes a Augusto, restabelecer a cidade do ponto de vista material e moral, depois dos efeitos nefastos das guerras civis de 68-69. Reconstruiu e construiu de raiz diversos monumentos, entre os quais se destaca o Anfiteatro Flávio (Coliseu), inaugurado por Tito, seu filho, no ano 80. A Vespasiano sucederam os filhos, Tito, que governou de 79 a 81, e Domiciano, que foi assassinado em 96.

[64] Com efeito, Vespasiano morre em 79, e o templo arde em 80, já no principado de Tito. Pouco tempo antes, em Agosto de 69, Tito teve de arcar com outra catástrofe no seu império: a erupção do Vesúvio que destruiu Herculano, Pompeios e Estábias, entre muitas quintas da região.

[65] Sula tinha adoptado o *cognomen* de *Felix* 'afortunado'. Vide Plut. *Sull.* 8; 34; 38.

quanto este morreu antes da dedicação da obra, e aquele antes da sua destruição. 3. Portanto, logo que Vespasiano morreu, o Capitólio foi pasto das chamas. Quanto a este, o quarto, foi levantado e consagrado por Domiciano[66]. Diz-se que Tarquínio gastou com as fundações quarenta mil libras[67] de prata, mas quanto ao dos nossos dias, a maior soma calculada de entre os mais ricos particulares de Roma não chegaria para cobrir as despesas do douramento, que ficou em mais de doze mil talentos[68]. 4. As colunas de mármore pentélico[69] tinham uma belíssima relação entre altura e largura – pois eu vi-as em Atenas. Mas, uma vez em Roma, de novo marteladas e polidas, não granjearam tanta elegância quanto perderam na perfeição da simetria, apresentando-se finas e delicadas. 5. Quem quer que tenha ficado admirado com a sumptuosidade do Capitólio, se visse um pórtico da casa de Domiciano, ou uma basílica, ou uns banhos, ou uma sala de estar das concubinas, tomaria aquele dito de Epicarmo para o perdulário – «Tu não és um filantropo; és um insano: deleitas-te a dar!» – 6. e iria dizer a Domiciano algo como «tu não és devoto nem generoso; és um insano: tal como Midas[70], queres que tudo quando tens se

[66] Provavelmente em 82.

[67] Unidade de peso romana, de 327.45 g. *Libra* significa balança.

[68] Unidade de medida grega (em prata e em ouro) que varia entre 26 e 39 kg. Corresponderia a cerca de 80 libras romanas.

[69] Do monte Pentélicon na Ática.

[70] Lendário rei da Frígia a quem Dioniso dera a faculdade de transformar em ouro tudo em que tocava.

transforme em ouro e mármore!»[71]. Mas já chega deste assunto.

16.1. Tarquínio, depois da grande batalha em que perdeu o filho[72] em combate singular contra Bruto, refugiou-se em Clúsio[73], e suplicou ajuda a Lars Porsena, varão dos mais poderosos entre os reis itálicos e de reconhecido valor e honra. 2. Este prometeu ajudá-lo e, antes de mais, enviou para Roma ordens no sentido de receberem Tarquínio. Uma vez que os Romanos não obedeceram, depois de lhes declarar guerra e o tempo e local onde iria atacar, chegou com uma grande força. 3. Quanto a Publícola, foi eleito *in absentia* cônsul pela segunda vez, e, juntamente com ele, Tito Lucrécio[74]. Depois de regressar a Roma e, querendo ser o primeiro a superar Porsena em coragem, fundou a cidade de Sígnia[75], e, quando aquele já estava próximo, tratou de fortificar a cidade com grandes despesas e de enviar para lá setecentos colonos, de modo a mostrar que considerava a guerra fácil e nada temível. 4. Mas, quando se deu um impetuoso ataque ao Janículo[76], a

[71] O exagero de Domiciano nas construções dedicadas a engrandecer a sua pessoa terá motivado mesmo grafitos anónimos humorísticos (cf. Suet. *Dom*. 13.2).

[72] Arrunte. Cf. 9.3.

[73] Cidade da Etrúria, onde Lars Porsena reinava.

[74] Talvez irmão de Espúrio Lucrécio, cônsul no ano anterior (509 na cronologia tradicional).

[75] Ou Sigliúria.

[76] O Janículo teria sido fortificado por Anco Márcio segundo a tradição, transmitida por Tito Lívio (1.33.6) e Dionísio de Halicarnasso (3.45.1).

guarnição foi expulsa por Porsena, e, na fuga, por pouco não atraíram juntamente com eles os inimigos para dentro da cidade. 5. Publícola, antecipou-se a ir prestar ajuda diante das portas, e, travando combate à beira do rio, susteve com a turba o ímpeto dos inimigos, até que por ter recebido graves ferimentos foi retirado em braços da batalha. 6. Quando aconteceu o mesmo também a Lucrécio, seu colega de magistratura, o desalento tomou conta dos Romanos, pelo que buscaram salvação na fuga para a cidade. E com os inimigos a forçarem a passagem através da ponte de madeira[77], Roma corria o risco de ser tomada de assalto. Mas Horácio Cocles, em primeiro lugar, e, juntamente com ele, mais dois varões ilustres, Hermínio e Lárcio, opuseram resistência junto à ponte de madeira. 7. Quanto a Horácio, era chamado Cocles[78] por ter perdido um dos olhos na guerra; ou, segundo dizem outros, por ter o nariz achatado e metido para dentro, de tal modo que não havia separação entre os olhos e os sobrolhos estavam juntos: embora a maioria quisesse chamar-lhe Ciclope, por um lapso da língua acabou por ser chamado Cocles. 8. Pois este homem, postando-se diante da ponte, defendeu-a dos inimigos, até que os outros cortaram a ponte atrás dele. E, deste modo, atirando-se ao rio com armas e tudo, escapou

---

[77] O chamado *pons Sublicius*. Era a mais antiga ponte de Roma, construída segunda a tradição por Anco Márcio. Estava ao cuidado dos pontífices, pelo que a sua preservação era assunto religioso. Era totalmente construída em madeira, o que contribui para atestar a sua antiguidade (anterior ao uso do ferro); mas talvez fosse também uma forma de facilitar o seu desmantelamento em caso de ataque.

[78] Cf. Liv. 2.10.

a nado e conseguiu chegar à outra margem, ainda que alvejado numa nádega por uma lança etrusca. 9. Publícola, tomado de admiração por tal coragem, propôs imediatamente que todos os Romanos lhe dessem como tributo o alimento que cada um consome num dia, e, de seguida, a porção de terra de um dia de lavoura. Foi-lhe erigida, além disso, um estátua de bronze no santuário de Vulcano[79], para através da honra reconfortarem o varão pela deformidade que resultou da ferida.

17.1. Enquanto Porsena atacava a cidade, também a fome oprimia os Romanos, e um outro exército etrusco invadia por sua conta o território[80]. Mas Publícola, cônsul pela terceira vez, pensava que se devia resistir a Porsena de forma estática e protegendo a cidade, pelo que marchou contra os outros Etruscos e, travando combate, rechaçou-os e matou cinquenta mil inimigos.

2. Quanto ao episódio de Múcio, é relatado de modo diverso por muitos autores, mas devo narrá-lo na versão mais credível[81]. Era, pois, um varão exemplar em todas as qualidades, mas excelente na arte da guerra. Com o propósito de eliminar Porsena, introduziu-se no acampamento deste, envergando roupas etruscas e a

---

[79] Plutarco refere o correspondente grego: *Hephaistos*. Esta estátua e a de Clélia teriam sido as primeiras a serem erigidas no local a expensas públicas, segundo Plínio (*Nat.* 34.29). A lenda de Horácio Cocles poderá ser uma etiologia para uma estátua.

[80] O exército de Túsculo, liderado pelos filhos e genro de Tarquínio, segundo Dionísio de Halicarnasso (5.26).

[81] Cf. a versão de Tito Lívio (2.12) sobre Múcio Cévola.

falar a mesma língua. 3. Acercando-se da tribuna em que o rei estava sentado, como não o conhecia bem e receava pôr-se a fazer perguntas sobre ele, puxou da espada e matou aquele que de entre os que estavam sentados lhe pareceu mais ser o rei[82]. 4. E, na sequência do feito, foi preso e interrogado. Ora como tinha sido trazida uma braseira com lume a Porsena, que se preparava para fazer um sacrifício, Múcio colocou a mão direita sobre ela e, enquanto a carne ardia, manteve-se imóvel, fitando Porsena de semblante temerário e inflexível, até que este, tomado de admiração, o libertou e lhe devolveu a espada, estendendo-lha da tribuna. 5. Ele esticou a mão esquerda e recebeu-a; e dizem que foi por causa disto que lhe adveio o apelido de Cévola, isto é, "canhoto". Afirmou que, depois de vencer o medo de Porsena, tinha sido derrotado pela nobreza deste e que, por gratidão, lhe iria revelar o que à força lhe não confessaria. 6. «Pois são trezentos os romanos» – disse ele – «que com a mesma intenção que eu vagueiam pelo teu acampamento à espera do momento oportuno. Quanto a mim, a quem coube por sorteio ser o primeiro a atacar-te, não lamento a fortuna, já que falhei um homem de valor, mais digno de ser amigo que inimigo dos Romanos». 7. Ao ouvir estas palavras, Porsena acreditou e achou melhor cessar as hostilidades, não tanto por medo dos trezentos, parece-me a mim, mas por estar encantado e cheio de admiração pelo brio e a valentia dos Romanos. 8. A este varão, Múcio, todos os autores de igual modo

[82] Mas enganou-se e matou o secretário: cf. Liv. 2.12.6 e D.H. 5.28.2-3.

lhe chamam também Cévola, mas Atenodoro, filho de Sândon[83], na obra dedicada a Octávia[84], irmã de César, diz que era apelidado de Póstumo.

18.1. A verdade é que o próprio Publícola, considerando que Porsena não era tão temível como inimigo, quanto seria de grande valor para a cidade ao torna-se amigo e aliado, não hesitou em escolhê-lo para julgar a sua causa contra Tarquínio, mas até encorajou e desafiou amiúde este último, de modo a deixar provado que era o pior dos homens e que foi com justiça que fora afastado do poder. 2. Quando Tarquínio respondeu rudemente que não indicava nenhum juiz, e muito menos Porsena, que sendo aliado estava a mudar de lado, Porsena mostrou-se desagradado e pronunciou-se contra ele, ao mesmo tempo que o filho Arrunte tomava zelosamente partido a favor dos Romanos; pelo que pôs fim à guerra, na condição de que estes devolvessem o território da Etrúria que tinham tomado[85] e libertassem os prisioneiros, levando, por sua vez, de volta os desertores. 3. Em acordo com tal pacto, entregaram dez reféns de famílias aristocratas com togas bordadas

[83] Filósofo estóico natural de Tarso e um dos preceptores do jovem Augusto.

[84] Trata-se da irmã de Augusto, que foi casada com Marcelo e, durante o triunvirato, com António. Em 37 a.C., mediou as conversações que levaram ao pacto de Tarento. O Pórtico de Octávia preserva a sua memória.

[85] As sete áreas administrativas (*pagi*) que os Romanos tinham tomado na guerra que Rómulo moveu a Veios. Cf. D.H. 5.31.4; Liv. 2.13.4.

de púrpura[86] e outras tantas donzelas, entre as quais se encontrava também Valéria, filha de Publícola.

19.1. No decorrer de tais concertações, quando Porsena tinha já descurado todo o aparato bélico por causa do pacto, as donzelas romanas desceram a tomar banho, no local onde a margem do rio faz uma curva em forma de crescente, proporcionando um grande remanso e ausência de ondas. 2. Como não viam qualquer guarda nem mais ninguém por perto ou a atravessar de barco, foram tomadas pela tentação de escapar a nado para uma corrente forte e com remoinhos profundos. Dizem alguns que uma delas, chamada Clélia, atravessou a passagem a cavalo, enquanto instigava e encorajava as outras que iam a nado. 3. Quando chegaram a salvo junto de Publícola, este não mostrou admiração nem afeição, mas ficou atormentado por ir parecer a Porsena homem de muito má fé[87], e por a proeza das donzelas vir a implicar a acusação de fraude para os Romanos. 4. Por isso, depois de as mandar prender, tratou de as enviar de novo a Porsena. Mas os homens de Tarquínio, tendo sabido de tais acontecimentos, montaram uma emboscada aos que conduziam as donzelas e atacaram-nos em número superior durante a travessia do rio. 5. No entanto, eles

[86] Quer dizer que ainda não eram adultos – usavam a *toga praetexta* (com uma faixa de púrpura, como a dos magistrados) que, na passagem oficial à idade adulta, era trocada pela *toga virilis*.

[87] A palavra usada é *pistis*, que traduz a *fides*, um dos valores romanos mais prezados: o respeito pela palavra dada, 'a fidelidade' entre amigos, aliados, ou entre patrono e cliente.

opuseram resistência, e a filha de Publícola, Valéria, investindo pelo meio dos combatentes escapou; e três criados, que tinham fugido juntamente com ela, protegeram-na. 6. Enquanto as outras estavam não sem perigo misturadas com os combatentes, Arrunte, filho de Porsena, apercebendo-se, veio rapidamente em ajuda e, pondo em fuga os inimigos, salvou os Romanos. 7. Quando as donzelas foram levadas a Porsena, este, vendo-as, perguntou qual é que tinha tido a iniciativa da acção e tinha encorajado as outras. Tendo ouvido o nome de Clélia, olhou para ela com um semblante afável e divertido e mandou trazer um cavalo real finamente adornado que lhe deu de presente. 8. Tal donativo consideram-no como prova os que asseveram que Clélia atravessou sozinha o rio a cavalo. Outros contestam, dizendo que o etrusco estava era a honrar a sua coragem viril. Na Via Sacra[88] a caminho do Palatino, eleva-se um estátua equestre dela, escultura que alguns dizem ser, não de Clélia, mas de Valéria[89].

9. Quanto a Porsena, reconciliado com os Romanos, deu muitas outras provas da sua magnanimidade para com a Urbe. Inclusivamente, deu ordens aos Etruscos para levarem as armas e nada mais, mas para deixarem o

[88] Via Sacra, a mais antiga rua de Roma, era o caminho que atravessava o Foro Romano e ia da colina Vélia ao Capitólio. Junto a ela se elevavam os mais importantes lugares de culto da Urbe e por ela desfilavam os cortejos triunfais, a caminho do templo de Júpiter.

[89] Para uma versão diferente da história de Clélia, cf. Liv. 2.13.6-11.

acampamento recheado de abundante trigo, bem como de toda a sorte de recursos, bens que ele ofereceu aos Romanos. 10. Por isso, ainda agora entre nós, quando se procede à venda de bens públicos, os primeiros são proclamados bens de Porsena, preservando eternamente na memória a honra devida ao homem por tal generosidade. E existia até junto à Cúria[90] uma estátua dele em bronze, de fabrico simples e arcaico[91].

20.1. Depois destes acontecimentos, quando os Sabinos invadiram a região, foram eleitos cônsules Marco Valério, irmão de Publícola, e Postúmio Tuberto[92]. Servindo-se para as maiores empresas do conselho e da presença de Publícola, Marco venceu duas grandes batalhas, na segunda das quais, eliminou treze mil inimigos sem perder um único Romano. 2. E teve como prémio, além de dois triunfos[93], uma casa para si próprio, construída a expensas públicas no Palatino. 3. Então as portas das outras casas abriam-se para dentro, para o átrio, e só as daquela moradia foram concebidas de modo a dar para o exterior, para que pela outorga de tal honra ele usufruísse sempre do espaço público.

---

[90] *Bouleuterion* em grego. A Cúria era o edifício habitual da reunião do senado no Foro e a sua construção atribuída a Tulo Hostílio. Durante as sessões, as portas permaneciam abertas.

[91] É a única referência a uma estátua de Porsena. A sua existência parece reforçar a afirmação de Tácito e Plínio de que este rei conquistou de facto Roma e a governou durante algum tempo, ao contrário do que a tradição nacionalista defende. Vide introdução.

[92] Cônsul duas vezes: em 505, com Marco Publícola, e em 503, com Agripa Mémnio Lanato.

[93] Vide nota a 9.9.

4. Diz-se que, nos princípios, todas as casas da Grécia se apresentavam assim – e tal se deduz das comédias, pois os que se preparam para sair batem e fazem barulho nas suas portas a partir de dentro, de modo a que se apercebam de fora os que passam ou estão parados em frente e não sejam colhidos pela abertura das portas para a rua.

21.1. No ano seguinte, Publícola foi de novo cônsul[94], pela quarta vez. Havia a expectativa de uma guerra com uma coligação de Sabinos e Latinos. 2. E, ao mesmo tempo, a cidade foi tomada de uma certa superstição, pois todas as mulheres grávidas pariam aleijões, e nenhuma gestação chegava ao fim. 3. Por esta razão, Publícola, de acordo com os livros sibilinos[95], tratou de fazer um sacrifício expiatório a Plutão[96] e uns

[94] Em 504, junto com Tito Lucrécio.

[95] Os Livros Sibilinos eram uma antiga recolha de profecias da Sibila de Cumas, que segundo a tradição tinham sido vendidos a Tarquínio o Antigo, depois de um ruinoso processo de regateio. Eram consultados por ordem do senado em ocasiões especialmente difíceis para o estado romano: dissenções civis, graves derrotas militares, aparecimento de sinais e prodígios. Com o advento do Cristinismo as profecias da Sibila de Cumas foram muitas vezes interpretadas em sentido cristão.

[96] Plutarco refere o correspondente grego: 'Hades'.

jogos[97] sugeridos pelo oráculo pítico[98]; e restabelecida a cidade pela esperança no favor divino, voltou-se para os receios causados pelos homens, pois apresentavam-se grandes os preparativos e a coligação dos inimigos.

4. Habitava então entre os Sabinos Ápio Clauso[99], varão poderoso pela riqueza e de assinalável robustez pela pujança do corpo, mas acima de tudo inexcedível pela fama de integridade e pela veemência da palavra. 5. Mas não evitou sofrer o que sobrevém a todos os grandes: tornou-se objecto de inveja. E, ao propor o fim da guerra, ofereceu a quem o invejava motivo para o acusarem de estar a aumentar o poder romano com o fito na tirania e de se preparar para reduzir a pátria à escravatura. 6. Ao aperceber-se de que o povo pactuava com tais boatos e que ele próprio provocava a animadversão da maioria, quer dos defensores da guerra quer dos soldados, temia um julgamento. Mas,

---

[97] Trata-se dos *Ludi Tarentini* ou *Taurii*, que, mais tarde, receberam o nome de *Ludi Saeculares*. Segundo Valério Máximo (2.4.5), surgiram na sequência da recuperação de umas crianças da *gens* Valéria vítimas de peste, depois de beberem água de um local no Campo de Marte chamado *Tarentum* – que veio a dar o nome aos jogos. Eram inicialmente celebrados em honra de Dite (*Dis*, *Ditis*) (identificado com Plutão) e Prosérpina, deuses dos reino dos mortos. Durante a República, só terão sido celebrados três vezes. Modificados, na intenção e na forma, foram celebrados com pompa e circunstância por Augusto (17 a.C.), e depois também por Cláudio (47 d.C.), por Domiciano (88 d.C.) e, pela última vez, por Filipe (248), supostamente nos festejos dos mil anos da fundação da cidade.

[98] Tal referência ao oráculo de Apolo em Delfos deve ser resultado da ligação de Plutarco àquele oráculo.

[99] Em língua sabina, chamava-se *Attus Clausus*, segundo Lívio (2.16.4). O nome foi depois romanizado em Ápio Cláudio.

contando com a união e a força de apoio dos amigos e familiares ao seu redor, mantinha a oposição. 7. E tal porfia foi para os Sabinos um motivo para perder tempo e adiar a guerra. Ora Publícola, sem se poupar a esforços, não só para estar a par destes acontecimentos, mas também para impulsionar e apressar a sedição, tratou de arranjar homens de confiança que foram transmitir a Clauso da sua parte o seguinte: «Publícola pensa que tu, sendo um homem leal e justo, não deves defender-te dos teus concidadãos por recurso a algum mal, ainda que estejas a ser tratado injustamente por eles. Se quiseres buscar a tua salvação no exílio e na fuga aos que te odeiam, ele irá receber-te em público e em privado de modo digno da tua honra e da magnanimidade dos Romanos». 9. Considerando repetidamente estas palavras, pareceu a Cláudio que, dados os constrangimentos, esta era a melhor solução, pelo que tratou de convocar os amigos, que por sua vez convenceram muitos outros, e, transplantando cinco mil famílias com crianças e mulheres, sobretudo gente tranquila que existia entre os Sabinos, de vida pacífica e ordenada, conduziu-os para Roma[100]. Publícola, que já tinha conhecimento de que iam chegar, recebeu-os de forma amigável e solícita, em observância de toda a equidade: 10. integrou imediatamente as famílias nas estruturas de organização dos cidadãos e atribuiu a cada qual uma porção de terra de dois pletros[101] junto

[100] Outra tradição, transmitida por Suetónio (*Tib.* 1), faz remontar esta migração ao tempo de Rómulo.

[101] Medida assimilada ao *iugerum* latino. Seria o correspondente

ao rio Ânio[102]. A Clauso deu vinte e cinco pletros de terra e ainda o inscreveu no senado. Foi assim que este deu início a uma actividade política que, gerida com sabedoria, elevou ao primeiro plano e atingiu grande poder. E a família Cláudia, que dele descende, não foi menor que nenhuma outra em Roma[103].

22.1. No que toca às dissensões entre os Sabinos, apesar de resolvidas com a migração daqueles homens, não consentiram os líderes do povo que se restabelecesse a calma e a normalidade. Clamavam indignados que Clauso, depois de se tornar exilado e inimigo, conseguira aquilo de que não os convencera enquanto estava presente: que os Romanos não fossem punidos pela sua arrogância. 2. Pondo-se então a caminho com

---

a um dia de lavoura de uma junta de bois.

[102] O moderno Aniene, rio que separa a Sabina do Lácio. Junta-se ao Tibre a norte de Roma. Era navegável até Tíbur (actual Tivoli).

[103] Suetónio (*Tib.* 1) inicia a *Vida de Tibério* com uma súmula da história dos Cláudios ao longo da República, incluindo feitos louváveis e censuráveis. Esta poderosa estirpe, unida à família dos Júlios, em consequência do casamento de Octávio (filho adoptivo do *Divus Iulius*) com Lívia, deu origem aos imperadores Júlio-Cláudios que governaram Roma até 68 d.C., altura em que Nero se suicidou. Tibério era filho de Tibério Cláudio Nero (primeiro marido de Lívia), mas foi depois adoptado por Augusto. Gaio (Calígula) era neto de Druso (filho de Lívia) por parte do pai Germânico, e neto de Júlia (a filha de Augusto) por parte da mãe Agripina Maior. Cláudio era, como Germânico, filho de Druso. Nero (nome que recebera ao ser adoptado por Cláudio) era neto de Germânico por parte da mãe Agripina Menor e sobrinho de Calígula. Era também um Aenobarbo por parte do pai biológico, nome por que não apreciava ser chamado.

um grande exército, acamparam na zona de Fidenas[104] e montaram uma emboscada nos terrenos arborizados e valados em frente a Roma com dois mil soldados de infantaria[105], com a intenção de, ao romper do dia, conduzirem abertamente uma razia com uns poucos cavaleiros. 3. Tinham-lhes dado ordens para, assim que se aproximassem da Urbe, retirarem pouco a pouco, de modo a atraírem os inimigos para a cilada. Publícola, informado de tais planos no próprio dia pelos desertores, tratou de tudo rapidamente e dividiu as forças: 4. o seu genro, Postúmio Balbo, saiu ao fim da tarde com três mil soldados de infantaria para ir ocupar as cristas dos montes sob os quais os Sabinos estavam emboscados, e aí montou guarda; o seu colega de magistratura, Lucrécio, ficou estacionado na cidade com os mais ligeiros e os mais jovens para atacar os cavaleiros que conduziam a razia; e ele próprio tomou consigo o resto do exército e foi montar um cerco ao acampamento inimigo. 5. E, por sorte, tinha sobrevindo uma forte neblina ao romper da aurora, quando, de uma assentada, Postúmio se precipitou do alto dos montes com grande alarido sobre os que estavam emboscados; Lucrécio lançou os seus homens contra os cavaleiros que avançavam; e

---

[104] Cidade do Lácio, local estratégico para o controlo da *Via Salaria*. Foi conquistada por Roma em 498 a.C.

[105] Plutarco diz ‘hoplitas’, o conhecido modelo de soldado de infantaria grego, com armamento custeado pelo próprio e técnicas de combate em falange. A arqueologia mostra que as técnicas hoplíticas terão sido introduzidas em Roma no século VI a.C., pelo que parecem ter sido anteriores às reformas atribuídas a Sérvio Túlio (divisão por classes e centúrias) que serão do séc. V.

Publícola avançou contra o acampamento inimigo. 6. Por toda a parte houve desgraça e destruição entre os Sabinos. Os que lá estavam fugiram sem se defender, mas mataram-nos os Romanos. A esperança depositada nos outros tornou-se a sua maior desgraça. 7. É que cada grupo, julgando que o outro estava a salvo, não cuidava de combater ou manter a posição; mas uns corriam a buscar a salvação junto dos que estavam emboscados, e estes, por seu turno, corriam para os que estavam no acampamento; pelo que, na fuga, esbarravam com aqueles para junto dos quais fugiam e encontravam a precisar de ajuda aqueles que esperavam que os ajudassem. 8. E se, em vez de terem perecido todos, alguns escaparam, foi a cidade de Fidenas que, por estar perto, o proporcionou, e acima de tudo àqueles que debandaram do acampamento, quando este foi capturado. Aqueles que não lograram chegar a Fidenas ou foram mortos ou, se sobreviveram, foram levados por quem os capturou.

23.1. Perante tal sucesso, os Romanos, habituados embora a imputar todos os grandes empreendimentos a uma força divina, consideraram o feito como mérito unicamente do comandante. E até se ouvia dizer aos combatentes que Publícola lhes entregara os inimigos confusos e cegos – só faltou atá-los – para serem passados ao fio da espada. 2. E o povo viu acrescentada a sua riqueza com os despojos e os prisioneiros de guerra. 3. Quanto a Publícola, logo depois de celebrar o triunfo e de transferir a cidade para os cônsules eleitos depois de si, terminou

os seus dias, tendo levado a sua vida à perfeição, tanto quanto é possível para os homens, especialmente os que são considerados nobres e bons. 4. E o povo, como se nada tivesse feito para o honrar em vida, mas fosse devedor de toda a gratidão, decretou fazer o funeral a expensas públicas, e cada qual contribuiu para o honrar com um quadrante[106]. Também as mulheres por acordo privado entre si fizeram luto por tal varão durante um ano inteiro, numa manifestação de pesar honrosa e invejável. 5. Foi sepultado, também neste caso por voto popular, dentro da cidade[107], junto ao chamado Vélia[108], pelo que toda a sua linhagem tinha direito à sepultura. 6. Mas, nos dias de hoje, já nenhum membro da família é sepultado; transportam, contudo, o defunto para ali e depositam-no no chão. Então alguém pega numa tocha funerária e aproxima-a, mete-a por baixo e retira-a logo, para confirmar o direito a cumprir ali o acto. E depois, levam o corpo de volta.

[106] Um quadrante era uma moeda de bronze que valia um quarto do asse e pesava 81.86 g.

[107] A Lei das XII tábuas proibia o enterro dentro da cidade, com excepção para Fabrício e Publícola (cf. Cic. *Leg.* 2.23.58)

[108] Há uma ligação da *Gens Valeria* à colina Vélia: cf. 10.3.

Comparação de Sólon com Publícola[1]

[1] Tradução de José Luís Brandão

24.1. Subsistirá, então, algo de particular no que respeita a esta comparação, que não tem qualquer paralelo com os já tratados, porquanto o segundo se revela imitador do anterior, e o primeiro constitui uma fundamentação para o segundo. É pois o caso do dito que Sólon pronunciou a Creso sobre a felicidade: diz mais respeito a Publícola do que a Telo. 2. É que em relação a Telo, que ele disse ser o mais feliz dos homens pela boa fortuna, pela virtude e pela bênção dos filhos[1], não fez qualquer menção nos seus versos como homem bom; nem os filhos ou alguma virtude lhe granjearam fama. 3. Já Publícola, enquanto viveu, foi o primeiro entre os Romanos pelo poder e pela fama da virtude; e, depois de morto, são os Publícolas, os Messalas, os Valérios que, seiscentos anos depois, continuam a carregar entre nós a fama da sua virtude nas mais coroadas estirpes e ramos familiares. 4. Quanto a Telo, foi morto pelos inimigos enquanto combatia no seu lugar, como homem de valor que era. Ora Publícola, depois de aniquilar muitos inimigos, o que é mais venturoso que cair morto, depois de viver para ver a pátria vencer graças ao seu próprio governo e comando, depois de conseguir honras e triunfos, é que lhe coube em sorte um fim, no dizer de Sólon, invejável e bem-aventurado. 5. E mais, as

[1] Cf. *Sol.* 27.6

palavras que este proferiu sobre o tempo de vida em controvérsia com Mimnermo – «que a minha morte não chegue sem pranto, / mas que aos meus amigos eu, ao morrer, induza pena e lamentos![2]» – fazem de Publícola um homem abençoado. 6. É que, quando se finou, não foram só os amigos e familiares, mas foi toda a cidade, várias dezenas de milhares de pessoas, acometidas pelas lágrimas, pela saudade e pelo pesar. Pois as mulheres romanas choraram-no como se tivessem perdido um filho, um irmão ou um pai comum. 7. «Riquezas desejar ter» – diz Sólon – «mas não as desejar adquirir ilegitimamente, porque a punição segue-as»[3]. Ora, em Publícola, não só não se encontra enriquecimento torpe, como ainda um gasto decente, ao pôr os recursos ao serviço dos necessitados. 8. Por conseguinte, se Sólon foi o mais sábio de todos os homens, Publícola foi o mais feliz, pois os bens, que aquele havia desejado como mais belos e mais nobres, Publícola teve oportunidade de os alcançar e de os preservar, para deles fruir até ao fim dos seus dias.

25.1. Assim, Sólon honrou Publícola, e este honrou por sua vez Sólon, ao tomá-lo pela sua acção política como o melhor dos modelos de governante de uma democracia. Pois, ao eliminar a altivez do poder, estabeleceu-o agradável e tolerado por todos e empregou várias leis daquele estadista. 2. Tornou, pois, a multidão soberana na escolha dos magistrados e deu

[2] Frg. 21 West.
[3] Frg. 13.7-8 West.

aos acusados o direito de apelarem para o povo, como Sólon para os jurados. Não criou um segundo conselho, como fez Sólon, mas aumentou o existente, duplicando o número. 3. Também a instituição de questores para o tesouro proveio daquela mesma fonte, de modo a que o cônsul, se é honesto, tenha tempo livre para as coisas mais importantes, e, se é vil, não tenha mais meios de cometer injustiças, por ser senhor tanto dos assuntos do estado como das riquezas.

4. Quanto ao ódio à tirania, era mais ardente em Publícola que em Sólon. Este último, a quem tentasse tornar-se um tirano, impunha-lhe a pena depois da condenação, enquanto aquele permitia que fosse eliminado antes do julgamento. 5. Foi com recto e justo orgulho que Sólon declarou que, mesmo quando os assuntos de estado e os cidadãos lhe permitiam tornar-se um tirano, não aceitou; mas não menos belo é o facto de Publícola ter transformado o poder tirânico que tomara em poder democrático, sem que lhe fosse permitido gozar de quanto tinha tido. 6. E tal parece ter sido uma intuição prévia de Sólon, quando disse que o povo «segue muito melhor os líderes / se não está demasiado livre nem demasiado oprimido»[4].

26.1. Pessoalmente associada a Sólon é a remissão das dívidas: foi sobretudo com esta medida que garantiu a liberdade aos cidadãos. De facto, nada ajudam as leis que propõem a igualdade, se esta é arrebatada pelas

[4] Frg. 6.1-2 West.

dívidas aos pobres; mas onde eles parecem sobretudo gozar de liberdade são acima de tudo escravos dos ricos, isto é, nos julgamentos, no exercício do poder e no uso da palavra, estão sempre submetidos a eles e ao seu serviço. 2. E o mais relevante é que, apesar de o corte de dívidas ser sempre seguido de sedição, só daquela vez, por recurso a um remédio perigoso, mas forte, pôs fim à sedição que estava em curso. Através da virtude e prestígio pessoal, venceu a má reputação e as recriminações que a medida provocara.

3. De toda a carreira política, Sólon foi mais brilhante no início, porque foi um inovador, em vez de um continuador, e executou, por si só, sem colaboração de outrem, a maior e a mais relevante parte das matérias da vida pública. 4. No que toca ao final da vida, foi mais afortunado e invejável o de Publícola. Com efeito, Sólon viu ainda em vida a sua constituição dissolver-se; enquanto a de Publícola manteve a cidade em ordem até às guerras civis. Sólon, mal instituiu as leis, deixou-as escritas em madeira, destituídas de um defensor, quando abandonou Atenas; mas Publícola, pela permanência na cidade, pelo exercício da magistratura e gestão dos assuntos do estado assentou e consolidou a constituição com firmeza. 5. Sólon, percebendo embora o que Pisístrato preparava, não teve possibilidade de o evitar, e cedeu à instauração da tirania; enquanto Publícola expulsou e destruiu uma monarquia que já era poderosa há muito tempo. Apresentando-se embora semelhante na virtude e nos princípios, este gozou da fortuna e de um poder efectivo como complemento da virtude.

27.1. No que diz respeito aos comandos militares, Daímaco de Plateias não reconhece a Sólon nem a guerra contra Mégara, tal como a narrei. Já Publícola foi bem sucedido em batalhas assaz importantes como combatente e como comandante. 2. E além disso, no que toca à acção política, o primeiro, por algum tipo de brincadeira ou disfarçada loucura, apresentou-se a discursar a favor da devolução de Salamina. O segundo, arriscou correr perigos imensos: além de enfrentar os Tarquínios, ainda pôs a descoberto a traição, pelo que foi ele também o principal responsável por os culpados não terem escapado ao castigo. Não só expulsou fisicamente os tiranos da cidade, como também cortou cerce as expectativas deles. 3. Assim, enfrentou firme e afoitamente os assuntos que implicavam combate, bravura e confrontação, e ainda melhor os que exigiam conversação pacífica e persuasão estratégica, como quando enfrentou elegantemente Porsena, homem então invicto e temível, e o transformou em amigo.

4. Alguns dirão então que Sólon recuperou para os Atenienses Salamina, que eles tinham perdido, enquanto Publícola retirou de terras que os Romanos tinham possuído. Mas é preciso analisar as acções face às circunstâncias do momento. 5. Pois, sendo flexível, um político trata cada caso da forma como se apresenta mais propícia, e muitas vezes perde a parte para salvar o todo, e desiste dos pequenos resultados para ganhar nos grandes. Assim, aquele varão, desistindo, na altura, dos territórios alheios, garantiu a salvação dos seus. Para

os Romanos, cuja preservação da cidade era já grande empresa, ganhou o acampamento dos sitiantes. E confiando ao inimigo o julgamento, ganhou a causa e recebeu tudo quanto seria desejável que eles dessem para vencer. 6. E, com efeito, o inimigo desistiu e deixou-lhes as provisões da guerra, por causa da confiança que o cônsul lhe inspirava sobre a virtude e a nobreza de todos eles.

Bibliografia

1. Edições, traduções e comentários

J. L. Brandão (2010): *Plutarco. Vidas de Galba e Otão.* Introdução, tradução do grego e notas, Coimbra.

R. Flacelière, É. Chambry & M. Juneaux (1968): *Plutarque. Vies II. Solon – Publicola, Thémistocle – Camille*, Paris.

P. Harding (1994): *Androtion and the Atthis. The fragments translated with introduction and commentary*, Oxford.

F. Jacoby (1923-1958): *Die Fragmente der griechischen Historiker*, Berlin.

D. F. Leão (1999): *Plutarco. Vida de Sólon*. Introdução, tradução do grego e notas, Lisboa.

——— (2008): *Plutarco. Obras Morais – O banquete dos Sete Sábios*. Tradução do grego, introdução e notas, Coimbra.

D. F. Leão & M. C. Fialho (2008): *Plutarco. Teseu e Rómulo.* Introdução, tradução do grego e notas, Coimbra.

M. Manfredini & L. Piccirilli (1998): *Plutarco. La Vita di Solone*, Milano. [5ª edição revista]

A. Martina (1968): *Solon. Testimonia veterum*, Roma.

A. Pérez Jiménez (1996): *Plutarco. Vidas Paralelas II. Solón – Publícola, Temístocles – Camilo, Pericles – Fabio Máximo*, Madrid.

B. Perrin (1967): *Plutarch's Lives. Theseus and Romulus, Lycurgus and Numa, Solon and Publicola*, Harvard.

E. Ruschenbusch (1966), *Solonos Nomoi. Die Fragmente des solonischen Gesetzeswerkes mit einer Text- und Überlieferungsgeschichte,* Wiesbaden.

——— (2010), *Solon: das Gesetzeswerk-Fragmente. Übersetzung und Kommentar.* Herausgegeben von K. Bringmann, Stuttgart.

E. Ruschenbusch, G. Faranda Villa & M. Affortunati (1994), *Plutarco. Vite Parallele. Solone - Publicola*, Milano.

K. Ziegler (1959-1971): *Plutarchi Vitae Parallelae*, Leipzig.

M. L. West (1992): *Iambi et elegi Graeci ante Alexandrum cantati*. vol. II, Oxford.

Estudos

M. Affortunati (1994): "Introduzione", in E. Ruschenbusch, G. Faranda Villa & M. Affortunati (1994), *Plutarco. Vite Parallele. Solone - Publicola*, Milano, 259-320.

M. Affortunati, & B. Scardigli (1992): "Aspects of

Plutarch's life of Publicola", in Ph. Stadter (ed.), *Plutarch and the historical tradition*. London/ New York, 109-131.

A. Alföldi (1963): *Early Rome and the Latins*, Ann Arbor.

N. I. Barbu (1933): *Les procédés de la peinture des caractères et la vérité historique dans les biographies de Plutarque*, Paris.

R. H. Barrow (1967): *Plutarch and his times*, London.

M. T. Boatwright (2002): "Trajan outside Rome: construction and embellishment in Italy and the provinces", in Ph. Stadter & L. Van der Stockt (ed.), *Sage and emperor. Plutarch, Greek intellectuals, and Roman power in time of Trajan* (98-117), Leuven, 259-277.

W. den Boer (1966): "A new fragment of Solon?", *Mnemosyne* 19, 46-47.

E. L. Bowie (1997): "Plutarch's citations of early elegiac and iambic poetry", in C. Schrader & J. C. Vicente Ramón (eds.), *Plutarco y la historia*, Zaragoza, 99-108.

T. R. S. Broughton (1951-1952): *The Magistrates of the Roman republic*, Oxford.

W. R. Connor (1989): "Historical writing in the fourth century b.C. and the Hellenistic period", in P. E. Easterling & E. J. Kenney (eds.),

The Cambridge history of classical literature, Cambridge, 46-59.

T. J. Cornell (1995): *The beginnings of Rome*. London/ New York.

J. K. Davies (1971): *Athenian propertied families. 600-300 b.C.*, Oxford.

T. Duff (1999): *Plutarch's* Lives. *Exploring virtue and vice*, Oxford.

G. Ferrara (1964): *La politica di Solone*, Napoli.

H. Flower (2010): *Roman Republics*, Princeton/ Oxford.

G. Forsythe (2005): *A critical history of early Rome*. Berkeley /London.

F. Frazier (1996): *Histoire et morale dans les* Vies Parallèlles *de Plutarque*, Paris.

E. Gabba (2000): *Roma Arcaica. Storia e storiografia*, Roma.

J. Gagé (1976): *La chute des Tarquins e les débuts de la République Romaine*, Paris.

A. Giovannini (1993): "Il passagio dalle istituzioni monarchiche alle istituzioni republicane", in *Convegno sul tema "Bilancio critico su Roma arcaica fra Monarchia e Republica"*. Atti dei Convegni Lincei 100, Roma, 75-96.

E. Gjerstad (1967): "The origins of Roman Republic",

in *Les origines de la République romaine*. Vandoeuvres-Genève, 3-30.

J. Heurgon (1969): *The rise of Rome*. Translated by James Willis, London.

K. Hönn (1948): *Solon. Staatsmann und Weiser* (Wien).

F. Jacoby (1949): *Atthis. The local chronicles of ancient Athens*, New York.

C. P. Jones (1971): *Plutarch and Rome*, Oxford.

——— (1995): "Towards a chronology of Plutarch's works", in B. Scardigli (ed.), *Essays on Plutarch's* Lives, Oxford, 95-123.

D. F. Leão (2001): *Sólon. Ética e política*, Lisboa.

——— (2009): "The *tyrannos* as a *sophos* in the *Septem Sapientium Convivium*", in J. R. Ferreira, D. Leão, M. Tröster & P. B. Dias (eds.), *Symposion and Philanthropia in Plutarch*, Coimbra, 511-521.

——— (2010*a*): "A tradição dos Sete Sábios: o *sapiens* enquanto paradigma de uma identidade", in D. F. Leão, J. Ribeiro Ferreira & Maria do Céu Fialho, *Paideia e Cidadania,* Coimbra, 47-110.

——— (2010*b*): "The Seven Sages and Plato", in S. Giombini & F. Marcacci (orgs.), *Il quinto secolo. Studi di filosofia antica in onore di Livio Rossetti*, Aguaplano, 403-414.

S. Mazzarino (1992): *Dalla monarchia allo stato republicano*, Milano.

A. Momigliano (1971): *The development of Greek biography*, Harvard.

——— (1990): *The classical foundations of modern historiography*, Berkeley.

M. Mühl (1955): "Solon und der Historiker Phainias von Lesbos", *RhM* 98, 349-354.

——— (1956): "Solon gegen Peisistratos: ein Beitrag zur peripatetischen Geschichtsschreibung", *RhM* 99, 315-323.

P. von der Mühll (1942): "Antiker Historismus in Plutarchs Biographie des Solon", *Klio* 35, 89-102.

R. M. Olgivie (1976): *Early Rome and the Etruscans*, Trowbridge.

M.-L. Paladini (1956): "Influenza della tradizione dei Sette Savi sulla *Vita di Solone* di Plutarco", *REG* 69, 377-411.

C. B. Pelling (1995): "Plutarch and Roman politics", in B. Scardigli (ed.), *Essays on Plutarch's* Lives. Oxford, 319-356.

E. Peruzi (1985): *Money in early Rome*, Firenze.

L. Piccirilli (1998): "Biografia e storia: il metodo di Plutarco", *SIFC* 16, 39-60.

——— (1977): "Cronologia relativa e fonti della *Vita*

Solonis di Plutarco", *ASNP* 7, 999-1016.

G. Poma (1984): *Tra legislatori e tirani. Problemi storici e storiographici sull'età delle XII tavole*, Bologna.

K. A. Raaflaud (ed.) (2005): *Social struggles in Archaic Rome. New perspectives on the conflict of the orders*, Oxford.

H.-D. Reeker (1971): "Solons Reisen", *A&A* 17, 96-104.

N. S. Rodrigues (2005): *Mitos e lendas. Roma antiga*, Lisboa.

D. A. Russel (1973): *Plutarch*, London.

B. Scardigli (1994): "Introduzione", in E. Ruschenbusch, G. Faranda Villa & M. Affortunati, *Plutarco. Vite Parallele. Solone - Publicola*, Milano, 5-55.

Ph. A. Stadter (1992): "Introduction", in Ph. A. Stadter (ed.), *Plutarch and the historical tradition*, London, 1-9.

——— (2002): "Plutarch and Trajanic ideology", in Ph. Stadter & L. Van der Stockt (ed.), *Sage and emperor. Plutarch, Greek intellectuals, and Roman power in time of Trajan* (98-117), Leuven, 226-241.

R. Stroud (1979): *The axones and kyrbeis of Drakon and Solon*, Berkeley.

J.-P. Thuillier (1990): "L'aurige Ratumenna: histoire et legende", in R. Bloch (org.), *La Rome des premiers siècles: legende et histoire*. Actes de la table en l'honneur de Massimo Pallontino, Firenze, 247-255.

J.-L. Voisin (1990): "Deux archetypes de la mort volontaire: Lucrèce et Horatius Cocles?", in R. Bloch (org.) *La Rome des premiers siècles: legende et histoire*. Actes de la table en l'honneur de Massimo Pallontino, Firenze, 257-266.

A. Wardman (1974): *Plutarch's* Lives*,* London.

T. P. Wiseman (1998): "Roman Republic", *G&R* 14, 19-26.

Índice de nomes

Academia: *Sol.* 1.7.
Ájax: *Sol.* 10.2-3.
Alcméon: *Sol.* 11.2; 29.1.
Alcmeónidas: *Sol.* 30.6.
Amonfáreto: *Sol.* 10.6.
Anacársis: *Sol.* 5.1-6.
Anaxilas: *Sol.* 10.6.
Anaxímenes: *Publ.* 9.11.
Andrócion: *Sol.* 15.3-4.
Anfictionia (de Delfos): *Sol.* 11.1.
Ânio: *Publ.* 21.10.
Ápio Cláudio Ceco: *Publ.* 7.8.
Ápio Clauso: *Publ.* 21.4-10.
Apolo Isménio: *Sol.* 4.6.
Aquílios: *Publ.* 3.4; 4.1; 4.3; 5.1; 5.2; 7.1.
Areópago: *Sol.* 19.1-5; 22.3; 31.3.
Areopagitas: *Sol.* 19.2-5.
Argadeus: *Sol.* 23.5.
Aríston: *Sol.* 30.3.
Aristóteles: *Sol.* 11.1; 25.1; 32.4.
Arrunte: *Publ.* 9.3; 18.2; 19.6; (16.1).
Asclepíades: *Sol.* 1.1.
Asopo: *Sol.* 9.1.
Atenas: *Sol. passim*; *Publ.* 15.4; *Comp. Sol. Publ.* 26.4.
Atenienses: *passim.*
Atenodoro: *Publ.* 17.8.
Ática: *Sol.* 10.3.
Atlântida: *Sol.* 26.1; 31.6; 32.1-2.
Augusto: *vide* César. 17.8.
Báticles: *Sol.* 4.8.
Bias: *Sol.* 4.5; 4.7.
Bíton: *Sol.* 27.7.
Blastes: *Sol.* 12.7.
Bosque Horácio: *Publ.* 9.2.
Bráuron: *Sol.* 10.3.
Bruto, Lúcio Júnio: *Publ.* 1.3; 1.4; 1.5; 2.2; 2.3; 3.2; 3.3; 3.5; 4.4; 6.1; 6.2; 6.4; 6.6; 7.3; 7.5; 9.3; 10.1; 10.2; 16.1.
Bubulco: *Publ.* 11.7.
Campo de Marte: *Publ.* 8.1.

Canopo: *Sol.* 26.1.
Capitólio: *Publ.* 13.1; 13.4; 14.1; 14.4; 14.6; 15.3; 15.5.
Caprário: *Publ.* 11.7.
Carmo: *Sol.* 1.7.
Cátulo: *Publ.* 15.1.
Celtas: *Sol.* 2.7.
César (Aug.): *Publ.* 17.8.
Chipre: *Sol.* 26.2.
Cibisto: *Sol.* 7.2.
Cicreu: *Sol.* 9.1.
Cílon: 12.1-13.1.
Cípria: *Sol.* 31.7.
Cípris: *Sol.* 26.4.
Cirádion: *Sol.* 9.6.
Ciro: *Sol.* 28.2-6.
Cirra: *Sol.* 11.1.
Clário: *Sol.* 26.2.
Cláudia, família (*gens*): *Publ.* 21.10.
Clélia: *Publ.* 19.2-8.
Cléobis: *Sol.* 27.7.
Cleómenes: *Sol.* 10.6.
Clínias: *Sol.* 15.7.
Clúsio: *Publ.* 16.1.
Codro: *Sol.* 1.2.
Colatino, Tarquínio: *Publ.* 1.5; 3.2; 3.5; 4.4; 6.2; 7.1; 7.2; 7.3; 7.6.
Cólias: *Sol.* 8.4.
Cómias: *Sol.* 32.3.
Cónon: *Sol.* 15.7.
Corinto: *Sol.* 4.1.
Cós: *Sol.* 4.3; 4.5.
Cratino: *Sol.* 25.2.
Creso: *Sol.* 4.8; 27.1-28.6; *Comp. Sol. Publ.* 24.1.
Creta: *Sol.* 12.7.
Critolaídas: *Sol.* 10.6.
Crónida: *Sol.* 3.5.
Cureta: *Sol.* 12.7.
Daímaco de Plateias: *Comp. Sol. Publ.* 27.1.
Délfios: *Sol.* 11.1.
Delfos: *Sol.* 4.1; 4.7; 9.1; 11.1-2; 25.3.
Demades: *Sol.* 17.3.
Demarato: *Publ.*14.1.

Deméter: *Sol.* 8.4.
Demétrio: *Sol.* 23.3;
Demofonte: *Sol.* 26.2;
Dídimo: *Sol.* 1.1;
Dionísio: *Sol.* 20.7.
Dioniso: *Sol.* 31.7.
Domiciano: *Publ.* 15.3; 15.5; 15.6.
Drácon: *Sol.* 17.1-4; 19.3; 25.2.
Éfetas: *Sol.* 19.3-5.
Egicoreus: *Sol.* 23.5.
Egipto: *Sol.* 2.8; 26.1.
Eniálio: *Sol.* 9.7.
Epeia: *Sol.* 26.3.
Epicarmo: *Publ.* 15.5.
Epiménides: *Sol.* 12.7-12.
Éreso: *Sol.* 32.3.
Eros: *Sol.* 1.7.
Esopo: 6.7; 28.1.
Ésquines: *Sol.* 11.2.
Etrúria: *Publ.* 13.1; 18.2.
Etruscos: *Publ.* 9.1; 9.6; 9.7; 17.1; 19.9.
Eubeia: *Sol.* 9.3; 14.7.
Eufórion: *Sol.* 1.1.
Eurípides: *Sol.* 22.2.
Eurísaces: *Sol.* 10.3.
Evante: *Sol.* 11.2.
Execéstides: *Sol.* 1.2.
Fáleron: *Sol.* 23.3.
Fânias: *Sol.* 14.2; 32.3.
Festos: *Sol.* 12.7.
Fidenas: *Publ.* 22.2; 22.8.
Filaídas: *Sol.* 10.3.
Fileu: *Sol.* 10.3.
Filocipro: *Sol.* 26.2-4.
Fílocles: *Sol.* 1.1.
Filoctetes: *Sol.* 20.8.
Filômbroto: *Sol.* 14.3.
Flias: *Sol.* 12.4.
Foco: *Sol.* 14.8.
Geleontes: *Sol.* 23.5.
Grécia: *Publ.* 20.4.

Hegéstrato: *Sol.* 32.3.
Hélade: *Sol.* 28.4.
Helena: *Sol.* 4.3.
Helenos: 5.6; 11.1; 27.8.
Heliópolis: *Sol.* 26.1.
Hera: *Sol.* 27.7.
Héracles: *Sol.* 16.2.
Heraclides Pôntico: *Sol.* 1.3; 22.4; 31.4; 32.3.
Héreas: *Sol.* 10.5.
Hermínio: *Publ.* 16.6.
Hermipo: *Sol.* 2.1; 6.7; 11.2.
Hesíodo: *Sol.* 2.5.
Hipócrates: *Sol.* 2.8; 30.1.
Hiponico: *Sol.* 15.7.
Hipsíquidas: *Sol.* 10.6.
Homero: *Sol.* 10.2; 25.4.
Hopletes: *Sol.* 23.5.
Horácio Cocles: *Publ.*16.6-9.
Horácio, Marco: *Publ.* 12.6; 14.3; 14.4; 14.6; 14.7; 14.8; 15.1.
Íon: *Sol.* 23.5.
Iónia: *Sol.* 10.6.
Janículo: *Publ.* 16.4.
Jogos Ístmicos: *Sol.* 23.3.
Jogos Olímpicos: *Sol.* 23.3.
Júpiter, templo de: *Publ.* 13.1; 14.1; 15.
Lacedemónia: 22.2.
Lacedemónios: *Sol.* 10.1; 16.2.
Lárcio: *Publ.* 16.6.
Latinos: *Publ.* 21.1.
Lesbos: *Sol.* 14.2.
Licurgo: *Sol.* 16.1; 22.2; 29.1.
Lídios: *Sol.* 27.8.
Livros Sibilinos: *Publ.* 21.3.
Lua: *Sol.* 25.4-5.
Lucrécia: *Publ.* 1.3; 1.5; 12.5.
Lucrécio, Espúrio: *Publ.* 12.5; 12.6.
Lucrécio, Tito: *Publ.* 16.3; 16.6; 22.4; 22.5.
Massália: *Sol.* 2.7.
Mégacles: *Sol.* 12.1-2; 29.1; 30.6.
Mégara: *Sol.* 10.5; *Comp. Sol. Publ.* 27.1.
Megarenses: *Sol.* 8.1; 8.4-6; 9.4-7; 10.4-5; 12.5.

Mélite: *Sol.* 10.3.
Messalas: *Comp. Sol. Publ.* 24.3.
Metagítnion: *Publ.* 14.6.
Midas: *Publ.* 15.6.
Milésios: *Sol.* 4.5; 12.11.
Mileto: *Sol.* 4.3; 4.5-7; 6.1; 12.11.
Mimnermo: *Comp. Sol. Publ.* 24.5.
Minúcio, Gaio: *Publ.* 3.3.
Minúcio, Marco: *Publ.* 12.3.
Míron: *Sol.* 12.4.
Mitilene: *Sol.* 14.7.
Múcio Cévola: *Publ.*17.2-8.
Muníquia: *Sol.* 12.10.
Musas: *Sol.* 31.7.
Niseia: *Sol.* 12.5.
Octávia: *Publ.* 17.8.
Olympieion: *Sol.* 32.2.
Oráculo Pítico: *Publ.* 21.3.
Palatino: *Publ.* 19.8; 20.2.
Pateco: *Sol.* 6.7.
Periandro: *Sol.* 4.1; 12.7.
Perifemo: *Sol.* 9.1.
Persas: *Sol.* 28.2.
Pisístrato: *Sol.* 1.3-7; 8.3-4; 10.3; 29.1-31.5; 32.3; *Comp. Sol. Publ.* 26.5.
Pítaco: *Sol.* 14.7.
Pítia: *Sol.* 4.4.
Píton: *Sol.* 14.7.
Platão: *Sol.* 2.8; 26.1; 31.6; 32.1-2.
Plutão: *Publ.* 21.3.
Polizelo: *Sol.* 15.9.
Pórcio: *Publ.* 11.7.
Porsena: *Publ.* 16.1-4; 17.1-7; 18.1-2; 19.1; 19.3; 19.4; 19.6; 17.7; 19.9; 19.10; *Comp. Sol. Publ.* 27.3.
Postúmio Balbo: *Publ.* 22.4; 22.5.
Postúmio Tuberto: *Publ.* 20.1.
Prado Névio: *Publ.* 9.2.
Priene: *Sol.* 4.7.
Prítanes: *Sol.* 19.5.
Pritaneu: *Sol.* 19.4; 25.1.
Prótis: *Sol.* 2.7.
Psenófis: *Sol.* 26.1.

Publícola, Valério: *Publ. passim; comp. Sol. Publ.* 24-27
Ratúmena, porta: *Publ.* 13.4.
Ródano: *Sol.* 2.7.
Rodes: *Sol.* 15.9.
Roma: *Publ.* 1.2; 7.7; 13.4; 15.3; 16.2; 16.3; 16.6; 22.2.
Romanos: *Publ.* 1.1; 3.3; 6.6; 8.1; 9.2; 9.6; 9.7; 9.8; 9.10; 10.1; 10.5; 11.5; 13.1; 13.3; 16.2; 16.6; 16.9; 17.1; 17.6; 17.7; 18.2; 19.3; 19.6; 19.9; 21.8; 22.1; 22.6; 23.1; *Comp. Sol. Publ.* 24.3; 27.4; 27.5.
Rómulo: *Publ.* 6.6.
Sabinos: *Publ.* 1.1; 14.1; 21.1; 21.4; 21.7; 21.9; 22.1; 22.4; 22.5; 22.6.
Sais: *Sol.* 26.1; 31.6.
Salamina: *Sol.* 8.1-10.1; 12.5; 32.4; *Comp. Sol. Publ.* 27.2; 27.4.
Samos: *Sol.* 11.2.
Sândon: *Publ.* 17.8.
Sardes: *Sol.* 27.2; 28.1.
Saturno, templo de: *Publ.*12.3.
Sete Sábios: *Sol.* 12.7.
Sígnia: *Publ.* 16.3.
Sol: *Sol.* 25.4;
Sólon: *Sol. passim; Comp. Sol. Publ.* 24-27.
Solos: *Sol.* 26.3-4.
Sônquis: *Sol.* 26.1.
Suílio: *Publ.* 11.7.
Sula: *Publ.* 15.1.
Tales: *Sol.* 2.8; 3.8; 4.5-7; 5.1; 6.1-6; 7.2; 12.11.
Tarquínia: *Publ.* 8.7; 8.8.
Tarquínio o Soberbo: *Publ.* 1.3; 1.5; 2.3; 3.1; 3.4; 4.3; 7.6; 8.1; 8.7; 9.1; 9.3; 10.1; 10.2; 11.2; 13.1; 14.1; 15.1; 15.3; 16.1; 16.2; 18.1; 18.2; 19.4.
Tarquínio Prisco: *Publ.* 14.1.
Tarquínios: *Publ.* 2.2; 3.5; 13.3; *Comp. Sol. Publ.* 27.2.
Tebas: *Sol.* 4.6.
Telo: *Sol.* 27.6-7; *Comp. Sol. Publ.* 24.1-2; 24.4.
Teofrasto: *Sol.* 4.7; 31.5.
Tersipo: *Sol.* 31.4.
Teseu: *Sol.* 26.2.
Téspis: *Sol.* 29.6-7.
Tibério Valério: *Publ.* 6.2.
Tinondas: *Sol.* 14.7.
Tito Valério: *Publ.* 6.2.
Tróia: *Sol.* 4.3.

Ulisses: *Sol.* 30.1.
Valéria: *Publ.* 18.3; 19.5; 19.8.
Valério, Marco: *Publ.* 5.1; 5.3; 14.6; 14.8; 20.1.
Valério, Voluso: *Publ.* 1.1.
Valérios: *Comp. Sol. Publ.* 24.3.
Veios: *Publ.* 13.1; 13.3; 13.5.
Vélia: *Publ.* 10.3; 23.5.
Vespasiano: *Publ.* 15.2; 15.3.
Vestais: *Publ.* 8.8.
Vetúrio, Públio: *Publ.* 12.3.
Via Sacra: *Publ.* 19.8.
Vica Pota: *Publ.* 10.6.
Víndico: *Publ.* 4.2; 4.4; 5.1, 6.1; 7.1; 7.4; 7.7; 7.8.
Vitélio: *Publ.* 15.2.
Vitélios: *Publ.* 3.4; 3.5.
Vulcano, santuário: *Publ.* 16.9.
Zeus: *Sol.* 1.5; 3.5; 6.2; 19.5; 28.1; 29.6.

Volumes publicados na *Colecção Autores Gregos e Latinos – Série Textos Gregos*

1. Delfim F. Leão e Maria do Céu Fialho: *Plutarco. Vidas Paralelas – Teseu e Rómulo*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2008).

2. Delfim F. Leão: *Plutarco. Obras Morais – O banquete dos Sete Sábios*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2008).

3. Ana Elias Pinheiro: *Xenofonte. Banquete, Apologia de Sócrates*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2008).

4. Carlos de Jesus, José Luís Brandão, Martinho Soares, Rodolfo Lopes: *Plutarco. Obras Morais – No Banquete I – Livros I-IV*. Tradução do grego, introdução e notas. Coordenação de José Ribeiro Ferreira (Coimbra, CECH, 2008).

5. Ália Rodrigues, Ana Elias Pinheiro, Ândrea Seiça, Carlos de Jesus, José Ribeiro Ferreira: *Plutarco. Obras Morais – No Banquete II – Livros V-IX*. Tradução do grego, introdução e notas. Coordenação de José Ribeiro Ferreira (Coimbra, CECH, 2008).

6. Joaquim Pinheiro: *Plutarco. Obras Morais – Da Educação das Crianças*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2008).

7. Ana Elias Pinheiro: *Xenofonte. Memoráveis*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2009).

8. Carlos de Jesus: *Plutarco. Obras Morais – Diálogo sobre o Amor, Relatos de Amor*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2009).

9. Ana Maria Guedes Ferreira eÁlia Rosa Conceição Rodrigues: *Plutarco. Vidas Paralelas – Péricles e Fábio Máximo*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2010).

10. Paula Barata Dias: *Plutarco. Obras Morais - Como Distinguir um Adulador de um Amigo, Como Retirar Benefício dos Inimigos, Acerca do Número Excessivo de Amigos.* Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2010).

11. Bernardo Mota: *Plutarco. Obras Morais - Sobre a Face Visível no Orbe da Lua*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2010).

12. J. A. Segurado e Campos: *Licurgo. Oração Contra Leócrates*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH /CEC, 2010).

13. Carmen Soares e Roosevelt Rocha: *Plutarco. Obras Morais - Sobre o Afecto aos Filhos, Sobre a Música.* Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2010).

14. José Luís Lopes Brandão: *Plutarco. Vidas de Galba e Otão.* Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2010).

15. Marta Várzeas: *Plutarco. Vidas de Demóstenes e Cícero*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2010).

16. Maria do Céu Fialho e Nuno Simões Rodrigues: *Plutarco. Vidas de Alcibíades e Coriolano*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2010).

17. Glória Onelley e Ana Lúcia Curado: *Apolodoro*. *Contra Neera. [Demóstenes] 59*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2011).

18. Rodolfo Lopes: *Platão. Timeu-Critías*. Tradução do grego, introdução e notas (Coimbra, CECH, 2011).

19. Pedro Ribeiro Martins: *Pseudo-Xenofonte. A Constituição dos Atenienses*. Tradução do grego, introdução, notas e índices (Coimbra, CECH, 2011).

20. Delfim F. Leão e José Luís L. Brandão: *Plutarco. Vidas de Sólon e Publícola*. Tradução do grego, introdução, notas e índices (Coimbra, CECH, 2012).

Impressão:
Simões & Linhares, Lda.
Av. Fernando Namora, n.º 83 - Loja 4
3000 Coimbra

A *Vida de Sólon*, escrita por Plutarco, constitui o testemunho antigo mais importante para a reconstituição da existência desta personalidade da época arcaica grega, figura singular de político, poeta e legislador, considerada por isso mesmo um dos Sete Sábios da antiguidade.

Na *Vida de Publícola*, Plutarco apresenta ao leitor grego não só uma análise caracterológica de Publícola, como seria de esperar numa biografia, mas uma visão global sobre a fundação e consolidação da República romana e sobre a perenidade dos seus princípios político-morais, que são repristinados a uma época heróica da história de Roma.

COMPETE
QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL PORTUGAL 2007.2013